



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Divulgação
“Em nome da razão futura”, Silvino da Luz

in Caderno



Listas para as legislativas

PAICV sob **tensão** no Fogo e MpD com **batata quente** em Santiago Norte

Págs. 2 e 3

Economia

Governo concede benefícios fiscais sem controlo

Págs. 4 e 6

São Vicente

Taxistas querem acesso ao Terminal de Cruzeiros

Págs. 8 e 9

Futebol

Palmeira e Sal Rei disputam Supertaça

Pág. 11



Santo Antão

Corda luta contra o despovoamento

Págs. 2 a 4 in ETC

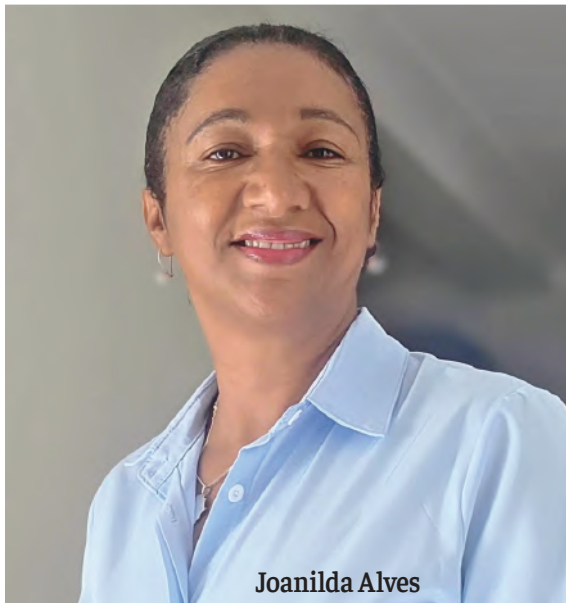
M'já né Nhém



Pág. 19



Luís Nunes



Joanilda Alves



Luís Pires

Listas para as próximas eleições legislativas

PAICV com problemas no Fogo e MpD com batata quente em Santiago Norte

O processo de escolha dos candidatos a deputado na ilha do Fogo pode baralhar as contas do PAICV nas próximas eleições legislativas. Tido como baluarte dos “tambarinas”, esse círculo eleitoral, que elege cinco deputados, pode passar para as mãos do MpD. Aliás a sondagem divulgada pelo Afrosondagem coloca os “ventoinhas” na frente.

Luís Nunes, presidente da Assembleia Municipal de São Filipe e líder da Comissão Política Regional do PAICV, foi escolhido pelos membros do Conselho do Sector desse concelho para encabeçar a lista do partido, na ilha do Fogo, nas eleições legislativas de 17 de Maio.

Com essa escolha, a vice-presidente do PAICV, Joanilda Alves, e Luís Pires, apoiante do líder do partido, Francisco Carvalho, ficam automaticamente em lugares “não elegíveis”, tendo em conta que São Filipe coloca

Tanto o MpD como o PAICV enfrentam problemas na escolha de alguns cabeças de lista para as eleições legislativas de 17 de Maio. No fogo Luís Nunes, Joanilda Alves e Luís Pires disputam o primeiro lugar na composição tambarina e, em Santiago Norte, o MpD tem de resolver o problema entre Austelino Correia e Herménio Fernandes.

Daniel Almeida

os dois primeiros lugares na lista e Mosteiros a terceira posição.

Esse escalonamento na lista do Fogo, consoante uma fonte bem posicionada, revela o descontentamento que vai entre os militantes que não perdoaram Joanilda Alves e Luís Pires pelo facto de não terem apoiado a candidatura de Nuías Silva à liderança do PAICV.

Contudo, a escolha do sector do PAICV no Fogo, que deverá ser sufragada na reunião de sábado da Comissão Política Regional (CPR), poderá cair por terra caso a liderança (bicéfala) do partido, Francisco Car-

valho e Janira Hopffer Almeida, decidir avocar competências para indicar Joanilda ou Luís Pires como os primeiros na lista do Fogo. Aliás essa prática foi utilizada em 2016.

É que, consoante o nosso interlocutor, Janira tem defendido que os vice-presidentes do partido têm de ser cabeça de lista e, neste caso, a escolha recairia sobre Joanilda. Mas, conforme a mesma fonte, Luís Pires negociou o apoio a Francisco Carvalho nas eleições internas, com a promessa de ser cabeça de lista no Fogo.

Mas se tal acontecer, é provável que o PAICV venha

a sofrer uma erosão, levando à desmotivação de parte importante dos seus militantes, o que poderá ter consequências nefastas para a pretensão de recuperar o poder.

Em contrapartida, o MpD mantém-se estável no Fogo e sem grandes novidades: Filipe Santos será o cabeça da lista, composta ainda por Vanuza Barbosa e Luís Alves.

Santo Antão com mesmos problemas

Em Santo Antão, ilha que elege seis deputados, a CPR do PAICV quer apostar no presidente da Assembleia Municipal do Porto Novo,

João Fonseca, para fazer frente a Rosa Rocha, que foi a aprovada no Conselho de Sector do Porto Novo. Ou seja, será também uma luta entre a entourage de Nuías e os apoiantes de Francisco Carvalho.

Como se sabe, a edil Elisa Pinheiro foi uma das apoiantes da candidatura de Nuías Silva à liderança do PAICV e, conforme a nossa fonte, a mesma “domina” a CPR de Santo Antão, pelo que não será difícil eleger o candidato da sua preferência.

Por outro lado, o presidente da CPR do PAICV em Santo Antão, José Manuel Monteiro, quer fazer parte da lista de candidato desse partido nas eleições de 17 de Maio como número um ou número dois.

Do lado MpD é certo que Jorge Santos será o cabeça de lista, mas A NAÇÃO sabe que há uma movimentação no sentido de evitar que Damião Medina entre na lista em Santo Antão. Como se



Austelino Correia



Herménio Fernandes



Damião Medina

sabe, este deputado foi condenado por um crime de VBG, além de outros anticorpos existentes à volta da sua pessoa.

São Vicente e Sal mais pacíficos

O PAICV aposta no seu vice-presidente, João do Carmo, como cabeça de lista para São Vicente, ilha que elege 10 deputados, cabendo neste momento quatro assentos à UCID. Nos outros lugares elegíveis estão Dirce Vera-Cruz, António “Patxa” Duarte e Adilson Jesus.

Do lado do MpD, A NAÇÃO sabe que Paulo Rocha será o cabeça de lista e que a deputada Mircéa Delgado, que tem tido uma postura a favor do eleitorado de São Vicente, será “sacrificada”.

No Sal, ilha que elege quatro deputados, o PAICV avança com Mário Paixão (cabeça de lista) e Ana Paula

Santos. Démis Almeida, que foi um apoiante de Nuías Silva, ficará de fora.

No MpD, há uma franja de militantes que considera que Janine Lélis não deve concorrer para o círculo eleitoral do Sal, mas, por aquilo que pudemos apurar a vice-presidente será, certamente, cabeça de lista.

MpD com problemas em Santiago Norte

Santiago Norte, que elege 14 deputados, é um dos círculos eleitorais onde os partidos políticos enfrentam maiores dificuldades na formação das listas para as eleições legislativas. Para além do equilíbrio de género, o aspecto territorial terá de ser levado em conta. O cabeça de lista tem sido, normalmente, de Santa Catarina. Santa Cruz avança com o segundo da lista, Tarrafal terceiro, São Miguel quarto

e mais dois representantes de São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo.

No MpD, o processo de escolha do cabeça de lista não se aparenta fácil, porquanto Austelino Correia tem um forte concorrente: Herménio Fernandes, edil de São Miguel. Este, pelo que soubemos, só aceita avançar para as legislativas como cabeça de lista por Santiago Norte.

Em contrapartida, no PAICV as coisas parecem ser mais pacíficas. O cabeça de lista é João Brito, presidente da Assembleia Municipal de Santa Catarina. Eveline Ramos, Gilson Cardoso, Carla Carvalho, Graciano Nascimento, Lúcia Garcia e Elisângela Semedo, são os candidatos que aparecem em lugares elegíveis.

Entretanto, o destaque vai para António Fernandes e João Baptista Pereira, dois destacados depu-

tados do PAICV, que ficam de fora da lista para as próximas eleições legislativas por não terem apoiado Francisco Carvalho e Janira Hopffer Almada.


PAICV mais tranquilo em Santiago Sul

Em Santiago Sul, o mais importante círculo eleitoral do país, com 19 deputados, a situação parece ser mais pacífica para o PAICV, que já tem uma lista a circular. Contudo, o destaque vai para a exclusão de militantes que apoiaram a candidatura de Nuías Silva, como é o caso de Fidel Cardoso de Pina e do antigo secretário-geral do partido, Julião Varela. O antigo líder do PAICV, Rui Semedo, também não consta da lista.

Francisco Carvalho, presidente do PAICV, é o cabeça de lista, seguido por Janira Hopffer Almada; Carlos Ta-

vares (Calicas); Paula Moeda; Vladmir Ferreira (secretário-geral); Carla Lima; Manuel Brito; Bertalino Moreira; Adelsia Almeida; Emelena Alfama e António Baptista, nos lugares elegíveis.

Aqui, para o MpD, o processo de “escalamento” da lista de candidatos no maior círculo eleitoral do país, não está a ser nada fácil, tendo em conta o sistema de “zebra” aprovado na última reunião da Direcção Nacional do partido e que consiste numa paridade de 50 por cento de cada género.

O certo é que o líder do MpD, Ulisses Correia e Silva, será cabeça de lista. Mas também é certo que, com o sistema de “zebra”, muitos dos destacados militantes do partido ficarão fora de lugares elegíveis e à espera de um lugar de suplente, caso os “ventoinhas” vençam as próximas eleições legislativas. 

Ficha Técnica



www.anacao.cv

A Nação Semanário | Ano XIX | Nº965 | 26 de Fevereiro de 2026 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carlos Fonseca | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalnanacao@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressral Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.

Governo concede benefícios fiscais sem controlo



Sabendo das fragilidades da administração fiscal, há empresas no país que, terminando o período de gozo de isenção, normalmente de cinco anos, fazem algumas remodelações e conseguem repescar mais cinco anos de isenção.

Para além de incentivos aduaneiros existe uma taxa reduzida de 5% sobre os bens destinados à construção e equipamentos dos emparendimentos.

Através da isenção fiscal, o Estado tem procurado atrair grandes investimentos externos, como aconteceu nas ilhas do Sal e da Boa Vista. Porém, há quem questione se já não é tempo de “reponderar” essa política tendo em conta os seus elevados custos para o tesouro nacional. Ainda

O Governo, ao que tudo indica, já perdeu o controlo dos benefícios fiscais, através dos quais o Estado renuncia milhões de contos de impostos, anualmente, a favor de grandes empresas e grupos empresariais. O Tribunal de Contas diz que Administração Fiscal não dispõe de relatórios sobre benefícios fiscais. Por ano o Estado perde cerca de 5 milhões de contos.

Daniel Almeida

por cima, quando é o próprio Tribunal de Contas a dar a entender que o Estado não detém qualquer controlo sobre as isenções.

Debate público

De acordo com um especialista, este é, pois, um assunto que carece de debate público. Principalmente, tendo em conta que várias empresas que têm contribuído para a geração de

empregos e de riqueza nacional, nunca beneficiaram de incentivos e estão sufocadas em dívidas fiscais, como deu conta o artigo publicado no número anterior do A NAÇÃO.

Além de problema antigo, outro aspecto a ter em conta é que os incentivos fiscais são quase sempre direccionados para investidores estrangeiros, daí não ser por acaso que a renúncia fiscal se concentra

em duas ilhas: Sal e Boa Vista.

Sem sentido

Mas hoje, consoante o nosso interlocutor, “já não faz sentido conceder tantos incentivos fiscais nessas ilhas, enquanto outras, menos desenvolvidas, que contribuíram para o financiamento de operabilidade dessas grandes empresas nessas duas ilhas, até com maior

potencialidade tutística, ainda carecem de investimentos em infraestruturas físicas e institucionais”.

A nossa fonte considera que já é tempo de se fazer uma avaliação mais criteriosa das isenções fiscais, para que outras ilhas possam melhorar sua competitividade, com vista a atrair grandes investimentos, mormente na área do turismo.

Cita como exemplo as sucessivas promessas de construção de aeroportos internacionais em Santo Antão, Fogo e Maio, quando com a racionalização dos incentivos fiscais poderia gerar espaço fiscal suficiente para financiar essas infraestruturas, como, também, a construção de estradas, saneamento, água, energia e escolas de formação profissional.

Continua na página A6



impar.cv

Plano Poupança Reforma/Educação:

Impar

Segurando Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.

Por que escolher o PPR/E IMPAR?

Rentabilidade Garantida: Para 2026, garantimos uma taxa de 3% ao ano. O seu dinheiro cresce com segurança;

Reforma tranquila: com garantia de segurança financeira;

O Futuro dos seus Filhos: Um suporte financeiro garantido para quando eles ingressarem no ensino superior;

Proteção: Cobertura em situações imprevistas, como desemprego de longa duração, doença grave ou incapacidade;

Flexibilidade Total: Você decide quanto e quando quer contribuir (mensal, trimestral ou anual).

Administração fiscal às cegas

O mais recente parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado, relativo a 2023, e que ainda não foi debatido no Parlamento, afirma que Administração Fiscal não dispõe de relatórios que permitem conhecer o verdadeiro impacto da política de atribuição de todos os benefícios concedidos. Isto apesar da criação da Unidade de Seguimento e Controlo de Benefícios fiscais (USCBF), por despacho n° 3/2018 de 27 de Julho da Direcção Nacional de Receitas do Estado (DNRE). Ou seja, oito anos depois, neste campo, nada mudou.

O Tribunal de Contas diz ainda, no mesmo parecer, que o Governo deve comparar o custo da renúncia fiscal com o montante de gastos públicos diretos necessários para alcançar os benefícios equivalente e, assim, avaliar se o impacto provocado pela política (seja em investimento ou geração de emprego em determinados sectores ou regiões) “é melhor ou mais eficiente do que a realização de gastos diretos para beneficiar esses mesmos sectores ou regiões. Portanto, a decisão sobre a concessão de um incentivo, deve considerar tanto os be-

nefícios potenciais quanto o volume de renúncia de fiscal”.

Apoios não reembolsáveis rondam 5 milhões de contos por ano

Os Apoios não reembolsáveis, concedidos pelo Estado em 2023, totalizaram 4.870,2 milhões de CVE, equivalente a 92,51% do orçamento corrigido (5.264,5 milhões de CVE). No mesmo ano os apoios concedidos, representaram 7,29% do total das despesas globais da Administração Central.

Mesmo assim, segundo o Tribunal de Contas, a Admi-

nistração Fiscal não dispõe de relatórios que permitem conhecer o verdadeiro impacto da política de atribuição de todos os benefícios concedidos, apesar da criação, em 2018, da acima referida Unidade de Seguimento e Controlo de Benefícios Fiscais.

Face a tais constatações, o Tribunal de Contas recomendou o ministro das Finanças a criar condições para quantificar, inventariar e evidenciar na íntegra toda a despesa fiscal gerada pela concessão de todos os benefícios fiscais na CGE, de forma que os valores da despesa fiscal reflitam globalmente os benefícios concedidos durante o ano.

Benefícios fiscais ultrapassaram 21% das receitas

No âmbito do contrato de aquisição de serviço de consultoria para melhoria de gestão dos benefícios fiscais assinado em Dezembro 2023, foi elaborado um modelo de cálculo de BF para os contratos fiscais publicado no BO através da resolução n° 90/2024, de 21 de Outubro, que fixou as modalidades e duração dos benefícios fiscais contratuais.

Contudo, o Tribunal de Contas constatou que os benefícios fiscais concedidos pela Direcção Geral das Alfandegas (DGA) e pela Direcção Ge-

ral de Contribuição e Impostos (DGCI), em 2023, ascenderam 10 milhões de contos, ou seja, 21,09% das receitas fiscais. Porém, nos últimos dois anos, o peso dos benefícios fiscais manteve-se constante, abaixo dos 4% do PIB.

Ainda relacionado com os benefícios fiscais, o Tribunal de Contas constatou que o Direito de Importação (DI), com peso de 56,90%, representa a maior parcela das isenções concedidas pela DGA. O IVA Importação e o Imposto de Consumo Especial (ICE), tiveram variações negativas, resultando numa poupança fiscal de 121,7 milhões de CVE, face ao período homólogo.

Os Concelhos que mais benefícios fiscais absorveram, são aquelas que dispõem de melhores condições de acessibilidade, ou seja, transportes regulares e melhores infraestruturas, como portos e aeroportos. O Turismo, com 35,18%, foi o setor que absorveu mais benefícios concedidos pela DGCI.

Porém, as empresas que mais benefícios fiscais absorveram, apresentaram dívidas fiscais, “incumprindo assim um dos pressupostos básicos, para atribuição dos benefícios fiscais conforme obriga o art° 6° do Código dos benefícios fiscais”.



Parceiros preocupados também com excesso de isenções fiscais

A forma como o Estado de Cabo Verde, um país tido como pobre e de fracos recursos, distribui isenções fiscais não é de hoje. Entidades como o Banco Mundial ou o Grupo de Apoio Orçamental (GAO) há já alguns anos que vêm alertando as autoridades cabo-verdianas a procederem a uma atribuição mais cautelosa

desses benefícios.

Ainda em Maio do ano passado, o Banco Mundial recomendou que Cabo Verde deve adotar uma “política fiscal mais eficiente” para implementar reformas que reforcem a sustentabilidade orçamental e acelerem o crescimento económico inclusivo.

O sector do turismo absorve cerca de 48% da despesa fiscal, seguido pelo financeiro (17%) e indústria (15%). Existe uma forte concentração territorial e sectorial dos incentivos, sendo que quatro concelhos concentram 96% da despesa.

O Banco Mundial entende que o Governo de Cabo Verde deve por

isso “reponderar” a sua política de isenções, apostando ou canalizando esses recursos em sectores transacionáveis de maior complexidade (TIC, economia azul, energias renováveis), sem esquecer a necessidade de reduzir riscos fiscais. DA

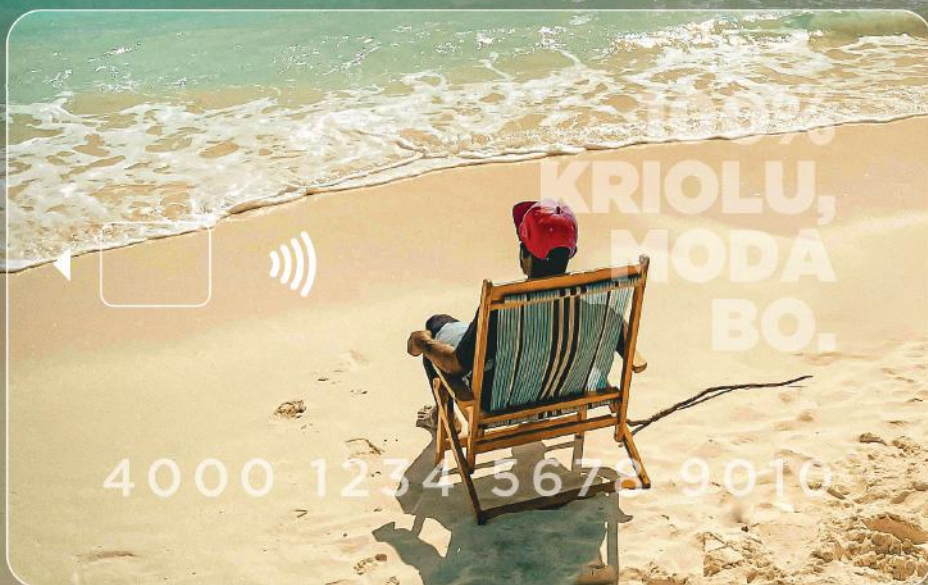


CARTÃO DE CRÉDITO BCN 100% KRIOLU

 **BCN**
Cabo Verde, bu banco.

**100% LIBERDADE PARA
APROVEITAR O MOMENTO.**

O Cartão de Crédito BCN 100% Kriolu é acessível a quem tem estabilidade financeira e oferece-lhe a flexibilidade de usar, pagar e voltar a usar. Tudo com simplicidade, transparência e no seu ritmo.



**SEM
COMPLICAÇÕES.
100% KRIOLU**

SAIBA MAIS AQUI



Descubra a variedade de vantagens exclusivas através do **BCN Suporte ao Cliente**



São Vicente

Taxistas querem acesso ao Terminal de Cruzeiros



Atensão entre os condutores de táxis e a ENAPOR tem vindo a aumentar e serve para expor as fragilidades na gestão do turismo em São Vicente. A Associação dos Condutores de Táxis, presidida por Jorge da Graça Delgado, denuncia que os motoristas são impedidos de aceder ao Terminal de Cruzeiros, mesmo que de forma organizada.

A ausência de diálogo entre os taxistas e a empresa responsável pela gestão de portos tem resultado em confusões constantes na portaria. Aqui os turistas são frequentemente abordados por toxicod dependentes e alcoólicos, criando um ambiente de insegurança com prejuízos para a imagem da cidade e da ilha que se pretende turística.

Em entrevista ao A NAÇÃO, Jorge da Graça Delgado disse nunca ter sido rece-

A falta de resposta da ENAPOR, a luta contra os “clandestinos” e a adaptação às novas exigências legais estão entre os vários problemas e desafios que o sector de táxis enfrenta em São Vicente. Para Jorge da Graça Delgado, presidente da Associação dos Condutores de Táxis, só com cooperação de todos será possível garantir a estabilidade e a dignidade a uma profissão que é vital para a mobilidade e o turismo. Uma das reivindicações da classe é poder ter acesso, ainda que forma disciplinada, ao Terminal de Cruzeiros, algo que a ENAPOR diz por ora não poder atender aos taxistas.

João A. do Rosário

bido pelo ministro do Mar, Jorge Santos, e nem sequer pela gestora do Terminal de Cruzeiros, para propor uma solução simples: permitir a entrada controlada de cinco a dez táxis de cada vez, garantindo ordem e proteção aos visitantes.

O nosso entrevistado lamenta o facto de a ENAPOR ter rejeitado sucessivos en-

contros solicitados pela Associação dos Condutores de Táxis, o que, do seu ponto de vista, apenas serve para agravar o impasse e alimentar a insatisfação dos profissionais que querem apenas contribuir para o reforço da imagem de São Vicente como destino seguro.

Jorge da Graça Delgado acusa ainda a gestão do Ter-

minal de Cruzeiros de recusar em recebê-los no sentido de resolverem a situação ora denunciada.

Esclarecimentos da ENAPOR

Contactada e confrontada pelo A NAÇÃO com os problemas indicados pelo presidente da Associação dos Condu-



Jorge da Graça Delgado

tores de Táxis de São Vicente, a ENAPOR respondeu por escrito que é obrigada a fazer uma gestão responsável do Terminal de Cruzeiros do Mindelo.

Assim, tendo o terminal sido inaugurado a 30 de Setembro passado, esse equipamento encontra-se ainda em fase de consolidação operacional, ajustando fluxos logísticos, procedimentos de segurança e articulação com os diversos intervenientes da cadeia de valor

do turismo de cruzeiros.

Nesse quadro, a ENAPOR sublinha que o Porto do Mindelo está sujeito ao cumprimento rigoroso do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS), que impõe regras obrigatórias de controlo de acesso às áreas restritas. A empresa refuta por isso a alegação de que exista uma orientação para impedir os taxistas de exercerem a sua atividade.

“O que existe é a necessidade de assegurar que o acesso ao interior do Porto ocorra de forma organizada, segura e em conformidade com as exigências legais aplicáveis”, garante.

A ENAPOR explica que os táxis escalados para excursões organizadas têm entrada garantida mediante listas e autorizações remetidas pelos operadores turísticos, enquanto os restantes dispõem de estacionamento exclusivo junto à Gare Marítima do Porto Grande, com policiamento e condições de segurança asseguradas.

No que toca ao relacionamento com a Associação dos

Condutores de Táxis, a administração afirma já ter realizado uma reunião com representantes da classe para ouvir preocupações, mas que depois disso não recebeu solicitações formais posteriores. Ainda assim, reforça “total abertura para o diálogo institucional”, defendendo que soluções sustentáveis devem resultar de processos colaborativos e compatíveis com o quadro legal aplicável.

Relativamente às alegadas situações de conflito ou abordagem inadequada a turistas nas imediações do Porto, a ENAPOR garante que não foram registados incidentes desde o início das operações, sublinhando a articulação permanente com a Polícia Nacional e equipas de segurança privada.

A empresa conclui reafirmando o seu compromisso com uma gestão transparente e responsável, orientada para a valorização do destino São Vicente e para a criação de um enquadramento justo para os operadores locais, ao mesmo tempo que assegura uma experiência segura e organizada para os visitantes.

Aumento da frota e falta de recursos

Desde 2023, a Associação dos Condutores de Táxis de São Vicente tem trabalhado em conjunto com a Câmara Municipal de São Vicente (CMSV) na atribuição de novas licenças, com o objectivo de aumentar a frota. A prioridade tem sido dada a antigos taxistas e membros da Associação. O processo enfrenta, porém, obstáculos sérios neste momento: escassez de viaturas no mercado e falta de condutores.

“Muitos emigraram, deixando o sector fragilizado e incapaz de responder à crescente procura turística”, disse Jorge da Graça Delgado.

Neste momento a Associação tem registado 231 táxis a circular em São Vicente e prevê-se a entrada de mais 90 entre táxis normais e os turísticos, o que poderá perfazer 320 unidades a circular. A lei diz que a frota deve ser aumentada de dois em dois anos, ouvindo os proprietários, os condutores e a Direção Geral dos Transportes Rodoviários (DGTR), mas constata-se a existência de uma frota envelhecida, visto que desde 2004 que não houve renovação.

Táxis clandestinos: um problema persistente

Outro desafio é o crescimento de táxis clandestinos em São Vicente. Para combater esta prática, a Associação dos Condutores de Táxis e a Associação dos Proprietários e a Associação dos Transportes Turísticos têm articulado com a CMSV e a DGTR medidas para transformar transportes tu-

rísticos e ligeiros em táxis legais, num prazo inferior a um mês.

Tal medida visa o combate aos táxis clandestinos, a transformação de transportes turísticos em táxis legais, a fiscalização conjunta com CMSV e DGTR, redução da concorrência desleal e a valorização da profissão de taxista.

Evolução legislativa: da instabilidade à segurança

O sector dos transportes tem vivido sucessivas alterações legislativas. Desde 2015, as associações de taxistas da Praia, Fogo e São Vicente reivindicavam uma maior segurança e estabilidade. Em 2016, pediram a reposição da isenção aduaneira, entretanto retirada. Entre 2016 e 2025, várias propostas foram integradas na lei, fruto da pressão das associações.

Em 2018, foi revogado o Regulamento dos Transportes Rodoviários e criado o Regime Jurídico Geral dos Transportes e Veículos Motorizados (RJGTVM). O artigo 45º passou a exigir sistemas de radar e outros equipamentos de segurança nos táxis.

E por fim, em 2026, a lei foi mais além: introduziu o botão de emergência ligado directamente às esquadras da Polícia Nacional, através de GPS, permitindo resposta rápida em situações de perigo. O Governo assumiu os custos de aquisição e instalação, ficando os proprietários responsáveis pela manutenção.

O regresso do taxímetro

A grande novidade é a obrigatoriedade do taxímetro. Quem não aderir no prazo de um ano poderá perder o alvará da DGTR e a licença municipal. A medida, contudo, gera reservas entre os motoristas.

Nos anos 1990, a experiência foi rejeitada pelos clientes, que contestaram a bandeirada inicial de 80 escudos. Por falta de uso, os aparelhos tornaram-se obsoletos, situação agravada por falta de técnicos de manutenção no país. Agora, prevê-se que a bandeirada ultrapasse os 100 escudos, com tarifas mais elevadas durante a noite. Persistem dúvidas sobre quem fará a manutenção e sobre a reacção dos clientes.

Apesar das incertezas, Jorge da Graça Delgado considera que o taxímetro pode

trazer justiça social, regular a distância percorrida e evitar especulações e abusos, sobretudo nas redes sociais.

Associação dos Condutores de Táxis e direitos sociais dos motoristas

Desde 2020, a Associação dos Condutores de Táxis tem trabalhado para garantir aos motoristas acesso à segurança social, seguros, aposentação, medicamentos, férias e folgas — direitos que antes não eram contemplados. A expectativa é que, mesmo os que não forem abrangidos na primeira fase de atribuição de licenças, possam ser integrados posteriormente.



40 anos Federação Cabo-verdiana de Andebol

Homenagens, torneio internacional e conferência marcam celebrações



De acordo com o referido calendário, o programa começa a no dia 08 de Março, com homenagem às mulheres no andebol cabo-verdiano, para o dia 15 está agendado o início da Jornada nacional de andebol jovem, contemplando formação e jogos.

De 19 a 21 de Março acontece o torneio “CV Handball Cup 2026” e as comemorações terminam dia 25, com a realização da conferência sobre o desenvolvimento do andebol em Cabo Verde.

Segundo a Federação Cabo-verdiana de Andebol (FCA), o objectivo é de celebrar o passado, valorizar o presente e projetar o futuro do andebol cabo-verdiano,

A Federação Cabo-verdiana de Andebol faz 40 anos e já apresentou um calendário comemorativo com destaque especial para o torneio internacional “CV Handball Cup 2026” a ter lugar na Cidade da Praia, de 19 a 21 de Março. Vai ser a primeira vez que a seleção nacional atua em Cabo Verde. Mas há mais...

Tiago Ribeiro

“envolvendo toda a família da modalidade”.

CV Handball Cup 2026

O destaque maior naturalmente vai para a primeira edição do torneio internacional CV Handball Cup 2026, com participação das congéneres do Congo e Angola. Além disso, encontra-se em análise a possibilidade de incluir o campeão nacional e de uma selecção B

cabo-verdiana na prova.

Conforme explica Ângela Almeida, presidente da FCA, este torneio será o primeiro de um conjunto de provas que serão utilizadas para preparar os pupilos de Ljubomir Obradovic para o Mundial 2027, na Alemanha.

A boa notícia é que o CV Handball Cup passará a ser anual e integrado na estratégia da FCA para desenvolver o andebol nacional.

Apelo para ir receber a seleção em festa

Nas redes sociais da FCA, a federação pede aos cabo-verdianos que se desloquem ao Aeroporto Internacional Nelson Mandela, na Praia, em dia e hora a serem divulgados atempadamente, para receber a comitiva nacional que venceu o bronze na 27ª edição do Campeonato Africano das Nações 2026 masculina.

O programa de recepção

inclui a espera pelos jogadores no aeroporto e desfile até o Gimnodesportivo da Praia, naquele que será um momento de grande celebração nacional, “reconhecendo o esforço, dedicação e orgulho com que os nossos atletas representam Cabo Verde nas competições internacionais”.

A selecção nacional sénior da modalidade, como é sabido, ficou no terceiro posto da CAN 2026 e assegurou também a quarta participação consecutiva em mundiais.

O Mundial de Andebol Masculino 2027 será disputado entre os dias 13 e 31 de janeiro na Alemanha por 32 países.





Futebol

Escola EFAT estará em dois torneios internacionais em Junho

A EFAT (Associação Escola de Futebol Achada Grande Trás), sediada na Cidade da Praia, irá participar nos torneios internacionais Barcelos Cup, em sub-11, em Portugal e no torneio MAD Cup, em sub-12, na Espanha.

A EFAT já tem tradição no Torneio Barcelos Cup, visto que esta será a terceira participação dos sub-11. O torneio acontece entre 20 e 21 de junho, em Barcelos, Portugal.

Importa ressaltar que, à semelhança das últimas edições, as despesas de alimentação, deslocação e estadia durante o período do torneio serão suportadas pelo Município de Barcelos.

Já os sub-12 da EFAT farão a sua estreia na MAD Cup, a realizar-se em Madrid, Espanha, de 19 a 24 de junho.

A MAD Cup, conforme explica a EFAT, é um torneio de grande dimensão que reúne 235 equipas internacionais e cerca de 400 seleções locais. Entre os partici-

pantes encontram-se clubes de referência mundial como Atlético de Madrid, Real Madrid CF, Juventus FC, FC Porto, Atlético Nacional, RCD Espanyol, Valencia CF, Getafe CF, Levante UD, Sevilla FC e Rayo Vallecano, entre muitos outros.

A escola cabo-verdiana realça ainda que o convite para este torneio foi também motivado pelo facto de Cabo Verde ter alcançado a qualificação histórica para o Mundial pela primeira vez, ficando no mesmo grupo que Espanha.

“Trata-se de mais duas grandes oportunidades para as nossas crianças competirem ao mais alto nível, adquirirem experiência internacional e crescerem enquanto atletas e cidadãos do mundo. Estes convites, que têm surgido de forma consistente, representam igualmente um reconhecimento pelo trabalho que a EFAT vem desenvolvendo ao longo dos anos, apesar dos inúmeros desafios”, sublinha a escola. TR

Palmeira e Sal Rei disputam este sábado a Supertaça de Cabo Verde

A Federação Cabo-verdiana de Futebol agendou para este sábado, 28, às 15h30, no Estádio 25 de Julho, em Santa Cruz, Santiago Norte, a partida da Supertaça de Cabo Verde de futebol, entre os salenses do Palmeira e os boavistenses do Sport Sal Rei.

A equipa do Grupo Desportivo da Palmeira entra em campo sendo o actual Campeão Nacional e vencedor da Taça de Cabo Verde. Já a equipa do Sport Sal Rei Club entra no relvado do Estádio 25 de Julho como finalista vencido da Taça de Cabo Verde.

Palmeira conquistou pela primeira vez na sua história a Taça de Cabo Verde, depois de terceira presença consecutiva na final, ao vencer o Sal Rei por 1-0, na final disputada no estádio de Porto Novo, em Santo Antão, a 31 de Maio de 2025.

A final de Maio de 2025, recorde-se, ficou marcada pela pelo exemplo de desportivismo vivido dentro e fora das quatro linhas, com excelentes exemplos de fair-play de ambas equipas.

TR



Projeto Pé na Bola

Três anos a combater a criminalidade no bairro Alto Safende

Há cerca de três anos, mais precisamente no dia 2 de Abril de 2023, foi oficialmente criado o projecto Escola de Futebol Pé na Bola. O que começou como a vontade de ocupar os tempos livres de alguns jovens rapidamente se tornou numa referência comunitária, oferecendo novas oportunidades a dezenas de crianças do bairro.

O Pé na Bola nasceu da iniciativa de um jovem da comunidade, Andry Gonçalves, e tem vindo a afirmar-se como um espaço seguro onde crianças e adolescentes encontram disciplina, orientação e novas perspetivas de futuro.

Campeonatos e conquistas

Apesar da sua curta existência, o Pé na Bola já soma conquistas significativas. Em três anos, arrecadou cerca de seis prémios, destacando-se vitórias na Liga Play, no Torneio da Paz, na categoria Sub-16 e no tradicional torneio 1.º de Maio. Mais do que troféus, estas vitórias simbolizam disciplina, trabalho em equipa e superação.

Apesar do impacto positivo e do reconhecimento alcançado, a Escola de Futebol Pé na Bola enfrenta dificuldades estruturais. Segundo Andry Gonçalves, a escola sobrevive essencialmente graças ao seu voluntariado e à ajuda de alguns amigos. “Gostaria de oferecer mais aos meus atletas, como mais dias de treino, mas, devido à falta de apoio, só consigo treiná-los aos fins-de-semana”, lamenta.

Ao A NAÇÃO aquele ac-



Num bairro periférico muitas vezes associado a dificuldades sociais e episódios de delinquência juvenil, em Alto Safende o futebol deixou de ser apenas um passatempo para se transformar numa ferramenta de mudança. Foi neste contexto que nasceu a Escola de Futebol Pé na Bola, um projecto que, para além de incentivar a prática do desporto, pretende afastar crianças e adolescentes de comportamentos de risco.

Cleidiane Tavares (estagiária)

tivista social explicou que, caso recebesse um apoio mensal de cerca de 15 mil escudos por parte da Câmara Municipal da Praia, poderia dedicar-se integralmente à escola e ampliar as actividades.

Andry admite que gostaria de dar 100% de si ao projecto, mas as necessidades pessoais e profissionais obrigam-no a dividir o tempo. “Há vontade, há talento, mas falta apoio”, sublinha.

A falta de patrocínio já teve

consequências concretas.

Recentemente, a equipa foi convidada a participar num campeonato na ilha do Maio, mas não conseguiu assegurar os custos da deslocação, acabando por ficar de fora da competição.

Infra-estruturas por requalificar

Outro desafio tem a ver com as condições do espaço de treino. A comunidade de Alto Safende dispõe apenas de

um campo de terra, inadequado para a preparação de campeonatos. Por essa razão, os treinos são realizados no campo relvado de Safende, sempre que possível.

Conforme nos contou o responsável do projecto, há vários anos que se fala na requalificação do campo do bairro, mas as promessas ainda não saíram do papel. A melhoria das infra-estruturas seria um passo determinante para consolidar o projeto e oferecer melhores condições aos jovens.

A voz dos atletas

Para Elias Silva, Pé na Bola significa mais de que uma escola de futebol. Para este atleta de apenas 11 anos de idade, este projeto representa determinação, coragem, confiança e amizade. Está na escola desde a sua criação, há três anos, por iniciativa própria.

“Quero ser jogador”, afirma com convicção, mostrando que o sonho continua bem vivo apesar das dificuldades.

Também com 11 anos, Luís Tavares entrou no projecto a convite do treinador. Para ele, a escola é mais do que um espaço de treino, é uma oportunidade para crescer e acreditar que pode ir mais longe. “É bom para nós, ajuda-nos a ter apoio para chegar mais longe”, diz, reforçando que também ambiciona tornar-se jogador de futebol.

Muito mais do que futebol

A Escola de Futebol Pé na Bola é, acima de tudo, um espaço de inclusão e prevenção. Num contexto onde muitos jovens enfrentam vulnerabilidades sociais, o projeto surge como alternativa saudável, promovendo valores como respeito, responsabilidade e espírito de equipa.

Três anos depois da sua criação, o Pé na Bola continua a provar que, com determinação e sentido de comunidade, é possível fazer a diferença. No coração de Alto Safende, o futebol tornou-se uma ferramenta de mudança e Andry Gonçalves mantém viva a esperança de que mais apoios cheguem para que o sonho coletivo continue a crescer. 🌟



GARANTIA





SEGUROS

GARANTA A PROTEÇÃO DE QUEM MAIS AMA.

Como nunca se sabe o que lhe poderá acontecer no futuro, é essencial estar sempre protegido para poder proteger os seus. O Garantia Vida Individual é um seguro que garante a sua segurança e a dos seus familiares, oferecendo proteção financeira em caso de imprevistos.

Juntos para que a segurança da sua família não pare.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

garantia.cv    

GARANTIA VIDA
INDIVIDUAL

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Adolescente perde a vida em disparo accidental

Um adolescente de 15 anos foi morto com um tiro “accidental” de arma disparada por um amigo e colega, de 16 anos, no bairro de Paiol, Cidade da Praia. O suspeito está em prisão preventiva.

Natalina Andrade

Marcos Mascarenhas, de 15 anos, era residente no bairro de Achadinha e terá saído de casa de manhã para jogar bola, no Liceu Domingos Ramos.

Algum tempo depois, a família foi informada que o adolescente foi atingido com um disparo de arma de fogo na cabeça e não resistiu aos ferimentos.

De acordo com informações avançadas pela Polícia Nacional (PN), Marcos terá ido visitar um colega no Paiol, com quem mantinha uma relação próxima de amizade, e o incidente aconteceu quando o suspeito decidiu manusear uma arma de fogo que, alegadamente, julgava estar descarregada.

“Contudo, ao manusear a arma, ocorreu um disparo, que atingiu a vítima na cabeça. O jovem de 15 anos ainda chegou a ser socorrido, tendo dado entrada no Hospital Universitário Agostinho Neto, onde viria a ser pronunciado o óbito, vítima dos ferimentos infligi-

dos”, indicou a mesma fonte, em comunicado.

Suspeito em prisão preventiva

Ao tomar conhecimento do ocorrido, diz a PN, uma equipa operacional se deslocou prontamente ao local, tendo rapidamente identificado o suspeito, que inclusivamente colaborou na imediata localização da arma do crime. O jovem de 16 anos foi detido e apresentado às autoridades judiciais para primeiro interrogatório, tendo sido decretada a prisão preventiva.

A Polícia Nacional apela à sociedade civil a evitar especulações sobre os factos e reforça a intenção e propósito em não poupar esforços no cumprimento das suas missões, funções, atribuições e competências deferidas pela lei, com finalidade de assegurar a paz, a tranquilidade, a ordem pública de todos os cidadãos.



Sal

Taxista arrisca suspensão de actividade após confronto físico com turistas

Um taxista salense corre o risco de ter a sua actividade suspensa em processo de contraordenação, após envolver-se num confronto corporal com turistas franceses, entre os quais um menor de 16 anos.

A confrontação terá iniciado ainda dentro do veículo, quando quatro turistas não concordaram com o preço de sete euros praticado no percurso Hotel Riu Palace – Condomínio Vila Verde.

De acordo com a Polícia Nacional, um dos turistas, o jovem de 16 anos, terá iniciado a altercação, insultado verbalmente o taxista, tendo a situação escalado rapidamente e o condutor agarrado o jovem pela camisola. O rapaz revidou com um soco, causando lesões ao taxista, na zona da boca e maxilar.

É neste momento que o condutor para o carro e seguem-se as agressões mútuas registadas em vídeo e partilhadas nas redes sociais e que envolveram também a mãe do turista de 16 anos.

Tanto o taxista quanto o turista foram detidos em flagrante por briga na via pública.

Associação de Taxistas do Sal aponta tarifas desatualizadas

A Associação de Proprietários de Táxis do Sal lamentou o desen-

dimento ocorrido e acusou tarifas desatualizadas como a origem do problema. O seu presidente, Samir Medina, avançou à Inforpress que o conflito terá iniciado após um acordo prévio sobre o preço da corrida, que os turistas posteriormente contestaram.

“O que queríamos entender é que, primeiramente, ele foi agredido. O turista acordou um preço, mas depois ficou insatisfeito e começou a chamar o taxista de ‘pirata’ ou algo do género”, indicou Medina.

A mesma fonte indicou que a agressão física terá começado ainda com o carro em movimento, o que levou o condutor a imobilizar a viatura e a reagir à situação de “indignação”.

A associação reconhece que a reação não foi a ideal e que o caso deveria ter sido entregue às autoridades, sem deixar de ressaltar também o sentimento de revolta da classe perante tais episódios.

Por considerarem que a tabela oficial é antiga e desatualizada, alguns profissionais praticam preços diferentes, o que tem gerado episódios de discórdia.

A associação apela, por isso, à Câmara Municipal, a tomar uma decisão célere sobre a proposta de actualização tarifária já apresentada, com base em um estudo de

viabilidade, assim como sobre a introdução de novos mecanismos de controlo, como taxímetro e instalação de câmeras nos veículos.

Taxistas da Praia solidários com colega

A classe dos taxistas da cidade da Praia também reagiu ao incidente com uma manifestação, lamentou o incidente e repudiou qualquer tipo de comportamento violento contra trabalhadores que exercem funções de serviço público.

Segundo os taxistas, o colega envolvido terá sido vítima de agressões físicas, numa situação que consideram “humilhante”, sobretudo por ocorrer no exercício da sua actividade profissional.

Estes profissionais dizem sentir-se frequentemente menosprezados, tanto por cidadãos nacionais, como por visitantes estrangeiros, e denunciam situações de desrespeito que, em alguns casos, chegam à agressão física.

A classe apela, por outro lado, à intervenção das autoridades competentes, nomeadamente do Ministério da Administração Interna, do Ministério Público e do Ministério do Turismo, assim como maior proteção institucional e medidas que garantam a segurança e dignidade dos profissionais do sector.

Os taxistas alertam ainda para o impacto que eventuais sanções administrativas, como a retirada da carteira profissional, podem ter na vida dos condutores, muitos dos quais chefes de família e que dependem exclusivamente da actividade para o sustento do agregado familiar.

Instituto do Turismo condena agressões

O caso originou uma reação do Instituto do Turismo, que condenou o incidente ocorrido em Santa Maria e alertou que o impacto mediático destes casos nas redes sociais pode prejudicar a imagem do destino, para além de contrariar a “morabeza”, principal activo do turismo nacional.

Jair Fernandes, presidente da instituição, lembrou ainda que o instituto tem investido na formação da classe em ética profissional e línguas estrangeiras, e revelou que já foi submetido à câmara municipal um estudo para a actualização das tarifas no Sal.

O objectivo, explicou, é a introdução do taxímetro e a divulgação obrigatória dos preços em aeroportos e redes sociais para garantir “transparência e um preço justo” tanto para turistas como para residentes.





Prof. Doutor Júlio C. de Carvalho*

Trump não criou a crise: revelou a América

Internamente, Trump não criou as falhas do sistema, mas explorou-as. A desigualdade econômica, o declínio industrial, o enfraquecimento da classe média, as tensões raciais e a perda de confiança nas instituições criaram um solo fértil para um discurso populista e excludente.

Os Estados Unidos não se tornaram o que são por causa de Trump; Trump tornou-se possível porque a América já era assim. A sua ascensão política não surgiu do acaso nem de um desvio momentâneo da história, mas decorre de uma realidade social marcada por profundas fraturas.

Assim, com Donald Trump no poder, ressentimento, medo, nacionalismo agressivo e desconfiança, antes contidos, passaram a ser expressos abertamente e sem constrangimento. O trumpismo não inventou essas tensões; apenas as institucionalizou e lhes conferiu legitimidade política.

Durante cerca de oitenta anos após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ocuparam uma posição central na arquitetura da ordem internacional. Lideraram a criação de instituições multilaterais, estruturaram alianças estratégicas e impulsionaram mecanismos econômicos que asseguraram a reconstrução, o crescimento e a estabilidade globais.

Essa liderança, embora sempre marcada por interesses próprios, sus-

tentou um sistema relativamente previsível, no qual a palavra americana tinha peso e continuidade. Hoje, essa herança encontra-se seriamente comprometida.

Em pouco tempo, a conduta unilateral e errática do poder político americano corroeu a confiança internacional. Como resultado, aliados tradicionais passaram a questionar compromissos históricos, enquanto parceiros econômicos avaliam riscos antes inexistentes.

Desse modo, o mundo observa um país disposto a abandonar as próprias regras. Assim, a liderança americana, antes vista como um eixo de estabilidade, tornou-se um fator de incerteza.

Internamente, Trump não criou as falhas do sistema, mas explorou-as. A desigualdade econômica, o declínio industrial, o enfraquecimento da classe média, as tensões raciais e a perda de confiança nas instituições criaram um solo fértil para um discurso populista e excludente. Em vez de promover diálogo ou refor-

mas, acentuaram-se as divisões, trataram-se adversários como inimigos e substituiu-se o debate por um confronto constante. Rompeu-se o respeito às normas democráticas, às instituições e à ideia de limites ao poder. O resultado é um país cada vez mais polarizado, em que quase tudo se tornou objeto de disputa ideológica.

A experiência democrática americana, muitas vezes apresentada como modelo, exhibe hoje sinais claros de desgaste. Partidos e cidadãos afastam-se, o compromisso com a verdade enfraquece e a política se transforma em um espetáculo permanente.

Redes sociais e meios de comunicação partidários amplificam conflitos e reduzem temas complexos a slogans identitários. Cresce a percepção de que opiniões divergentes são tratadas como ameaças, e não como parte legítima do debate.

Nesse contexto, a crítica ao sistema é inevitável. Onde está o equilíbrio entre poderes que sempre marcou a democracia americana? Onde estão os líderes dispostos a defender

a Constituição acima de interesses eleitorais imediatos? A postura da elite republicana, ora silenciosa, ora conivente, ora receosa, suscita dúvidas sobre a vitalidade das instituições. A questão não é só quem governa, mas se o sistema ainda pode autorregular-se.

O alerta é grave e ultrapassa as fronteiras dos Estados Unidos. Ao normalizar o desprezo por regras, instituições e compromissos internacionais, a América mina não só sua credibilidade democrática, mas também a estabilidade global. A história mostra que, quando uma potência abdica dos princípios que a sustentaram, o vazio resultante gera desordem, não ordem.

Se os Estados Unidos não enfrentarem de forma honesta as próprias falhas, o custo será pago além de suas fronteiras, por um mundo que confiou, durante décadas, em sua previsibilidade e responsabilidade.

*Acadêmico e docente residente nos Estados Unidos.



Sandra Cardão

A ilha que ganhou o mundo e perdeu espaço

Entre aviões que não param de chegar e casas que deixam de existir para quem sempre cá viveu, o Sal reinventa-se à imagem de um mundo que corre depressa demais

Há apenas uma década, aterrarem vinte aviões na ilha do Sal, em Cabo Verde, era uma miragem longínqua - dessas que se avistam no horizonte e que só alguns ousariam sonhar.

Hoje, porém, o céu já não se limita a acolher turistas que fugiam do inverno do norte europeu: nos últimos três meses, os voos multiplicaram-se e transformaram-se em pontes permanentes para uma Europa inteira que redescobre o prazer de viajar, embalada por uma euforia pós-pandémica feita de festas, música alta e promessas de liberdade sem limites.

Mas com eles chegou também outra epidemia, menos visível e talvez mais persistente: a da escassez de

casa. Um modelo importado, copiado quase à letra do que já se vive em tantas cidades europeias - onde o mercado manda, a pressa constrói e o lucro ocupa o lugar da vida.

No Sal, onde antes havia quintais, dunas ou terrenos vazios, erguem-se prédios apressados: qualquer buraco serve, qualquer espaço vira alojamento local. É preciso fazer dinheiro, e depressa. E assim, como num espelho do continente que chega de avião, os locais vão ficando sem alternativa de habitação na própria terra.

Até o mar parece ter sentido a mudança. Tornou-se mais revoltoso, como se não gostasse de tanta gente a ocupar as praias onde antes de-

saguava em silêncio. O clima, cúmplice desse desconforto, também se alterou: o sol, outrora generoso, agora esconde-se com mais frequência, como se protestasse à sua maneira.

E os ritmos da ilha já não são os mesmos. Nas ruas, nas praças, nas esplanadas, vêem-se cada vez menos as gentes da terra. O velho mantra do "no stress" foi ficando para trás, substituído por dias apressados, contas para pagar e serviços novos a inventar.

Enquanto alguns surfam a onda do desenvolvimento, muitos outros continuam presos a salários baixos ou à necessidade de partir. Emigrar - verbo antigo, sempre atual - per-

manece tábua de salvação e, ao mesmo tempo, sinónimo de desenraizamento. Leva-se o corpo, ficam as raízes. Mas é também essa partida que alimenta a mestiçagem, mistura destinos e devolve à ilha, em ciclos imprevisíveis, novas formas de ser cabo-verdiano.

Entre aviões que não param de chegar e casas que deixam de existir para quem sempre cá viveu, o Sal reinventa-se à imagem de um mundo que corre depressa demais: belo, inquieto... mas será que um dia se encontrará o equilíbrio entre o nada, o pouco e o demasiado?

15 de Janeiro de 2026



O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

SaaS (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gerencie as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

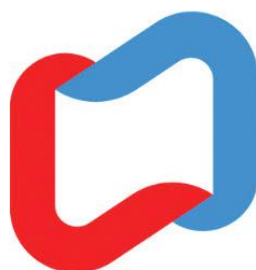
Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



262-2311

956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv



João Serra*

Dez anos de governação ventoinha: o rei vai nu

A intemporalidade de certas narrativas reside na sua capacidade de expor verdades inconvenientes com uma clareza quase brutal. O conto “O Rei Vai Nu”, popularizado por Hans Christian Andersen em 1837, ilustra essa realidade, encontrando uma pertinência inquietante na governação cabo-verdiana entre 2016 e 2026.

Uma década após as promessas de rutura e de uma era de modernidade e prosperidade, a realidade política em Cabo Verde assemelha-se a um espetáculo de ilusionismo, onde a dissonância entre o discurso oficial e a vivência quotidiana se tornou abissal.

Em 2016, a oposição ascendeu ao poder sob a bandeira da diversificação económica, visando superar a dependência do turismo e das remessas, e transformar o país num “hub” aéreo, marítimo e digital de relevo internacional. A retórica centrava-se na despartidarização, transparência e meritocracia da administração pública, encapsulada no aforismo “Cabo Verde tem solução”.

Contudo, após quase uma década, o balanço é marcado por uma profunda frustração e desconfiança popular. O tão alardeado “milagre económico” não se materializou. Em contraste com a projeção de 7% de crescimento médio anual, o país registou apenas 3,33% entre 2016 e 2024. A dívida pública expandiu-se de forma preocupante, comprometendo a sustentabilidade orçamental. O custo de vida ascendeu vertiginosamente, erodindo o poder de compra das famílias. A dependência estrutural do turismo persistiu, expondo a economia a choques externos como a pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia.

Embora inegáveis, estes eventos não podem servir de escusa para a inação na implementação de políticas de resiliência e diversificação que deveriam ter sido iniciadas muito antes. Projetos infraestruturais essenciais, nomeadamente os aeroportos internacionais de Santo Antão, Fogo e Maio, o Hospital Na-

cional e a expansão e modernização do porto do Porto Novo, ficaram confinados ao anúncio público, sem execução efetiva, sendo adiados ou substancialmente reduzidos. A magnificência das promessas contrasta ostensivamente com a modéstia das concretizações, revelando a nudez da governação, tal como na fábula do rei.

O setor do emprego personifica, talvez de forma mais aguda, o desfasamento entre o prometido e o alcançado. A promessa de 45.000 novos postos de trabalho resultou num saldo líquido de apenas 4.429 entre 2016 e 2024. Este cenário conduziu jovens licenciados a estágios não remunerados, empregos precários ou à inevitável emigração. A “fuga de cérebros” tornou-se uma constante, privando o país de quadros qualificados e hipotecando o seu futuro. A alegada redução do desemprego é frequentemente sustentada por uma proliferação de emprego informal, precário e desprovido de proteção social.

A saga da TACV, rebatizada Cabo Verde Airlines, é um paradigma de má gestão: reestruturações falhadas, privatizações mal conduzidas e intervenções públicas onerosas. O ambicionado “hub” aéreo internacional desvaneceu-se, legando um rasto de prejuízos aos contribuintes.

No domínio marítimo, as ligações interilhas permanecem erráticas, dispendiosas e ineficazes, comprometendo a coesão territorial e o desenvolvimento regional. A mobilidade, um direito fundamental em contexto arquipelágico, transformou-se num obstáculo quotidiano.

No setor da saúde, os hospitais continuam subequipados, com escassez de profissionais especializados e listas de espera intermináveis. As evacuações médicas para o exterior persistem como solução de recurso.

Na educação, apesar de alguns indicadores oficiais sugerirem melhorias, a qualidade do ensino degrada-se, manifestando-se em défices de aprendizagem e na frustração

de docentes e encarregados de educação. O discurso da excelência não encontra lastro na realidade.

A prometida despartidarização nunca se concretizou, tendo, pelo contrário, a partidização se agravado. O nepotismo e o compadrio tornaram-se práticas rotineiras, relegando a meritocracia para segundo plano e marginalizando a sociedade civil. Instalou-se um clima de receio e censura velada, onde a lealdade partidária sobrepuja a competência. A confiança dos cidadãos nas instituições do Estado, outrora um pilar da estabilidade democrática cabo-verdiana, encontra-se profundamente corroída.

A perceção generalizada aponta para uma justiça morosa e suscetível a influências, concursos públicos frequentemente viciados, uma fiscalização seletiva e uma impunidade da corrupção. Esta erosão da confiança transcende o plano moral, minando a coesão social, fragilizando a democracia e alimentando o cinismo coletivo. A descrença nas instituições fomenta a indiferença, a resignação ou a fuga, seja através da emigração, seja pela retração da participação cívica.

A gestão da coisa pública padece de uma crónica falta de transparência. Relatórios incompletos, contratos opacos, adjudicações diretas e a ausência de um escrutínio parlamentar efetivo alimentam a perceção de que o Estado serve mais interesses instalados do que o bem comum. A corrupção, frequentemente disfarçada sob o manto da legalidade formal, infiltra-se em múltiplos níveis, desde pequenos favores até decisões estratégicas que beneficiam círculos restritos.

O nepotismo, por sua vez, tornou-se uma prática banalizada, com cargos de responsabilidade a serem preenchidos por familiares, amigos ou militantes fiéis, independentemente da sua competência. Esta lógica de distribuição de favores compromete a eficiência da administração pública e perpetua um sistema de dependência e lealdade que sufo-

ca a inovação e a crítica.

A liberdade de expressão, embora formalmente garantida, enfrenta condicionamentos subtis, mas eficazes. Jornalistas reportam pressões, ameaças veladas e dificuldades de acesso à informação. A autocensura instala-se nos meios de comunicação, dependentes de publicidade estatal ou de interesses privados próximos do poder.

Nas redes sociais, proliferam campanhas de difamação, ataques coordenados e tentativas de silenciamento de vozes críticas. Este ambiente tolera a crítica apenas até certo ponto, estigmatizando o dissenso como antipatriótico ou destrutivo. A democracia, sem liberdade de expressão plena, esvazia-se, transformando o ritual eleitoral numa fachada.

Perante este cenário, o Governo recorre ao expediente do “martelamento estatístico”. Dados desatualizados, comparações artificiais e rankings internacionais são mobilizados para sustentar uma narrativa de sucesso. A estatística, que deveria ser um instrumento de planeamento, é pervertida em ferramenta de propaganda, desacreditando as instituições produtoras de dados e alimentando o cinismo coletivo.

Quando a narrativa oficial se distancia da experiência concreta dos cidadãos instala-se a sensação de que o poder ignora e até despreza a inteligência popular. Em 2026, Cabo Verde surge suspenso entre o delírio de um futuro radioso – repetidamente adiado – e a frustração de um presente negligenciado. A governação converteu-se num exercício contínuo de marketing, em que a imagem prevalece sobre a substância. Ainda assim, os cidadãos conseguem distinguir retórica de realidade; essa lucidez mantém viva a metáfora do rei que desfila nu e que todos, afinal, veem.

Praia, 21 de fevereiro de 2026

*Doutorado em Economia/
Blog: www.economianaserra.blogspot.com

“Após quase uma década, o balanço é marcado por uma profunda frustração e desconfiança popular. O tão alardeado “milagre económico” não se materializou. Em contraste com a projeção de 7% de crescimento médio anual, o país registou apenas 3,33% entre 2016 e 2024. A dívida pública expandiu-se de forma preocupante, comprometendo a sustentabilidade orçamental. O custo de vida ascendeu vertiginosamente, erodindo o poder de compra das famílias. A dependência estrutural do turismo persistiu, expondo a economia a choques externos como a pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia.”



Disparate

Na sua ofensiva Abraão ameaça com tribunal todos aqueles que andarem a repassar ou a divulgar os vídeos com as ofensas e calúnias do Wise. ZIG pergunta se a ameaça é também válida para quem apenas andou a espreitar e logo desligou por não aguentar a má qualidade das prestações. É muito disparate à solta nesse mundo digital que Deus deu ao pobre do cabo-verdiano. Se calhar o que estamos mesmo a precisar é de um bom Gilson absoluto!

Sekapeli

Abraão Vicente e o cantor Wise estão num "sekapeli", que só visto. É vídeo vai e vídeo vem... Todos com os dois antagonistas, artistas com nome na praça, a dirigir o respectivo popó, mostrando que neste ponto, em particular, foram feitos um para o outro: bons a violar o código de estrada, pondo em perigo os transeuntes que nada têm a ver com os maus figados dos dois malkriadus.



Mãos no ar!

Para quem, como o ZIG, desfila diariamente pelos subúrbios, qual fiscal de bairro sem crachá, este cenário de revista a jovens "aspirantes a fora-da-lei" já não surpreende. Mal sabem esses artistas do crime em part-time que executar com "sucesso" pequenos delitos, entre consumo próprio e venda à retalho, dá mais trabalho, stress e horas extras do que qualquer emprego formal. E a polícia já avisou: tréguas? Zero. Se a ideia é jogo duro, então preparem as caneleiras, porque o apito já soou e o campeonato não tem intervalo. Enfim, em matéria de polícia e ladrão, é quase como nos filmes... americanos.



Turismo institucional

No Maio, enquanto o omega empreendimento Little Africa não chega, nem por mar nem por via aérea, até os camiões da Protecção Civil decidiram fazer turismo nas areias do Morrinho. A diferença é que as duas viaturas, escolheram o pacote "tudo incluído", incluindo um mês de estadia gratuita e sem previsão de check-out, ao vento, ao sol e sabe-se lá o que mais...



Resgate

Mas, há boas notícias, felizmente. As duas viaturas foram retiradas no domingo, 22, e a Câmara Municipal do Maio disse que desde que ficaram atoladas, há um mês, que a edilidade e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Maio trabalharam, a bem trabalhar, "no planeamento e implementação da retirada segura dos meios, assegurando a integridade do material e a segurança da operação". A operação de resgate, parafraseando a Câmara, exigiu coordenação logística, avaliação técnica e cuidados redobrados. Ao que parece o planeamento foi muito bem planeado e as viaturas, para felicidade de todos e satisfação geral, estão em óptimas condições! Maio é outro ritmo.

Gelo, de cabeça quente

O guardião da equipa do Unidos do Norte, chamado Gelo, da primeira divisão do campeonato regional de Santiago Sul, "perdeu a frieza" no jogo do último fim-de-semana contra o Vitória. De cabeça quente, Gelo excedeu nos protestos após ver um cartão amarelo e conseqüente vermelho e escalou-se a situação.

Quem começou?

No vídeo, viral nas redes sociais, fica a dúvida de quem iniciou a alteração física, mas a verdade é que as imagens seguintes são de agressões mútuas entre o árbitro e o guardião, cenas lamentáveis, e houve mesmo a necessidade de intervenção da polícia. Para a história ficam as imagens que em nada abonam o futebol santiaguense e vão contra tudo o que o fair play desportivo emana. Para a próxima, mais gelo para esfriar as coisas.



M'já né Nhém

Em Santo Antão, quando se quer reafirmar a esperteza de alguém, costuma-se dizer que a pessoa "en de mjá né nhém". Uma pessoa com "oi vive ne Melon", diria um sanvicentino. Entretanto, parece que andamos todos a "mijar no inhame", quando um produtor é obrigado a vender esse mesmo inhame, natural, saudável e de alto valor nutricional - a 80 escudos/kg no mercado local e não o consegue colocar no mercado nacional, por causa de uma quarentena imposta há mais de 40 anos e que, ao que parece, ninguém está interessado a resolver. Enquanto isto, o país anda a importar milhares de toneladas, pelo valor médio alfandegário de 300 esc/kg e no mercado da Praia, por exemplo, um kg de inhame custa 800 escudos, quase o preço da carne. Como diria o outro, "dôd é kmida de sébid!" Cabo Verde no seu melhor.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

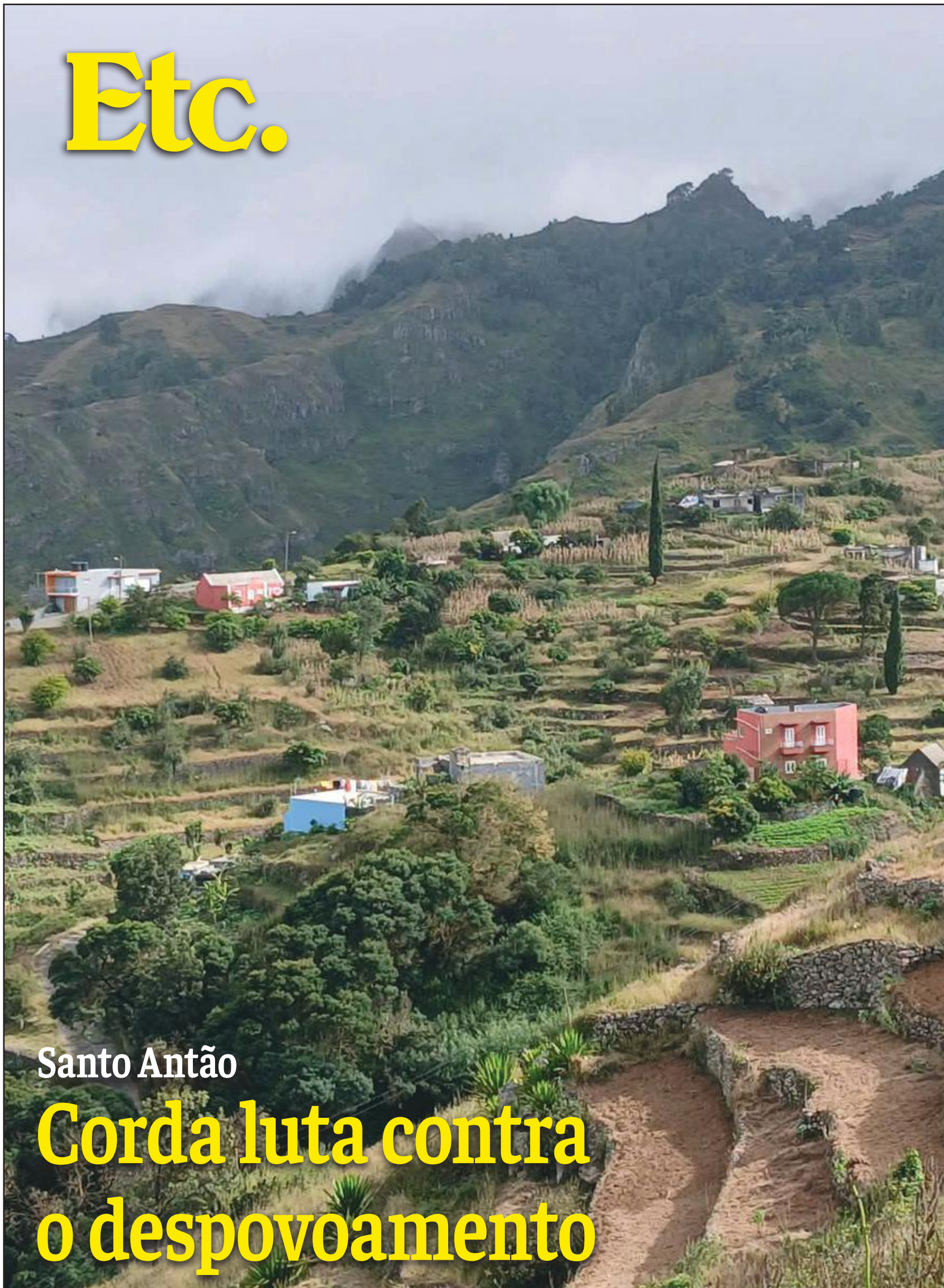
For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com

Etc.

Santo Antão

Corda luta contra o despovoamento



Corda, ilha de Santo Antão

Como a “terra da maçã” está lutando contra a perda de população



É um cenário facilmente encontrado em qualquer comunidade rural da ilha de Santo Antão. As últimas décadas têm sido marcadas por perda demográfica acentuada, deixando para trás populações envelhecidas e zonas ricas em recursos naturais, porém sem aproveitamento.

Entretanto, hoje a nossa reportagem chega até Corda, no Planalto Leste, para compreender como essa comunidade tem lutado para combater esta perda demográfica e potencializar os seus recursos naturais. Um processo que tem contado com o apoio e envolvimento da comunidade local, dos seus “filhos” não residentes e de parceiros nacionais e internacionais.

Natural do vale do Paul, Antónia Fortes chegou a Corda em 1988, com apenas 20 anos. Ali formou família e criou cinco filhos, num tempo em que a comunidade ainda “tinha muita gente” e igualmente muito trabalho.

“Havia muito trabalho na agricultura de sequeiro, mas também em obras públicas, como a construção de diques, plantação de árvores”, recorda esta mãe de cinco filhos, todos também criados na lo-

Nas montanhas altas de Santo Antão, entre a abundância da natureza e a perda demográfica, a comunidade de Corda arregaça as mangas e reescreve o seu destino. O foco hoje é o turismo e a valorização dos produtos locais.

Natalina Andrade

calidade, até a idade para ingressarem-se em universidades em São Vicente e Brasil.

Das perdas que Corda foi contabilizando ao longo dos anos, a saída da sua população jovem e de chefes de famílias é apontado como a maior delas, numa bola de neve de causa e efeito que terá começado com a escassez de trabalho e impulsionado pela diminuição do fluxo de pessoas e viaturas na estrada que liga a comunidade a Porto Novo e Ribeira Grande.

Zona húmida e de clima propício para a agricultura, Corda é conhecida pela sua aptidão na produção de uma grande variedade de frutas, entre as quais se destaca a maçã. E era à berma dessa estrada, por onde diariamente circulava um grande número de cidadãos nacionais e turistas, que essa pro-

dução era escoada.

“Quando construíram a nova estrada, no sentido Janela, houve uma queda enorme a nível económico, não só na venda das nossas frutas, mas também para as mulheres que vendiam o queijo no Espongeiro”, recorda.

Com este corte no seu principal canal de escoamento, os produtos de Corda passaram a ser enviados para as cidades da Ribeira Grande e Porto Novo. Porém, num mercado saturado e de preços que, muitas vezes, “não justificam o esforço”, muitos dos seus produtos passaram a deteriorar-se no terreno.

Valorização e transformação agroalimentar

É, portanto, deste quadro de limitações que nasceu a

Associação Comunitária Ponta D’Cinta, que tem trabalhado um conjunto de projectos para imprimir nova dinâmica à economia local.

Em Fevereiro foi inaugurado o Centro de Valorização Agrícola, orientado para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, para o tratamento e colocação dos produtos locais no mercado nacional e para a transformação de frutas, oferecendo um produto novo e com valor acrescentado.

“Tendo em conta a potencialidade na produção de frutas foram formadas algumas mulheres na área de transformação agroalimentar, tendo em vista agregar valor aos produtos locais e diminuir o desperdício”, explica a presidente da associação, Maria do Rosário Gomes.

O principal objectivo é recolher frutas locais e outros

produtos, fazer o processo de triagem, pesagem e colocar no mercado em recipientes próprios para que o produto chegue ao seu destino com melhor qualidade. Espera-se arrancar a actividade já na próxima época de produção, para abastecer cantinas escolas, hospitais e mercados nacionais, conforme a solicitação.

Este centro é complementado por uma Esplanada de Sabores, possibilitando que os produtos locais sejam apresentados ao turista de forma integrada, desde a produção até ao produto final transformado.

Ambos estão integrados num projecto financiado pela Cooperação Espanhola, o Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional (CERAI) e a Associação Amigos da Natureza.



Maria do Rosário Gomes



Antónia Fortes

Potencial turístico por explorar

Todos os dias passam dezenas de turistas pelo Planalto Leste, atraídos pela beleza natural. Corda, embora com grande potencial, ainda continua a ver esse turismo de passagem e a deixar poucos dividendos na sua economia local. Exceptuam-se poucas iniciativas de oferta de alojamento familiar e de alguma oferta de refeições, nada ainda muito expressivo.

Um dos pontos de atratividade é o Miradouro de Chã de Mato e seu quiosque, onde os turistas podem encontrar refeições e degustar produtos locais.

Está também na forja um projecto para disponibilizar informação em português, inglês e francês, tendo em vista facilitar a comunicação com os turistas

sem acompanhamento de um guia e colmatar, por outro lado, os fracos conhecimentos em línguas estrangeiras que ainda prevalecem localmente.

Não obstante o trabalho comunitário que tem sido levado a cabo pela população local, os mesmos reconhecem que a localidade precisa de mais atenção dos governos local e central, especialmente no que toca à promoção do emprego.

“Os governantes devem vir aqui para nos ouvir e identificar os nossos problemas. Quando não se tem trabalho, tudo fica difícil. Neste momento os trabalhos são sazonais, por vezes com duração de três meses no ano, para limpar os caminhos”, indica Antónia Fortes.



Dignificação da terceira idade



Através da associação comunitária, Corda também venceu e implementou o projecto de um Centro de Dia para Idosos, em funcionamento desde Fevereiro e que engloba também as comunidades vizinhas de Chã de Mato e Espongeiro.

O centro trabalha com 26 idosos inscritos, dos quais dez se deslocam todos os dias às suas instalações e têm acesso a refeições quentes no café da manhã e no almoço. Os restantes 16, pessoas com limitações para se deslocarem, são atendidos a domicílio.

“São pessoas que têm uma família e recebem uma pensão. Mesmo assim, nós nos sentimos bastante satisfeitos quando conseguimos colmatar uma parte daquelas que

são as suas necessidades. Este projecto dignifica significativamente a vida dos nossos idosos”, explica Maria do Rosário Gomes.

E para além do impacto nos beneficiários, o centro também emprega quatro pessoas, com salário fixo e previdência social, entre as quais uma cozinheira e uma assistente, que trabalham nas suas instalações, e duas mulheres que fazem a entrega de refeições a domicílio.

De jardim infantil à terceira idade

Corda tem neste momento cerca de 487 agregados familiares, dos quais 229 chefiados por mulheres e 258 por homens, segundo dados de

2021 do INE.

A perda de população jovem culminou, naturalmente, na perda também de crianças. Se em 1993, aquando da abertura do jardim infantil local, havia 93 crianças, hoje não há crianças suficientes que justifiquem a manutenção daquela infraestrutura. Actualmente, onde antes era o jardim, ironicamente acolhe o Centro de Dia para Idosos.

Não se trata de um mero acaso. É o retrato da perda populacional que vem assombrando a ilha nas últimas décadas, deixando muitas localidades com população maioritariamente idosa e adulta e muitas residências, antes cheias de gente, agora de portas fechadas.

Quadros de Corda em outras paragens



Dircilene Fortes

Ao longo desta reportagem, Antónia Fortes confessa uma preocupação comum entre os pais e que hoje se traduz em muito orgulho: garantir que os filhos tivessem a oportunidade de estudar e se formarem, em busca de um futuro diferente.

Dircilene Fortes, oficial da Marinha Mercante e William Fonseca, engenheiro informático e de computadores, são testemunhos deste zelo.

Fortes formou-se em Ciências Náuticas e Pi-

lotagem pela antiga ISECMAR, em São Vicente e neste momento é segundo piloto da CV Interilhas, podendo também embarcar como primeiro piloto, mediante necessidade.

Numa altura em que o termo feminista é muitas vezes utilizado de forma controversa, para Dirce não há maior definição de feminismo do que uma mulher chefe de família, numa zona rural, a enfrentar todo e qualquer tipo de proble-

ma económico e social.

“Eu cresci numa família nuclear, com pai e mãe, havia muitas famílias monoparentais na minha zona e minha mãe sempre cultivou em nós a ideia de sermos mulheres independentes, batalhadoras, trabalhadoras. Ela sempre nos apresentou a educação como principal pilar de desenvolvimento de uma sociedade e da mulher em si”, explica.

Não por acaso Dirce escolheu uma área do-

minada por homens, embora reconheça que, aos poucos, este paradigma esteja a mudar, com muitas mulheres a bordo.

William Fonseca, por seu lado, é engenheiro afecto ao Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSi), trabalhando com o desenvolvimento de aplicações utilizadas a nível do Estado e a nível regional. Da infância, nutre as mesmas memórias e recorda como a informática entrou na sua vida.

“No 12º ano meu pai comprou um computador e colocou em casa. Foi onde tudo começou, embora no início tenha sido um pouco controverso, já que minhas notas baixaram”, brinca o engenheiro, que hoje, enquanto profissional e enquanto pai, compreende melhor as preocupações do pai.

Embora o regresso a Corda já não seja muito frequente, tem acompanhado as transformações sofridas pela sua comunidade. “Quando regressa-

mos, é a nossa zona e ao mesmo tempo não é. Dos antigos colegas, mesmo dos mais novos que deixei, já não encontro quase ninguém”, indica.

Diante deste cenário, diz Dircilene, o objectivo hoje é não deixar morrer suas raízes. “O turismo é um ponto estratégico. Temos agora que criar meios para desenvolver nossa zona, tentar fixar as pessoas, com postos de trabalho, para dar melhores condições para quem ainda vive lá”, indica. NA



William Fonseca

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornalanacao@gmail.com
www.anacao.cv

Literatura

Humberto Santos lança “O último Comício da Loba”



A primeira curiosidade é sobre um dos apresentadores do livro, neste caso um sociólogo, César Monteiro. O romance merece uma leitura sociológica, explica Humberto Santos, pelas questões que levanta nesta área e para ajudar as pessoas a compreenderem a história, para além das entrelinhas. Já Mandalena Neves, a outra apresentadora, encarrega-se dos aspectos literários do romance.

Humberto Santos diz que escreveu *O Último Comício da Loba* como um “romance contemporâneo, universalista, que aborda questões de género, de forma ampla, na sociedade cabo-verdiana, tanto na família como nas relações inter-pessoais e na política”. A ideia, adianta, é trazer à discussão o problema do feminicídio e da violência no género e discriminações.

O livro começou a ser escrito há dois anos, quando na

O feminicídio e outras questões de género, juntamente com a posição da mulher na política cabo-verdiana e na vida dos partidos políticos, são o tema do primeiro romance do jornalista Humberto Santos, a ser lançado esta tarde, pelas 17h30, na Biblioteca Nacional. A protagonista principal da história, Ester, pretende ser o exemplo de superação de traumas e outros problemas pessoais, na nossa sociedade. Uma loba que ruga, mas com ternura, diz o autor.

Joaquim Arena

sua função de jornalista do *Jornal das 13h* (RCV), numa altura em que surgiam muitas notícias sobre feminicídio, em Cabo Verde. “Maridos ou companheiros que assassinavam as esposas e se suicidavam de seguida; isso mexeu tanto comigo que tive o impulso de escrever para compreender a questão. E compreendi que não estava só relacionado com casos do tipo passionais, mas que tinha que ver com a questão do género no sentido geral e que vem da própria socieda-

de cabo-verdiana”, diz.

O jornalista já tinha publicado um livro nesta mesma linha temática, uma coleção de contos, em edição de autor, incidindo sobre questões que preocupam a sociedade cabo-verdiana, e que Humberto Santos pretende revisitar. “Como sou jornalista, a minha literatura tem que incidir naturalmente sobre questões sociais, aliás tal como a literatura cabo-verdiana que ao longo dos tempos tem dialogado com questões sociais do

seu tempo; e como jornalista, estou atento a essas questões e penso que é natural continuar a abordar questões prementes da nossa sociedade. Lá onde o jornalismo não consegue ir, a literatura permite uma outra linguagem, mais lírica, mais subtil, sem a rigidez da linguagem jornalística”, afirma.

O lugar do jornalismo e da ficção

Na sua escrita, o autor diz tentar conciliar esses dois

mundos, destacando os ensinamentos do jornalismo, como “observar o real, a escutar com atenção, a escrever com precisão, e sobretudo a respeitar os factos, aproveitar o melhor que tem, o rigor, a síntese, mas sei que a literatura permite esta linguagem muito mais flexível, mais calma, mais lírica, tento conciliar a rigidez jornalística com a musicalidade da linguagem literária,” diz Humberto Santos.

Muito mais do que informar, o autor pretende “tocar as pessoas”, dizer a verdade por caminhos “mais líricos, mais humanos”. E quem é a Loba e porquê um comício, como indica o título? A razão é a dimensão política que existe no romance, revela o nosso entrevistado.

“A Loba, a Ester, que é a personagem principal, é uma mulher madura, resoluta, inteira e tem também esta dimensão política; ela é filha, é mãe, é esposa, e tem esse último comício, no final do livro. E aqui o último tem um significado simbólico no sentido de ser um ponto de viragem, porque no último momento ela enfrenta não só o público, as pessoas no comício, mas enfrenta-se a si própria, os seus problemas, os seus traumas que ela carrega.

Mas é uma loba que ruga com ternura, podemos dizer”, avisa Humberto Santos. Uma mulher que dentro do seu partido enfrenta discriminações e que supera as suas vulnerabilidades. O retrato de algumas protagonistas do país social e político, na pena deste autor, jornalista e observador da actual realidade cabo-verdiana e do mundo.

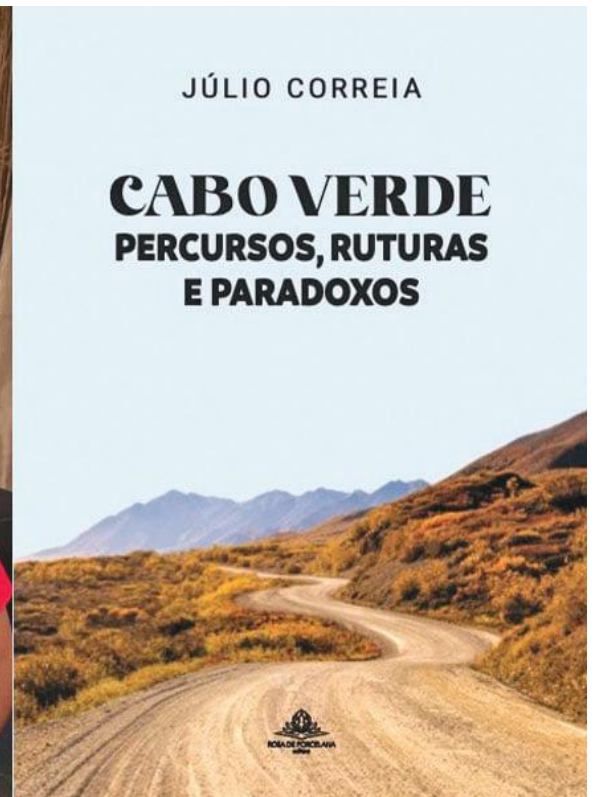
Júlio Correia, a propósito do livro “Percurso, ruturas e paradoxos”

“Hoje cada partido funciona como partido único”

De rupturas, o antigo autarca, parlamentar e governante do PAICV, Júlio Correia preferiu falar da história, da mudança de regime ocorrida em 1991, no livro que será publicado amanhã, na Praia. Na linha de outros recentemente lançados, Correia também aborda esta questão, que está intimamente ligada ao percurso feito por Cabo Verde, desde a sua independência. Re-cua até aos primeiros textos programáticos, aos primeiros discursos feitos no momento de arranque do país rumo ao futuro aguardado, pela mão dos primeiros governantes.

O antigo dirigente do PAICV, hoje cidadão sem partido, diz que os factos históricos precisam de distância, de tempo, para se poder ter um olhar mais frio sobre o passado. Mas aqui, acentua, distancia-se das análises “revisionistas”, daqueles que ao fazerem-no “põem em crise muito do que foi o passado, um recorte que não é sincero, mas sim interesseiro”. No seu caso, optou por ter um cuidado e de pôr em crítica alguns aspectos concretos, pela experiência vivida, numa análise desse passado de Cabo Verde.

“O livro começa num momento de desconforto, fui ler o programa do governo de 1975 e concentrei-me nos pilares para a então chamada ‘reconstrução nacional’. Questionei-me o que aconte-



Antigo dirigente do PAICV, autarca e governante, Júlio Correia analisa neste livro o contraste entre os discursos oficiais e as políticas programáticas com o país real. Assim como os principais pilares definidos para o desenvolvimento de Cabo Verde, face à realidade, para chegar ao estado actual da política partidária. Correia aponta o que diz ser o monolitismo do discurso actual e da prática dos partidos, que diz ficarem aquém da sociedade e da cidadania.

Joaquim Arena

ceu com esses pilares da ‘reconstrução nacional’, duas palavras que serviam mais de slogan, as obras que era preciso fazermos, estradas, edifícios, era mais um projecto mobilizador, para criar-se Estado onde não havia, dar dignidade onde havia subordinação colonial, a ideia de pertença”.

No fundo, continua, “essa ideia era mais do que o anúncio de obras, ia bem mais

longe, era mobilizadora, pois convidava a nação para uma consciência sobre si própria, tudo baseado num slogan sobre um território árido, fragmentado, com as fomes cíclicas e a emigração como válvula de sobrevivência”.

Partido como “luz e guia”

O entrevistado do A NAÇÃO pretende demonstrar no seu livro, é que na época “o

partido como luz e guia fazia sentido, porque era ele quem tinha um programa, os quadros, os pilares para a reconstrução nacional; os homens que se sentaram à mesa eram aqueles, os pilares eram aqueles”. E vai mais longe, ao afirmar que “ser luz e guia não era uma imposição ideológica, era preciso conceber o país e a sua capacidade organizativa, ter um programa estruturado”.

Na análise que faz e como mote para o arranque do livro, Júlio Correia diz que desalinha com muitas teses acerca dessa perspectiva, pois “luz e guia passou a ser o povo, quando regresssei dos meus estudos em finais de 1980, a sensação que havia é que a sociedade cabo-verdeana é que era a ‘luz e guia’”.

“Antes era semântica, uma estratégia de reconstrução, mobilização.” Esta é a base para um olhar que o autor diz lançar sobre este primeiro período, que incluía os restantes pilares: administração pública, a educação, a saúde, a reforma das estruturas agrárias. Foi ver como se comportaram e como é que a narrativa política que idealizou estes pilares, os discursos de 1975, como tudo isso se cruzou com o país real. “Descobri que graças ao

pragmatismo dos cabo-verdianos, o país real parecia ser mais forte, em determinados momentos, do que a ideologia; como disse, era preciso criar quadros, obrigar a reajustes na implementação dos pilares, num território fragmentado e sem recursos”.

Fala de uma espécie de “inflexão silenciosa”, na narrativa, com o país real “exigindo uma administração diferente: não se desmantelou a administração pública, como outros fizeram”. Aqui considera que houve “inteligência institucional”, o que permitiu a Cabo Verde preservar a memória pública. “Não era uma questão apenas de regras, de cumprir as leis, mas também valores, hábitos, de cognição”.

O livro parte de 1975 vindo até aos dias de hoje. E a actualidade também é alvo de sua reflexão, num exercício de comparação e de análise das expectativas criadas, nos primeiros tempos.

“Não temos ‘mainstream’”

“Hoje, temos ainda problemas, como num serviço público, no balcão que separa o cidadão do Estado, em que aquele parece estar sempre numa posição de quem pede, e lhe respondem ‘volte amanhã’; ainda não há solução para estes problemas.

Já no capítulo dos ‘paradoxos’, Correia destaca o papel da sociedade que “desafiou a autoridade política e incubou a abertura política”.

O autor explica, finalmente, como “a democracia cabo-verdiana não nasceu contra o sistema mas dentro dele; na segunda metade dos anos de 1980, a sociedade já falava por si”.

Partidos-fortaleza

Após anos como militante, parlamentar em governante do PAICV, denota grande desilusão no panorama político actual. “Temos um regi-

me pluralista, mas não mudámos substancialmente a nossa cultura política para acompanhar o regime pluralista; cada partido funciona como partido único, num monolitismo de um só partido, e temos o exemplo da nomeação dos titulares dos órgãos externos à Assembleia Nacional. Cada partido anda à procura de unanimidades internas, demasiado hierárquicos e não temos ‘mainstream’; discute-se e quem cede é porque foi derrotado, falta cultura de compromisso de um regime pluralista”, aponta, como sendo um dos maiores paradoxos da vida político-partidária nacional.

Uma realidade que, segundo ele, fará com que no futuro a cidadania ultrapasse os partidos políticos. “Sou suspeito, porque também fui político e parlamentar, mas hoje o debate é binário, se um deputado diz sim, o outro diz não, se um está certo, o outro está errado;

existe uma narrativa real e outra fictícia sobre o país. Cabo Verde teve a abertura política, mas manteve uma cultura política fora da pluralidade”.

Desvinculado do PAICV desde Julho de 2024, Júlio Correia diz não ter hoje militância política, nem proximidade a qualquer partido. “Hoje o meu partido é Cabo Verde, estou mais neste diapasão; o livro tem a particularidade de me situar numa linha mais ensaística, com um olhar crítico sobre partidos políticos que pararam no tempo, em que a sociedade é mais madura que os seus mecanismos políticos, em que estes não conseguem passar de partidos-fortaleza para partidos que fazem a ponte, para se poder ter acesso a esse bem comum; o livro propõe esse campo mínimo, para uma eficiência na administração pública, educação e sentido de estratégia para poder combater a burocracia”.

Livro lançado amanhã

“Percurso, ruturas e paradoxos” é lançado amanhã, sexta-feira, pelas 18 horas, no auditório do Banco Interoceânico, em Chã de Areia. A apresentação estará a cargo de Arnaldo Andrade e Felisberto Vieira.

Júlio Correia é sociólogo e mestre em Administração Pública, com mais de 30 anos de experiência no serviço público. Integrou com José Maria Neves, Cristina Fontes e outros dirigentes, o grupo de dirigentes que, em 1997, enfrentou Pedro Pires na disputa à liderança do PAICV. Foi deputado, primeiro presidente da Câmara Municipal dos Mosteiros, ministro da Administração Interna e vice-presidente da Assembleia Nacional. Destacou-se ainda, como dirigente partidário, tendo sido vice-presidente e secretário-geral do PAICV.



PUB



Ministério
das Finanças

Direção Nacional de Receitas do Estado

A DNRE está mais próxima de si

Conheça os novos serviços de apoio ao contribuinte.

A Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE) está a implementar um conjunto de novos serviços e ferramentas digitais que tornam o relacionamento com o Estado mais simples, rápido e acessível.

Através da **campanha “DNRE + Perto de ti!”**, estão a ser divulgados os novos Quiosques Digitais, a newsletter institucional e o manual de utilizador do Portal da DNRE. Tudo pensado para facilitar o cumprimento voluntário das suas obrigações e dar-lhe mais autonomia no uso dos canais digitais.

Se precisa de ajuda para emitir faturas, consultar débitos, submeter declarações ou simplesmente esclarecer dúvidas, agora tem várias formas de o fazer - presencialmente ou online.

Mais serviços. Mais autonomia. Mais perto de si.



Daniel Almeida

IV Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF)

Manipulação, omissão e riscos para a credibilidade estatística nacional

Este Governo do MpD é o único que não conseguiu, em 10 anos, apresentar um Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias. Esta situação coloca Cabo Verde num embaraçoso limbo estatístico que mina profundamente a credibilidade das suas instituições e levanta sérias e inadiáveis questões sobre a transparência governamental e a integridade da informação pública.

A falta de actualização dos dados do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF) e, consequentemente, de indicadores cruciais como o Índice de Preço no Consumidor (IPC) e os limiares de pobreza, tem implicações graves e abrangentes para a vida quotidiana dos cabo-verdianos e para a própria governação do país.

O IPC, que actualmente se baseia na estrutura de consumo de 2015, não reflecte de forma alguma o consumo real das famílias em 2023, numa economia em constante mutação. Esta desactualização crónica leva a uma subestimativa ou sobrestimativa da inflação, gerando uma distorção perigosa da realidade económica.

Isto significa, na prática, que os ajustes salariais, as pensões, as reformas e os diversos apoios sociais, que frequentemente utilizam o IPC como referência fundamental para a sua correção monetária, podem estar drasticamente desajustados da realidade inflacionária.

Tal desajuste compromete seriamente o poder de compra da população, especialmente os grupos mais vulneráveis, e mina a eficácia das medidas governamentais de combate à

pobreza e à exclusão social.

Além disso, a impossibilidade de atualizar os limiares de pobreza e de ter um perfil recente dos pobres significa que o país não possui um retrato fidedigno e atualizado da evolução do número de pessoas em situação de carência, dificultando enormemente o desenho e a implementação de políticas sociais direcionadas e de impacto real.

O planeamento económico e social torna-se uma tarefa quase impossível, um exercício de adivinhação, quando as estatísticas básicas estão desatualizadas ou são questionáveis na sua essência, conduzindo a uma governação menos transparente, menos responsável e, fundamentalmente, menos eficaz na resolução dos problemas do país.

Um poço de opacidade

O tão aguardado IV IDRF, referente ao ano de 2023, deveria servir para indicar soluções à intrincada realidade socioeconómica de Cabo Verde. Contudo, o que se observa é um cenário diametralmente oposto: o IV IDRF transformou-se num poço de opacidade, com dados sistematicamente escamoteados, acusações graves de manipulação e um preocupante desrespeito pela verdade estatística.

Lançado oficialmente em Outubro de 2022, mas com a sua equipa técnica em pleno funcionamento no terreno desde o início desse mesmo ano, prometia ser uma ferramenta estatística de valor inestimável.

O gabinete responsável pela operação foi constituído

com diligência logo nos primeiros meses de 2022, contando com uma coordenadora e uma equipa técnica experientes, as quais, beneficiando do apoio de um conjunto de consultorias especializadas e de um substancial apoio do Banco Mundial, tiveram sob a sua responsabilidade a complexa tarefa de preparar e realizar este inquérito de larga escala.

Os objectivos delineados para este inquérito eram claros, ambiciosos e cruciais para o desenvolvimento sustentável do país: em primeiro lugar, pretendia-se conhecer com detalhe o nível e a estrutura das despesas de consumo e das receitas das famílias cabo-verdianas, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Este conhecimento aprofundado permitiria uma análise minuciosa da saúde económica dos agregados familiares e das tendências de consumo e poupança em Cabo Verde.

Em segundo lugar, o inquérito visava proporcionar uma compreensão abrangente sobre como vivem e o que consomem os cabo-verdianos, oferecendo um retrato fiel e atualizado dos padrões de vida, das preferências de consumo e das necessidades básicas da população em diferentes regiões e estratos sociais.

Um dos pilares fundamentais do IV IDRF era a medição da pobreza, seus indicadores e os seus determinantes específicos, como a percentagem de população pobre, dados que são absolutamente essenciais para a formulação de políticas sociais eficazes e para a monitorização dos progressos no combate à exclusão.

Adicionalmente, o inquéri-

to propunha-se a medir o consumo de determinados bens alimentares essenciais, como carne, leite, óleo, frutas, entre outros, permitindo uma avaliação rigorosa da segurança alimentar, dos hábitos nutricionais da população e da prevalência de deficiências alimentares.

A medição de indicadores específicos sobre a nutrição, em particular a das crianças, era outro objetivo primordial, sublinhando a importância da saúde pública e do bem-estar infantil.

Por último, mas não menos importante, o inquérito tinha como meta crucial atualizar os ponderadores do IPC – um deflador vital para medir a inflação – e estimar o consumo privado, um componente essencial que integra as Contas Nacionais, elementos vitais para a precisão das estatísticas macroeconómicas e para a tomada de decisões económicas.

Aumento de custos, mas sem resultados

Com um orçamento inicial que rondava os 2,54 milhões de dólares, o projeto acabou por ver os seus custos escalam significativamente, atingindo, segundo informações fidedignas de fontes internas do INE, os três milhões de dólares, o que equivale a uma soma astronómica de cerca de 300 mil contos.

Este valor avultado foi suportado por um consórcio robusto de financiadores internacionais e nacionais, incluindo o Governo de Cabo Verde, o Banco Mundial, a cooperação luxemburguesa e as Nações Unidas.

“O tão aguardado IV IDRF, referente ao ano de 2023, deveria servir para indicar soluções à intrincada realidade socioeconómica de Cabo Verde. Contudo, o que se observa é um cenário diametralmente oposto: o IV IDRF transformou-se num poço de opacidade, com dados sistematicamente escamoteados, acusações graves de manipulação e um preocupante desrespeito pela verdade estatística.”



Sabe-se que a Cooperação Luxemburguesa contribuiu com uma quantia considerável de 450.000 euros, o que representa quase 50 mil contos, enquanto a contribuição das Nações Unidas não deverá ter ultrapassado este valor.

Com base nestes dados, conclui-se que o Banco Mundial terá sido o principal financiador, aportando cerca de dois terços do valor total do projecto, aproximadamente 200 mil contos.

Tratou-se, portanto, de um investimento substancial de recursos financeiros e humanos, que gerou grandes expectativas e se esperava que resultasse em dados robustos, fiáveis e credíveis, indispensáveis para o planeamento estratégico e a boa governação do país. O desperdício de tal soma de dinheiro público, face

ao desfecho calamitoso, é, por si só, um escândalo.

Uma cronologia da desinformação

A expectativa em torno do IV IDRF era compreensivelmente alta, e as declarações oficiais da liderança do INE alimentavam a esperança de uma rápida e transparente disponibilização de informações cruciais para a sociedade cabo-verdiana.

Em Abril de 2023, o vice-presidente do INE, Fernando Rocha, com visível otimismo e confiança, anunciou publicamente que os primeiros resultados trimestrais do inquérito estariam disponíveis para consulta entre Maio e Junho do mesmo ano.

As suas palavras ecoaram como uma promessa de mo-

deridade e eficiência: “pela primeira vez vamos ter a possibilidade de ter dados trimestrais. Nesse momento estamos a olhar para os dados que estão a entrar e provavelmente no mês de Maio ou Junho teremos os primeiros resultados deste inquérito”.

O vice-presidente não só expressou satisfação com o bom andamento dos trabalhos de campo, como também elogiou o trabalho de sensibilização e o apoio da comunicação social, reforçando a ideia de que a instituição estava confiante na qualidade e na prontidão dos dados recolhidos.

No entanto, a realidade revelou-se drasticamente diferente e, para muitos, dececionante. A 09 de Agosto de 2023, o INE divulgou de facto estimativas da pobreza para o primeiro e segundo trimestres,

mas a euforia inicial foi rapidamente temperada pela própria instituição.

O INE apressou-se a clarificar que estas estimativas não eram, de forma alguma, “resultados preliminares oficiais do IV IDRF”. Em vez disso, eram cálculos baseados nos limiares de pobreza do III Inquérito, realizado em 2015, uma escolha metodológica que foi justificada por “recomendações técnicas do Banco Mundial” que, alegadamente, desaconselhavam uma atualização do limiar antes da conclusão da operação em curso.

O INE alertava explicitamente que os valores indicados não eram resultados preliminares do IV IDRF, e que estes só seriam divulgados no ano de 2024 (tanto os preliminares como os definitivos). Esta reviravolta abrupta e a necessidade de desmentir a natureza dos dados divulgados levantaram, desde logo, sérias e pertinentes suspeitas sobre a integridade do processo de recolha e análise, bem como sobre a transparência da comunicação institucional.

O mais perturbador é que, mesmo com os recursos substanciais e os apoios internacionais de que dispunha, o INE não conseguiu resolver este problema a tempo – uma falha

considerada estranha, incompreensível e de extrema gravidade para uma instituição com a sua responsabilidade nacional e internacional.

Ou seja, publicaram um falso resultado com base nos dados recolhidos, e ficou claro que o “problema” surgiu e foi detetado a meio do inquérito e, mesmo assim, o INE não conseguiu resolvê-lo a tempo, o que é muito estranho, considerando a estrutura, o investimento e a capacidade técnica que se esperava do projecto.

Pior ainda, a cronologia da desinformação continuou. Em Outubro de 2024, muito depois do término formal do inquérito e passados mais de um ano da primeira (e falha) publicação, o INE voltou a divulgar “estimativas da pobreza”, mas desta vez utilizando uma metodologia completamente diferente e sem explicar cabalmente a razão de tal mudança.

Esta ação foi um desvio significativo da expectativa de apresentação dos resultados reais e completos do IV IDRF, preferindo escamotear a verdade estatística por detrás de cálculos alternativos, incompletos e, para muitos, insuficientes, que em nada contribuíam para a clareza da situação socioeconómica do país.

Uma trajetória de sucesso interrompida

Cabo Verde tem uma história relativamente sólida e respeitável na realização de Inquéritos às Despesas e Receitas das Famílias, os quais, ao longo dos anos, se revelaram ferramentas estatísticas cruciais para a análise aprofundada da realidade socioeconómica do país.

O primeiro IDRF de que se tem registo foi realizado em 1989/1990, estabelecendo um precedente para a recolha sistemática de dados. Seguiu-se o II IDRF em 2001, que trou-

xe importantes atualizações e uma maior robustez metodológica, e, mais recentemente, o III IDRF em 2015, cujos resultados ainda hoje são a referência oficial para muitos indicadores.

Estes inquéritos anteriores foram amplamente reconhecidos pela sua qualidade metodológica, pela sua rigorosa implementação e, sobretudo, pela sua capacidade de fornecer dados fiáveis e representativos sobre os padrões de consumo, a distribuição

do rendimento e a prevalência da pobreza em Cabo Verde.

O sucesso destas operações anteriores contribuiu significativamente para a construção e manutenção da reputação do INE como uma instituição credível e competente, capaz de produzir estatísticas de alta qualidade que serviam de base sólida para o planeamento governamental, a avaliação de políticas públicas e a tomada de decisões estratégicas em diversos setores.

A expectativa, portanto, para o IV IDRF era naturalmente de continuidade, de aprofundamento e de melhoria contínua, aproveitando a vasta experiência acumulada e as lições aprendidas nos inquéritos precedentes para entregar resultados ainda mais precisos e relevantes. O contraste entre o histórico de sucesso e o atual falhanço do IV IDRF é, por isso, ainda mais chocante e questionável.

Senegal endurece leis anti-homossexualidade

Joaquim Arena

É sabido que para governar o Senegal, um Presidente da República precisa ter um amplo acordo com as várias forças de poder no país, que inclui uma maioria muçulmana, os seus chefes religiosos, cristãos, etc. Ser um dos países mais democráticos de África não significa que nessa 'casa' haja lugar para todos. O tradicional equilíbrio social do país, aberto e multiétnico, tem evitado a contaminação pelo extremismo religioso dos seus vizinhos e os golpes de Estado que assolam sobretudo esta região Ocidental do continente.

Mas nem todos podem viver livres com as suas opções de vida privada.

Ser homossexual num país de maioria muçulmana é estar condenado à clandestinidade. Em alguns é pôr a própria vida em risco. Por muito que seja a tradição democrática e os seus valores, com estadistas e poetas, que fazem do Senegal uma referência mundial, fica claro que há limites para a sua tolerância social. À semelhança de outros países africanos, o governo anterior já havia aprovado uma lei que criminaliza a homossexualidade.



Com base nela, antes de 7 de Fevereiro, já haviam sido detidos pela polícia 12 homens, entre os quais celebridades locais, acusados de "actos contra a natureza". Mas o jovem primeiro-ministro senegalês, Ousmane Sonko, anunciou esta terça-feira aos deputados um projecto de lei que visa endurecer as penas para actos homossexuais, com penas que vão de

cinco a 10 anos de prisão. Quem agradece são as várias associações religiosas do país, que nos últimos anos vêm pedindo o agravamento destas penas. Para além daqueles que vêm na homossexualidade, a "imposição de práticas e valores ocidentais, estranhos ao continente africano".

México: entre os cartéis de droga e Donald Trump

Após alguma hesitação às pressões de Donald Trump, a presidente mexicana Claudia Sheinbaum decidiu dar um sinal de cooperação com o seu vizinho do norte, no combate ao narcotráfico. E, tal como já contavam as autoridades, a resposta não se fez esperar. A retaliação à operação policial do governo contra o Cartel Jalisco Nova Geração (CJNG), que liquidou o seu líder Nemesio Oseguera Cervantes, conhecido como "El Mencho", já provocou 60 vítimas. Membros desta organização criminosa, uma das facções mais poderosas e temidas do México, causou o caos em várias cidades do país, causando a morte a pelo menos 25 membros da Guarda Nacional.

O tumulto provocou o incêndio de estabelecimentos comerciais, bancos e farmácias, bloqueio de vias com autocarros em chamas, pregos e objectos pontiagudos espalhados

pelas estradas. Imagens aéreas mostravam uma zona de guerra, com focos de incêndio em estradas de várias cidades do país. Numa operação de mão de ferro, o governo mexicano anunciou o envio de 2500 militares para a região oeste do México, que se juntam aos 7000 soldados e agentes

do exército e da Guarda Nacional que já haviam sido deslocados em Jalisco, no passado fim de semana.

O chefe do Cartel, "El Mecho", considerado o homem mais procurado do México, morreu no passado domingo, sob custódia da polícia, pouco depois da sua captura pelas

forças especiais mexicanas. Apesar desta pequena vitória, o combate aos cartéis, exigido por Donald Trump ao México, poderá ter custos elevados para a segurança do país. Para além do facto de ser praticamente impossível a sua total eliminação, de acordo com especialistas.



Guerra na Ucrânia entra no quinto ano

Quando em 24 de Fevereiro de 2022 o mundo assistiu à invasão da Ucrânia pelas tropas russas, estacionadas na sua fronteira havia semanas, ninguém acreditou que a Europa pudesse viver uma guerra tão longa. Deu lugar ao maior êxodo de populações no continente depois da Segunda Guerra Mundial, rumo aos países vizinhos, com a Polónia a receber o maior número de ucranianos. A intervenção diplomática americana e europeia, no meio de sanções económicas imediatamente declaradas, prometiam uma pressão sobre Putin e a economia russa.

A resistência ucraniana dava provas e a 'Operação Especial' russa bateu num muro intransponível que impediu o passeio planeado até Kiev. Mas não se adivinhava o inferno de Mariopol nem o rapto de milhares de crianças ucranianas enviadas para Moscovo. Nem os ataques destruidores das linhas de abastecimento de energia, tornando cada inverno ucraniano num verdadeiro inferno. Se a Ucrânia deu provas

de bravura, afundando parte da frota russa estacionada na Crimeia e destruindo vários aviões em ataques de drones, demonstrou incapacidade para repelir a ocupação russa de várias cidades do Donbass.

E o conflito ali ficou por aquela região fronteira, com avanços e recuos de poucos quilómetros. Uma espécie de impasse, entre trincheiras, a lembrar a linha da frente europeia da Primeira Grande Guerra. Dados da ONU e outras organizações como a Human Rights Watch indicam um total muito perto dos 2 milhões de baixas militares e 15 mil desaparecidos, para além da destruição de infraestruturas e um impacto devastador entre a população civil. Nos últimos meses, perdeu-se a conta dos encontros, cimeiras, viagens, visitas e tentativas para chegar a um acordo de paz, entre Kiev e Moscovo. O presidente Zelensky não entrega territórios exigidos e Putin não abre a mão deles. Donald Trump ameaça ambos, mas nada acontece. E o mundo assiste, impotente.



Acusados de mandantes da morte de Marielle Franco em tribunal

São as ligações perniciosas entre a classe política e o crime organizado que também estarão sob julgamento pelo Supremo Tribunal de Justiça brasileiro, no caso do assassinato da activista Marielle Franco. Chiquinho e Domingos Brazão são acusados de terem encomendado a morte de Marielle Franco e do seu motorista em 2018, no centro do Rio de Janeiro, no julgamento que começa agora. Marielle tinha 38 anos e era uma activista muito activa que nascera numa favela, para se transformar numa das vozes mais críticas da milícia organizada da cidade do Rio de Janeiro.

Os antigos agentes da polícia militar, que executaram a ordem, já foram condenados a penas de prisão pesadas, em 2024. A justiça brasileira tem agora em mãos a acusação do antigo deputado federal Chiquinho Brazão e do seu irmão Domingos, deputado estadual, acusados de terem sido os mandantes do as-

sassinio de Mariel e do motorista. Na origem destas mortes, defende a acusação, está a oposição de Marielle e a sua denúncia dos planos que teriam legalizado terras de forma ilegal, confiscadas pelas milícias que controlam vastas parcelas de terra da cidade.

As milícias no Rio de Janeiro surgiram há quatro décadas, pela mão de alguns antigos oficiais da polícia e agentes de segurança que decidiram criar grupos de auto-defesa das comunidades contra gangues de traficantes de droga. Estas milícias rapidamente se transformaram em organizações criminosas e passaram a controlar vastas zonas da cidade, extorquindo os moradores e apropriando-se de terrenos públicos para seus negócios. Segundo a imprensa, Chiquinho e Domingos Brazão, acusados da autoria moral do crime, construíram uma poderosa rede de influência na Zona Oeste do Rio de Janeiro.





Flora Lopes *

Justiça climática: quem deve pagar pela crise ambiental?

A crise climática é hoje um dos maiores desafios globais. Os impactos das alterações climáticas são sentidos em todos os continentes, mas de forma desigual. Ondas de calor extremo, secas prolongadas, incêndios devastadores e fenómenos meteorológicos cada vez mais violentos são sinais inequívocos de que o planeta está em desequilíbrio. Surge, assim, a questão central: quem deve assumir a responsabilidade legal e financeira pela crise ambiental?

A justiça climática defende que os custos não devem recair uniformemente sobre todos, mas sim sobre aqueles que mais contribuíram para o problema e que mais capacidade têm para agir.

O princípio do poluidor-pagador estabelece que quem causa danos ambientais deve ser responsabilizado. Países e empresas que enriqueceram explorando combustíveis fósseis têm uma dívida histórica para com comunidades que hoje sofrem os efeitos sem terem beneficiado desse modelo económico. Acresce ainda a equidade intergeracional: proteger os direitos das gerações futuras, que herdarão os efeitos das decisões tomadas hoje.

Justiça climática como questão de direitos humanos

A justiça climática não é apenas uma questão ambiental, mas também uma questão de direitos humanos. Os impactos da crise climática afectam directamente o acesso à água potável, à alimentação, à saúde e à habitação, ampliando desigualdades já existentes.

Comunidades vulneráveis, muitas vezes sem voz nos processos de decisão, são as que

mais sofrem com secas prolongadas, inundações repentinas ou a perda de meios de subsistência.

A crise climática agrava problemas sociais como pobreza, migração forçada e insegurança alimentar, transformando-se num factor de instabilidade política e económica.

Por isso, a justiça climática exige mecanismos de participação democrática e de responsabilização, garantindo que aqueles que estão na linha da frente da crise tenham também lugar na mesa das soluções. Não se trata apenas de reduzir emissões, mas de assegurar que políticas públicas e decisões internacionais considerem os direitos das populações mais afectadas.

A inclusão de comunidades locais, povos indígenas e países em desenvolvimento nos processos de negociação climática é essencial para que as soluções não sejam impostas de cima para baixo, mas construídas de forma justa e solidária.

A crise climática, entendida como uma crise de direitos humanos, obriga a repensar o papel dos Estados e das instituições internacionais. O acesso à justiça, à informação e à participação política torna-se parte integrante da luta contra as alterações climáticas.

A justiça climática, nesse sentido, é também uma luta pela democracia e pela dignidade humana, pois só com sociedades inclusivas e participativas será possível enfrentar os desafios que o futuro nos coloca.

Responsabilidade dos Estados e da comunidade internacional

Os países desenvolvidos são responsáveis pela maior parte das emissões históricas

de gases com efeito de estufa. Já os países em desenvolvimento sofrem os impactos mais severos, apesar de terem contribuído muito menos.

Instrumentos internacionais como o Acordo de Paris e o Fundo de “Perdas e Danos” aprovado na COP27 procuram corrigir esta desigualdade. A responsabilidade dos Estados deve ser entendida como obrigação jurídica e ética de proteger os cidadãos e cooperar internacionalmente.

Mas a justiça climática exige mais do que compromissos diplomáticos: requer solidariedade efectiva. Apoio financeiro, transferência de tecnologia e capacitação institucional são mecanismos indispensáveis para que países vulneráveis possam adaptar-se e mitigar os efeitos da crise. Sem isso, a retórica internacional corre o risco de se tornar vazia, perpetuando injustiças históricas.

O papel das empresas e da economia global

As empresas desempenham um papel central. Estudos revelam que cerca de 100 companhias de energia e combustíveis fósseis são responsáveis por mais de 70% das emissões globais desde 1988. Multiplicam-se os litígios climáticos contra grandes poluidores, acusados de ocultar informação ou de não adoptarem medidas de mitigação. A responsabilização empresarial é essencial para assegurar que os custos da crise não recaem injustamente sobre os cidadãos.

A transição energética não pode ser vista apenas como uma oportunidade de negócio, mas como uma obrigação moral e legal. Empresas que lucraram com a exploração intensiva de recursos naturais

devem agora investir em soluções sustentáveis, transparência e inovação.

A justiça climática exige que o sector privado assuma responsabilidades proporcionais ao seu impacto, contribuindo para uma economia de baixo carbono e para a protecção dos direitos das comunidades afectadas.

O papel dos cidadãos

Embora os cidadãos comuns tenham uma pegada ecológica menor, também desempenham um papel relevante. As escolhas de consumo, os hábitos energéticos e a mobilização cívica são instrumentos de mudança.

Contudo, a justiça climática defende que não se pode equiparar a responsabilidade de um indivíduo à de uma multinacional ou de um Estado industrializado. Ainda assim, a pressão social e os movimentos de base têm sido decisivos para colocar a crise climática no centro da agenda política e empresarial.

Cada gesto individual, quando somado ao colectivo, contribui para transformar a consciência social e acelerar a transição para um futuro sustentável.

O caso de Cabo Verde

Em Cabo Verde, o quadro normativo já aponta caminhos. A Constituição consagra o direito a um ambiente saudável e o dever do Estado de proteger os recursos naturais. O Código Penal prevê crimes ambientais, mas mostra-se insuficiente perante a nova realidade climática. A Lei n.º 71/X/2026 – Definição das bases da política do clima – representa um marco jurídico fundamental. Reconhece a

“Para Cabo Verde, a Lei n.º 71/X/2026 é um instrumento essencial de preparação e reivindicação internacional. Mas a justiça climática é também uma exigência ética e uma condição para a sobrevivência e prosperidade das gerações futuras.”

Cabo Verde, dívida pública e poder de decisão:

Os limites político-económicos da consolidação fiscal



Eurico Mendes*

emergência climática e estabelece objectivos, princípios e mecanismos de responsabilização. Este diploma coloca Cabo Verde na linha da frente da acção climática, mas é igualmente urgente reforçar o quadro penal, incluindo o conceito de ecocídio como crime autónomo.

Em jeito de conclusão

A crise ambiental é, acima de tudo, uma crise de justiça. Não basta reduzir emissões; é necessário garantir que os custos da transição e da reparação sejam distribuídos de forma justa.

Para Cabo Verde, a Lei n.º 71/X/2026 é um instrumento essencial de preparação e reivindicação internacional. Mas a justiça climática é também uma exigência ética e uma condição para a sobrevivência e prosperidade das gerações futuras.

Só uma acção concertada entre países e comunidades poderá assegurar que ninguém fica para trás. A solidariedade internacional deve transformar-se em compromissos concretos e verificáveis.

A defesa do ambiente é inseparável da defesa da dignidade humana. O futuro dependerá da nossa capacidade de agir com coragem e responsabilidade colectiva.

É urgente transformar a consciência em políticas públicas eficazes. A cooperação científica e tecnológica será decisiva para enfrentar os desafios globais. Cada geração tem o dever de deixar um legado de esperança e equilíbrio ecológico.

*Mestre em Direito e Prática Jurídica, especialidade Jurídico-Forense, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

A discussão sobre a dívida pública em Cabo Verde tem sido tratada sobretudo como uma questão técnica, expressa em rácios, metas fiscais e modelos de sustentabilidade.

Contudo, por detrás desses indicadores existe uma dimensão política incontornável: a forma como o Estado decide, negocia e prioriza políticas económicas num contexto de limitações estruturais e dependência externa.

Assim, a consolidação fiscal é mais do que um exercício contabilístico - é um processo político-económico que revela os limites e as escolhas de um pequeno Estado insular em desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, Cabo Verde construiu uma reputação internacional de boa governação económica, beneficiando de financiamento concessionado e de uma relação positiva com parceiros multilaterais.

Este "capital institucional" funcionou como ativo estratégico, permitindo ao país recorrer a endividamento para financiar infraestruturas, estabilizar ciclos e compensar fragilidades produtivas. No entanto, esta dependência do financiamento externo acabou por criar incentivos políticos à manutenção de um Estado investidor, frequentemente pressionado por expectativas públicas crescentes e por ciclos eleitorais que tendem a privilegiar políticas de curto prazo.

A dívida pública, sobretudo quando cresce em con-

texto de choques externos, passa a condicionar as margens de ação do próprio governo. A necessidade de garantir credibilidade fiscal perante doadores e mercados financeiros internacionais transforma-se num fator político relevante, reduzindo a flexibilidade para responder a demandas sociais e para implementar políticas expansionistas.

A literatura sobre economia política demonstra que pequenas economias abertas, com forte dependência de capital externo, enfrentam "restrições de soberania fiscal": o espaço de decisão interna é moldado por compromissos e condicionalidades implícitas na relação com financiadores. Cabo Verde não é exceção.

A consolidação fiscal em curso deve, portanto, ser lida como uma estratégia de reposicionamento político. Reduzir a dívida e reforçar a disciplina orçamental não é apenas um objetivo macroeconómico: é uma forma de recuperar autonomia decisória, aumentar previsibilidade institucional e reposicionar o país como parceiro fiável num cenário internacional competitivo.

Contudo, esse processo envolve escolhas difíceis. Consolidar significa reavaliar prioridades, conter despesas pouco produtivas e resistir a pressões distributivas que, embora legítimas, podem comprometer a credibilidade externa.

Limitar o debate da dívida ao campo técnico é insuficiente. A questão central é

política: que modelo de Estado e que modelo de desenvolvimento o país pretende sustentar? Um Estado grande, financiado por dívida, pode estimular crescimento de curto prazo, mas tende a aumentar dependência e reduzir resiliência. Um Estado mais contido pode preservar estabilidade, mas corre o risco de limitar capacidade de investimento estratégico. Este é o dilema estrutural da economia cabo-verdiana.

Para ultrapassar este impasse, Cabo Verde precisa de articular três frentes: reforçar instituições económicas, promover reformas estruturais que reduzam custos de contexto - sobretudo para empresas nacionais - e apostar num crescimento menos dependente do financiamento externo. A diversificação produtiva, a modernização administrativa e a competitividade das exportações devem ser vistas não apenas como objetivos económicos, mas como instrumentos de soberania política.

O desafio para os próximos anos será gerir a relação entre dívida, credibilidade e autonomia num contexto internacional incerto. A consolidação fiscal deve ser encarada como etapa de uma estratégia mais ampla: transformar vulnerabilidade estrutural em resiliência institucional e converter dependência externa em capacidade interna de decisão. Este é, em última análise, o verdadeiro sentido político-económico da sustentabilidade fiscal em Cabo Verde.

O desafio para os próximos anos será gerir a relação entre dívida, credibilidade e autonomia num contexto internacional incerto. A consolidação fiscal deve ser encarada como etapa de uma estratégia mais ampla: transformar vulnerabilidade estrutural em resiliência institucional e converter dependência externa em capacidade interna de decisão.



Marciano Ramos Moreira*

Nhos ka spera N po garafa sentu!

Nu ben konta partis

Na Sidadi-Velha, tenba 2 mos ki ta staba ta konpiti pa odja kenha ki era midjor na konta ka-si. Un txomaba Txiku Fanfaron i kel otu, Txéka Bazofu. Es tenba kuazi mesmu idadi, 21 anu. Rapazis ta staba ku gana pa Txiku ku Txéka kontra ku kunpanheru pabia, na lugar undi es kontraba, gargalhada era un tras di otu. Na verdadi plateia ka ta paraba di ri!

Nun tardinha na kanbar-di-sol na npena noroesti di 1º Se Katedral di África Osidental, rapazis staba djuntadu ta konta partis. Mas kel tardi era diferenti: staba la, frenti a frenti, 2 rei di kontadoris di ka-si di Sidadi di Ribeira Grandi di Santiago, 1º postu kolonial europeu na tropikus.

Antis txiga dretu, Txiku Fanfaron kumesa:

- Rapazis, nhos ka ta akredita, mas e ka ka-si, nau! Oji, N pega uma txitxaru, asi! – Txiku abri brasus i stika-s, kurva dedus pa mostra tamanhu di kel pexi.

Istu e, si bu akredita na kuza ki Txiku Fanfaron sa ta flaba, txitxaru tenba mas di 1 metru i meu di konprimentu. Tudu plateia abri boka, ragala odju, ku kara di kenha ki ka sa ta akreditaba na afirmason di Txiku Fanfaron. Nton, Txiku ba ta nkodje brasus divagari-

nhu pa el pode para la na pontu undi ta baba parse-l ma na poku na poku maioria di prizentis dja baba na se kantiga. Mas rapazis sa ta kontinuaba inkredulu, di manera ki kantu Txiku ta baxaba brasus, el sa ta mostraba un konprimentu pertu di uns 30 sentimetru.

Txéka Bazofu ka podeba dexa pasa kel oportunitadi di oru di po Txiku pasa burgonha:

- Mas, Txiku, bu txitxaru era asi, asi, asi o asi? – Txéka: primeru, stika ses brasu pa indika un konprimentu di serka di 1 metru i meu; a sigir, streta ses brasu pa indika un konprimentu di serka di 1 metru; dipos, kontinua ta streta brasus pa mostra un konprimentu di meu metru; i, na fin, un konprimentu di serka di 15 sentimetru.

Npos, Txéka po Txiku kontra paredi:

- Txitxaru era asi! – Txiku kaba pa mostra un konprimentu di serka di 30 sentimetru.

Mas, inda asi, maior parti di plateia teneba ar di kenha ki ka sa ta akreditaba. Nton, ku relutansia i xatiadu, Txiku mostra, finalmenti, un konprimentu di serka di 20 sentimetru:

- Ben, era asi, i kenha ki tra-m mon di es pozison, N ta

koba-l na se mai!

Rapazis ratxa grasa kantu es odja ma, afinal, Txiku Fanfaron ka mesteba abri brasus...

Txéka Bazofu, satisfeito ku se intervencion, ki po se konkurenti bira objetu di txokota, kumesa:

- Rapazis, dja N pega Txiku na konta ka-si! Txiku ka ten medu di nhos gozu, e se distinu... N sa ta ben konta-nhos un kuza. E stranhu, mas di-meu e di me divera! Es fla-m ma ten un tera ki ten un arvuri ton altu, ton altu ki bu ka ta odja se topu pabia el ta sta metedu na nuvens! Si sta ku truvon di un ladu di kel arvuri, kenha ki sta di kel otu ladu, ka ta obi strondus!

Txiku, xatiadu trokadu se storia di pexi ki ka pasa sabi, rinka ku otu afirmason:

- Onti di tardi, N staba na Txada'l Forti kantu pasa, pa riba nha kabesa, uma santa maria di avi, mutu mas tamanhu ki avion a jatu! Bu ta odja biku, bu ka ta odja rabu, di ton tamanhu ki el era! Sukuru fitxa kantu el sa ta pasaba pabia es avi tapa sol ku se korpon!

Klaru, frenti di es izajeru, se konkurenti Txéka Bazofu ka podeba fika kaladu:

- Na, na! Bu sa ta konta mas un ka-si! Un avi di es tama-

nhu ka ta tenba kabu di xintanes mundu di Nhor Des!

Txiku Fanfaron, finalmenti xeiu di mural, prutesta, ku ar di vensedor:

- Bu sta nganadu, Txéka! Es fla-m ma kel avi ta xinta riba di bu arvuri!

Txéka Bazofu odja ma rapazis sa ta riba na se kusta. El Txéka, na kel mumentu, el staba npatadu ku se konkurenti 1-1. Di modi ki el tenba ki ranja mas un ka-si, di preferensia un inbative!

- Rapazis, N sa ta ba nha kaza. N sa ta ba toma nha whisky. N dadu un garafa di whisky di es tamanhu li! – Txéka labanta se palma di mon skerda na altura di se onbru.

Istu e, si bu akredita na se storia, aparentimenti, kel garafa di whisky tenba serka di 1 metru i 60 sentimetru di altura.

Tudu plateia abri boka, ragala odju, ku kara di kenha ki ka sa ta akreditaba na afirmason di Txéka. Nton, Txéka riaji kolokandu palma di se mon ndreta na altura di se biku, sen tra palma di se mon skerda di pozison inisial:

- Nhos ka spera N po garafa sentu!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Prato cheio

Ovo recheado com torta de limão

Ingredientes:

- 150 g de chocolate branco derretido;
- 60 ml de suco de limão;
- Merengue suíço;
- 2 xícaras (chá) de açúcar;
- 200 g de leite condensado;
- 50 g de biscoito maisena;
- 1 clara;
- raspas de limão para enfeitar.

Modo de preparo

- 1- No liquidificador bata o leite condensado com o suco de limão até ficar um creme consistente.
- 2- Depois, triture os biscoitos no processo utilizando uma forma de ovo de páscoa para moldar o chocolate branco derretido.
- 3- Reserve na geladeira até endurecer e retorne com o chocolate já moldado, coloque a farofa de biscoito e espalhe.
- 4- Por cima coloque o creme de limão, junte a clara e o açúcar em banho-maria até que o açúcar derreta por completo aproximadamente 4 minutos.
- 5- Retire quando o processo tiver finalizado ainda morno e com uma batedeira dê o ponto de bico firme.
- 6- Por fim, espalhe sobre o creme de limão ou use um bico de confeiteiro e enfeite com raspinhas de limão.

Bom apetite.



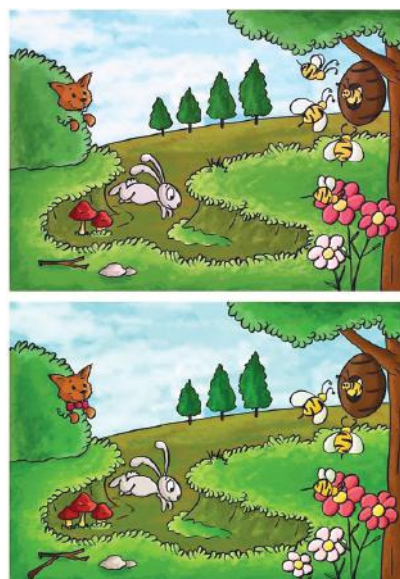
Caça-palavras



Encontre palavras relacionadas com sentimentos/valores:

- SOLUÇÕES:
- TOLERANCIA.
 - RESPONSABILIDADE
 - EMPATIA
 - AMIZADE
 - HONESTIDADE
 - RESPEITO
 - ESPERANÇA
 - ALEGRIA
 - PAZ
 - AMOR

Encontre sete diferenças



Talento

Adria Lopes, mais conhecida por Tamila, é empreendedora e formada nas áreas de contabilidade e administração, mas foi na estética e beleza que encontrou a sua vocação, visto que a paixão surgiu ainda na infância aos onze anos quando começou a fazer penteados nas suas irmãs e primas dando assim os primeiros passos.

Inicialmente realizava pequenos serviços em casa mas aos 18 anos passou a trabalhar num salão onde adquiriu novas experiências competências e conhecimentos técnicos na área da estética e foi precisamente neste contexto que decidiu dar um passo importante e em novembro de 2024 criou a sua própria empresa.

“O que mais me motivou pela esta

área foi a capacidade que a beleza tem de transformar não só a aparência física mas também o bem estar psicológico das pessoas elevando a autoestima”, afirma Tamila, acrescentando que “realçar a beleza de cada pessoa que passa pelas minhas mãos é também uma troca de energias positivas”.

A criação do “Ádria Salão de Estética e Beleza”, actualmente instalado na sua residência, surgiu também da necessidade deste tipo de serviço na zona onde reside bem como de incentivos de familiares, amigos e clientes oferecendo serviços de pedicure, manicure e penteados.

Entre os principais desafios destaca a gestão de tempo entre a vida familiar e profissional bem como a dificuldade

em encontrar um espaço adequado para instalar o salão ainda assim ela diz-nos que trabalhar em casa não diminui o profissionalismo sendo a qualidade do serviço prestado o fator mais importante.

“A minha maior motivação para não desistir tem sido o meu filho a minha principal fonte de força para continuar a trabalhar diariamente em busca de um futuro melhor”, diz Tamila.

Para o futuro Tamila pretende expandir o negócio abrir um espaço maior com uma oferta diversificada de serviços e consolidar a sua presença no mercado da beleza.

Adelise Furtado



Santiago

Mestre Domingos Fernandes ministra formação de produção de Cimboa

A formação decorre das 08h às 16h, durante os cinco dias, na zona de Fonte Lima, em Santa Catarina de Santiago. As vagas são limitadas a apenas 10 formandos, com idade superior a 15 anos, as inscrições são gratuitas e podem ser realizadas através do e-mail nosraiz.caboverde@gmail.com ou do número +238 520 28 13.

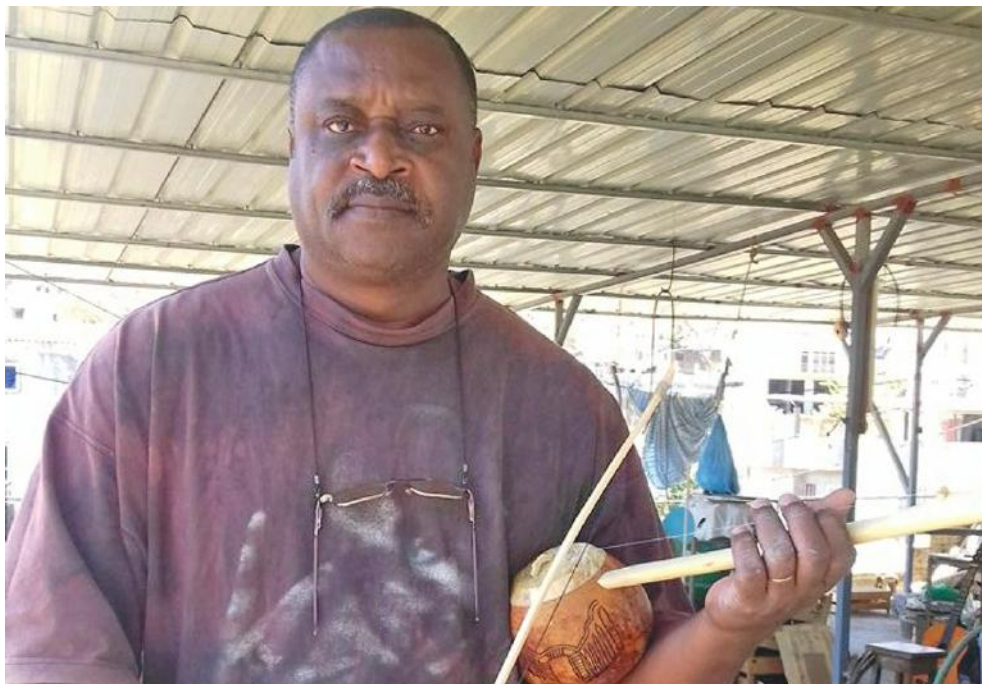
Mestre Domingos Pascoal Fernandes

Domingos Pascoal Fernandes é uma referência na preservação da Cimboa e desde 2006 já ensinou mais de 400 pessoas a encontrar as matérias-primas e a construir o instrumento, que quase desapareceu d Cabo Verde.

A Cimboa, segundo Domingos, parece um violino na forma mais simples, o corpo é a cabaça seca (“bule”)

O artesão Domingos Pascoal Fernandes ministra, de 02 a 06 de Março, em Fonte Lima, na Assomada, uma formação dedicada à produção artesanal da Cimboa, instrumento emblemático da cultura cabo-verdiana. As inscrições são gratuitas.

A Nação



de uma abóbora amarga que ninguém come, as cordas são feitas de rabo de cavalo ou crina e a pele é recolhida de uma cabra não muito velha, nem muito nova, para ter o som perfeito.

Domingos, além de artesão, é músico e uma das figuras da cultura em São Domingos. Na música, é discípulo de Ano Nobo, e no artesanato é ainda dos poucos que produz e toca cimboa, instrumento que está praticamente em desuso. Aprendeu com o mestre Manu Mendi, também ele de São Domingos.

A formação em Fonte Lima tem como parceiros o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas através do Instituto do Património Cultural (IPC) e conta com o financiamento do Ministère De L'Europe Et Des Affaires Étrangères, FONJEP, Solidarité Internationale, Ville de Pré Saint-Gervais, Agir In Seine.

Acontece

- ▶ Lançamento do livro “Cabo Verde - Percursos, Rupturas e Paradoxos” de Júlio Correia, no Auditório Banco Interatlântico, cidade da Praia, Santiago, sexta-feira, 27, às 18h

- ▶ Concerto Lysandra Gomes Duo, no Nautilus, Mindelo, São Vicente, sexta-feira, 27, às 20h



- ▶ Exposição “LEOMAR – Colrir as Ilhas”, degustação e música no Centro Sete Sóis Sete Luas, Cidade do Porto Inglês, Maio, sábado, 28, às 19h



- ▶ Concerto Neyna e Banda, no Disco Mazurca, Sal-Rei, Boa Vista, sábado, 28



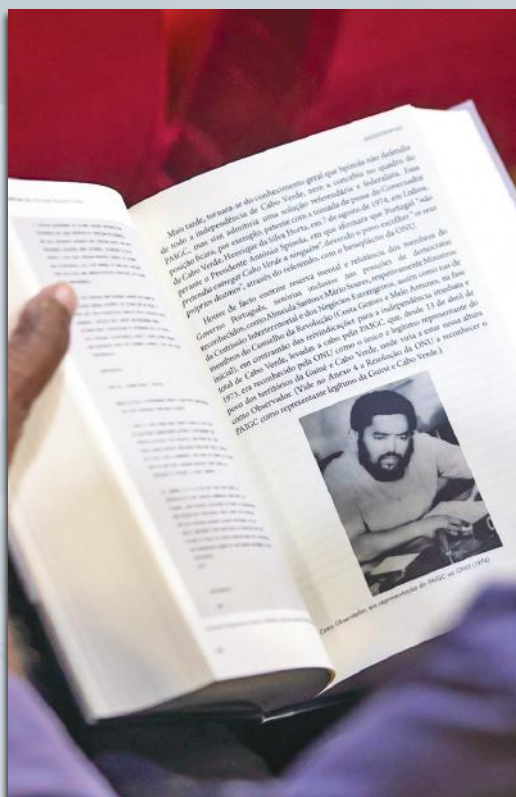
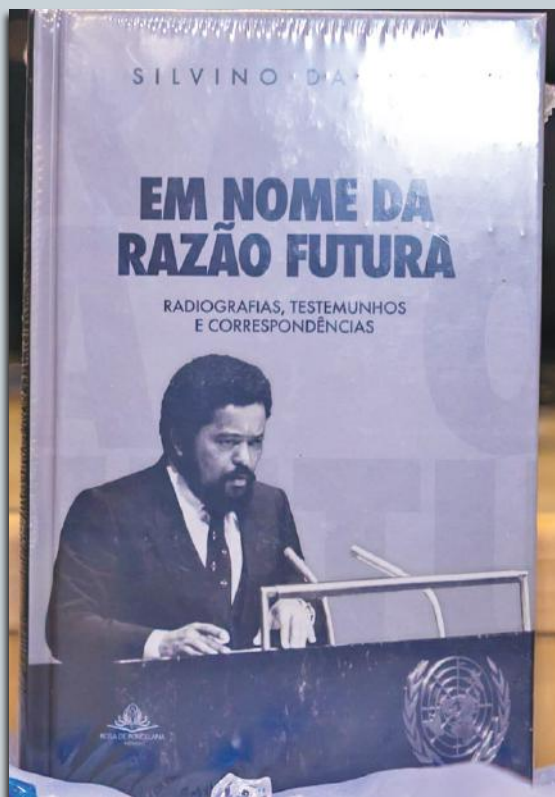
- ▶ Banda B.leza convida Lucibela, no B.Leza, em Lisboa, Portugal, sábado, 28, às 21h30.



Aconteceu...

- ▶ “Bem Badja Passada” com Garry, no Hangar 7, Cidade da Praia, Santiago.





«Em nome da razão futura», Apresentação na Universidade do MindeLo, Cabo Verde, a 27 de janeiro de 2026

O auditório Onésimo Silveira da Universidade do Mindelo, acolheu a 27 de Janeiro de 2026, o lançamento do livro **“Em Nome da Razão Futura: Radiografias, Testemunhos e Correspondências”**, do Comandante e Combatente da Liberdade da Pátria, Silvino da Luz que foi Ministro da Defesa e da Segurança Nacional de Cabo Verde (1975- 1980) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1980- 1991), entre outros importantes cargos assumidos ao mais alto nível.

A obra, prefaciada pela actual Presidente da República, José Maria Neves, e dada à estampa pela prestigiada editora Rosa de Porcelana, é também um tributo a Cabo Verde pelos seus 50 anos de independência (1975-2025) e uma homenagem ao “pai” das independências da

Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral, e ao antigo Presidente angolano Agostinho Neto, poeta, médico e estadista.

Além das considerações do Autor, a cerimónia de apresentação em São Vicente contou com intervenções do eminente historiador, António Correia e Silva, e dos Combatentes da Liberdade da Pátria, Luís Fonseca e Carlos Reis, que podem ser conferidas na integra neste suplemento.

“Um livro que, a meu ver, não podia faltar na bibliografia que se vai compondo sobre a história contemporânea de Cabo Verde,” sublinhou, António Correia e Silva, ex-Reitor da Uni-CV e Ministro da Educação e Ensino Superior.

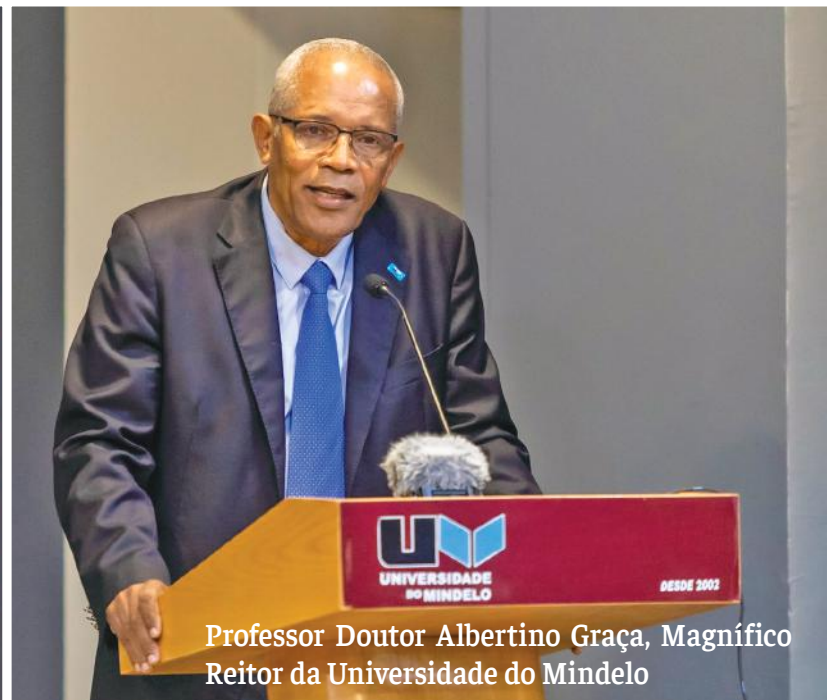


Apresentação na Universidade do Mindelo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

Momento especial, respeito, privilégio, gratidão, honra e razão futura



Márcia Souto, Editora de Rosa de Porcelana



Professor Doutor Albertino Graça, Magnífico Reitor da Universidade do Mindelo

Para o Magnífico Reitor da Universidade do Mindelo, Professor Doutor Albertino Graça, o lançamento e apresentação do livro do Comandante Silvano da Luz no Auditório Onésimo Silveira desta Universidade representou um “momento especial”, tendo sobretudo em conta que se tratou da “celebração da vida e do testemunho de um amigo e um companheiro de partilha de ideias. Um Combatente da Liberdade da Pátria a quem tenho muito respeito”.

“Momento especial”

Albertino Graça, também justificou o “momento especial”, pela contribuição que o Comandante Silvano da Luz deu e continua a dar a Cabo Verde e, de modo muito particular, a São Vicente e à Universidade do Mindelo.

Aquele Reitor recordou que, há cerca de cinco meses, o Auditório Onésimo Silveira ficou completamente submerso na sequência da tempestade Erin que devastou a

A abertura da cerimónia de lançamento e de apresentação do livro “Em Nome da Razão Futura: Radiografias, Testemunhos e Correspondências”, coube ao Magnífico Reitor da Universidade do Mindelo, Professor Doutor Albertino Graça, depois de um momento musical proporcionado pelo trio integrado pelos eminentes músicos cabo-verdianos Bau, Jacinto Pereira e Jorge Lopes. A Editora, Márcia Souto, em representação da editora Rosa de Porcelana, teceu algumas considerações, seguida dos apresentadores da obra, designadamente o Embaixador Luís Fonseca, o Comandante Carlos Reis e o Historiador António Correia e Silva, cujo texto de apresentação foi lido pelo poeta e escritor, Filinto Elísio, na qualidade de Editor de Rosa de Porcelana. Finalmente, o Autor, Comandante Silvano da Luz, teceu as suas considerações nesse evento que foi prestigiado por participantes dos mais diversos quadrantes que lotaram o Auditório Onésimo Silveira da Universidade do Mindelo.

ilha de São Vicente.

“Hoje, passados cinco meses, estamos aqui a celebrar e quero, em nome da nossa Academia, do Conselho Diretivo e Científico e da Fundação Isidora da Graça, agradecer a sua generosidade para que hoje tivéssemos condições de acolher este evento”, sublinhou Albertino Graça, acrescentando que o Comandante sempre “nos inspirou com a sua entrega, coragem e dedicação”.

“Que Deus lhe dê vida e saúde e continue a ser cidadão distinto e comprometido com

o povo das ilhas e da sua própria terra”, desejou o Professor Doutor Albertino Graça, considerando que a obra apresentada é um contributo para que se possa entender o passado recente do país, o seu presente e perspetivar o futuro.

“Leiam o livro com emoção e gratidão. Não se trata apenas da voz de um cidadão, da voz de um homem. Trata-se, sobretudo, do eco de uma geração que ousou pensar, sonhar e lutar por uma razão futura”, Magnífico Reitor da Universidade do Mindelo.

Rosa de Porcelana: o privilégio de ter editado “Em nome da razão futura”

Na cerimónia de lançamento e de apresentação, a Editora de Rosa de Porcelana, Márcia Souto, fez questão de manifestar o agradecimento “muito especial” desta editora pelo privilégio de ter publicado a obra de Silvano da Luz “menino de São Vicente, Combatente da Liberdade da Pátria, parlamentar, governante e diplomata”, que “dispensa qualquer outra forma de apresentação”.

“Agradecemos de forma muito especial a Silvano da Luz, pelo privilégio de publicarmos este livro e pela responsabilidade de o enquadrarmos entre as edições mais emblemáticas do nosso catálogo, hoje de 120 títulos”, sublinhou Márcia Couto, acrescentando que a Rosa de Porcelana Editora possui uma “abertura especial aos livros que são marcos históricos”.

“A sessão de hoje celebra um desses livros que marcam não só a história da Editora, mas sobretudo, o que mais importa, a História de Cabo Verde. O livro de Silvano da Luz é um flagrante e poliédrico encontro com a História Cabo-verdiana”, acrescentou.

Na ocasião, a Editora de Rosa de Porcelana, também manifestou o reconhecimento aos apresentadores e ao prefaciador da obra, o Presidente da República, Dr. José Maria Neves, assim como às muitas personalidades americanas, angolanas, Bissau-guineenses, cabo-verdianas e portuguesas, que prestaram depoimentos na seção Teste-



munhos, e algumas outras figuras da ilha de São Vicente, com destaque para o Diplomata Jorge Custódio Santos, o Sociólogo Luís Silva e o Jornalista Jorge Araújo.

“Paixão e o combate pela História”

Márcia Souto considera que “paixão e o combate pela História”, é o que caracteriza o livro “Em nome da razão futura: radiografias, testemunhos e correspondências”. Nesse sentido, a editora de Rosa de Porcelana argumenta que “existe neste livro uma pulsão pelo compartilhamento, pelo resgate da memória existência e pela saga coletiva”.

A Editora de Rosa de Porcelana também destacou a riqueza e dimensão da memória histórica de teor autobiográfico na obra do Comandante Silvino da Luz.

“As suas entrelinhas, as suas escolhas de linguagem e

os seus recortes de semântica – tudo convida a uma escorreita leitura, mas implica a um complexo ato de compreensão. Exige ao leitor o desafio de mergulhar na morfologia complexa da obra e aí encontrar o estrutural das estórias que afinal contam a História Contemporânea de Cabo Verde”, justificou Márcia Souto.

Uma das mais vibrantes contribuições para a história colonial e pós-colonial

Márcia Souto também chama a atenção para o facto de a obra conter outras vozes para além da “narrativa, que convida a uma escorreita leitura, composta de radiografias da voz autoral, com linguagem elegante, arguta e convincente”.

“Há outras vozes, para além da do autor – umas vezes, em modo epígrafes e citações, outras vezes, em forma de testemunhos e mesmo de corres-

pondências, quando não vozes, como a dos anexos, que também se conjugam para compor uma grande sinfonia”, apontou a Editora, acrescentando que também “existem no livro referências bibliográficas de monta, seletas documentais e fotográficas de prova, e um índice onomástico que facilita, enquanto fonte, à leitura crítica ou à pesquisa científica”.

Por tudo isso, Márcia Souto, acredita que “Em nome da razão futura: radiografias, testemunhos e correspondências” é “uma das mais vibrantes contribuições para a compreensão e para os estudos do nosso processo histórico colonial e pós-colonial. Sinfónico e indiscutivelmente muito bem estruturado. Prova de que é sempre possível inovar neste campo, e de que o mercado livreiro cabo-verdiano continua um desafio de inovação e um território ainda a ser explorado”, concluiu a Editora de Rosa de Porcelana.



Trio de músicos: Bau, Jacinto Pereira e Jorge Lopes

Considerações do Autor, comandante Silvino da Luz, Combatente da Liberdade da Pátria, antigo embaixador e Ministro da República

É com muita honra e evidente emoção que o meu livro “Em Nome da Razão Futura: radiografias, testemunhos e correspondências”, se apresenta nesta distinta Universidade do Mindelo, nosso orgulho comum, perante esta moldura de convidados a todos os títulos especiais e, num tempo em que ainda celebramos coletivamente e de forma jubilosa o Cinquentenário da Proclamação da Independência Nacional de Cabo Verde.

Honra à ilha de São Vicente

A honra é ainda maior, quando a apresento nesta ilha do meu umbigo enterado, para quem devo reconhecimento e dedicação sem limites, por nela ter encontrado motivação para ser hoje o que sou.

Nela, desde a minha infância na eterna Rua do Coco e dos meus companheiros de todas as coisas boas e traquinices da garotada, no bom sentido, adolescentes rebeldes dos Subterrâneos da Liberdade, evocando o escritor brasileiro Jorge Amado, encontrei exemplos cuja lembrança inspirou gestos nobres que carimbaram as várias estradas e sendeiros da minha caminhada da vida.

Exemplos de coragem, de acesa rebeldia e luta contra as intempéries da vida, para quem a rebeldia contra in-



A questão geoestratégica, assim como o eixo transatlântico de que São Vicente deve ser visto na intersecção Norte-Sul do Atlântico, viria a ser central no pensamento de Amílcar Cabral. A geoestratégia formatou desde cedo esta ilha, como um dos vectores fundamentais da ideia desenvolvida pelo diplomata e académico brasileiro Celso Amorim, como Equador Estratégico, (o Equador Geográfico, mais a sul em São-Tomé e Príncipe) no âmbito do ideário do Sul Global, e que foi um dos vectores fundamentais do ideário para a soberania cabo-verdiana.

justiças e ofensas pessoais, era apanágio de uma juventude insubmissa, a tudo o que feria a sua honra e dignidade.

Ali encontrei entre eles, desde muito cedo, exemplos

sãos de solidariedade franca e de postura consequente contra tudo o que ferisse a nossa maneira de ser e de estar, contributo único para o moldar do meu carácter, para enfrentamento das Causas e

infortúnios da vida.

A eles também dedico os propósitos deste “Em Nome da Razão Futura”.

Ainda sobre esta nossa querida ilha eu já dizia, para o orgulho colectivo deste

nosso São Vicente, ilha nascida como História dos Homens, no dealbar do século XIX, porto carvoeiro para a afirmação do mercantilismo capitalista que, pela sua genealogia antropológica, começa enquadrada na dinâmica mundial como porto de escala, geoestratégico para a afirmação da Revolução Industrial que teve como berço a Inglaterra e suas cidades carvoeiras, designadamente Cardiff e Newcastle, olhando para o Mundo a passar obrigatoriamente, pelo Porto Grande, então em expansão.

A questão geoestratégica, assim como o eixo transatlântico de que São Vicente deve ser visto na intersecção Norte-Sul do Atlântico, viria a ser central no pensamento de Amílcar Cabral.

A geoestratégia formatou desde cedo esta ilha, como um dos vectores fundamentais da ideia desenvolvida pelo diplomata e académico brasileiro Celso Amorim, como Equador Estratégico, (o Equador Geográfico, mais a sul em São-Tomé e Príncipe) no âmbito do ideário do Sul Global, e que foi um dos vectores fundamentais do ideário para a soberania cabo-verdiana. Se revisitarmos Cabral, teremos a clara visão da perspectiva política do Atlântico e o potencial do protagonismo que tal reservaria para Cabo Verde.

Homenagem a Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Combatentes da Liberdade da Pátria

Com este meu livro, homenageio dois líderes que se distinguiram na História Contemporânea, pela firmeza inabalável das convicções e porque, no tempo e no espaço, souberam “Transformar o Mundo”: Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

Em vários momentos extraordinários e, por isso, determinantes da nossa História, Amílcar Cabral e Agostinho Neto foram exemplos de coragem invulgar, serenidade política e sentido de liderança, colocando o interesse coletivo e a gesta libertadora, acima das suas condições pessoais e dos seus próprios interesses.

Através destas duas figuras extraordinárias e saudosas, presto a minha homenagem a todos os Combatentes da Liberdade da Pátria e quantos ainda se batem por um Cabo Verde com mais digna soberania, com melhor e mais participada democracia, e se empenham à transformação para o desenvolvimento.

Sobre Amílcar Cabral, aprez-me recordar um tre-



Silvano da Luz e Amílcar Cabral

Repito que o livro pretende contar a trajetória coletiva em que pude presenciar e participar, e também, fazer deste veio histórico, uma Condição do Devir, uma Determinante do Futuro. A um tempo, quis dar largas às minhas lembranças, enquadrando o meu modesto gesto existencial na gesta maior; a outro tempo, valorizando cada momento pretérito e dele, por determinação ou até auto de fé, projetar o propósito de tudo, como a argamassa com que novos momentos da História se erguem.

cho do que sobre ele eu dizia, noutra altura, aquando do seu centenário e aqui nesta mesma Universidade, de que ... Esta ilha não deixou de ser importante para o seu amadurecimento, como homem e político revolucionário, e para o transformar na personagem que se tornou para a História.

Com estes valorosos Camaradas, partilhámos um passado de gloriosa luta pela independência e pela reconstrução nacional, um presente de princípios comuns em prol da democratização e valores vectorizados, para a realização de um melhor futuro para Cabo Verde.

Nesta cerimónia de lançamento e de apresentação do Em Nome da Razão Futura: radiografias, testemunhos e correspondências, considero justo e oportuno reconhecer todos.

Permito-me sublinhar e agradecer Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. José Maria Neves, quem prefaciou esta obra. Tê-lo a abrir o meu livro, para além de honroso, é claramente sinal do engajamento da sua Magistratura Presidencial para com a História que nos contemporiza e que nos têm, concêntricos em torno da República, utilizando a metáfora do

nosso saudoso poeta Corsi-nos Fortes.

Permito-me também honrar a memória dos Companheiros da nossa longa jornada, quais sejam, os concidadãos tombados na Luta pela Independência, Amílcar Cabral, António Lopes, Manuel Monteiro, Justino Lopes, Jaime Mota e Zeca Santos; os que, depois da independência, partiram para a eternidade, nas gratas figuras de Aristides Pereira, Abílio Duarte, Renato Cardoso, Honório Chantre, José Araújo, Luís Cabral, Elisa Andrade, Dulce Almada, Lina Tavares, Joaquim Pedro Silva “Baró”, Toi d’Suna,

Amaro da Luz, Júlio Carvalho “Julinho”, Fernando Tavares “Toco”, Carlos Tavares e Lilica Boal, entre outros implícitos nesta evocação singela.

Reconhecimento, agradecimentos e gratidão

Palavras de agradecimento vão para a Rosa de Porcelana Editora, nas pessoas dos editores Márcia Souto e Filinto Elísio, cujo profissionalismo salta à vista, por honra minha, neste objeto livro e muito do que nele se associa em termos de conteúdo e de espírito. O resultado desta obra não seria seguramente o mesmo, se nele não fosse vertido o engenho e arte destes editores.

Vão também agradecimentos muito sinceros aos apresentadores da obra António Correia e Silva, Carlos Reis e Luís Fonseca, figuras que trazem leituras poliédricas do livro e que acrescentam interpretação plural e diversa aos escritos dados ora à estampa. Ouvi-los, nesta sessão, ficamos com a sensação de que uma fortuna crítica de qualidade, se desponha ao nascimento da obra.

Agradecer, de forma muito particular, ao Magnífico Reitor, Professor Doutor Albertino Graça que nos acolhe neste auditório da Universidade do Mindelo, instituição a que tenho a honra de oferecer alguns exemplares deste Em Nome da Razão Futura para a sua biblioteca, assim como uma edição especial, a expressar o meu orgulho pelo que a Universidade, UNI-Mindelo, fruto da visão e denodado empenho de um destacado “M’mino de Sóncente”, de Cabo Verde e do Mundo, vem meritariamente contribuindo para as ciências e humanidades

Apresentação na Universidade do Mindelo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

nestas nossas Ilhas Afortunadas.

A minha gratidão estende-se ainda a todos os meus familiares, em particular a Maria Teresa Camões da Luz, Silvano da Luz Jr., Karin Camões da Luz e a Milanca Camões da Luz, aos meus netos aqui presentes, designadamente a Ema, o Diego e a Maria, às minhas irmãs Eunice e falecida Jóia, aos meus primos e sobrinhos, enfim aos meus familiares nesta sala, a quem publicamente endereço uma palavra de grande afeto e muita entrega, pois, este “círculo íntimo” familiar, é o que me inspira e me anima.

Destacam-se na longa lista dos agradecimentos os que prestaram testemunhos no livro. São eles: Miguel Judas, Luís Silva, José Luís Fernandes, Carlos Reis, Luís Fonseca, Jorge Araújo, Jorge Custódio, António Lima, Cristina Fontes, aos companheiros angolanos João Manuel Bernardo e António (Tony) Fernandes, além das correspondências, com relevância histórica, de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, do Sub-Secretário de Estado norte-americano Frank Wisner e ao Ministro sul-africano Pik Botha, ambos infelizmente já não presentes entre nós, entre outros, figuras, cada uma à sua maneira, credoras do meu enorme reconhecimento.

Aos que interagiram comigo, a dar sugestões, a precisar datas e a lembrar detalhes, com preciosas achegas – como Pedro Verona Rodrigues Pires, Agnelo Dantas, Osvaldo Lopes da Silva, Manecas Santos, Luís Fonseca, Adão Rocha, Francisco Veiga, Iva Cabral, Lilica Boal, José Luís Fernandes Lopes, José Tomaz Veiga, e Júlio de Carvalho, entre outros im-



Silvano da Luz e Agostinho Neto, antigo Presidente de Angola

“

Quis escrever este livro, para que os jovens dos nossos dias compreendam o significado da nossa gesta histórica e tenham presente o caminho que fizemos nestas sete décadas. Desencadeámos a Luta de Libertação, proclamámos a Independência Nacional, instaurámos a reconstrução do País, fizemos a abertura política e abraçámos o Estado de Direito Democrático. Num contexto muito difícil, com o país entre os Menos Avançados do mundo, temos vindo, uns e outros, a realizar o sonho de Amílcar Cabral

”

prescindíveis – o meu apreço e gratidão.

“Em Nome da Razão Futura: legado de experiências, reflexões e desafios

O “Em Nome da Razão Futura: radiografias, testemu-

nhos e correspondências”, resume um pequeno legado de experiências vividas e reflexões feitas, assim como desafios cruciais que tenho enfrentado, bem assim a minha maneira de ser e de estar no mundo. Apesar de conter mais de oitocentas páginas, faltando ainda por vir um

tomo documental que o complementa, é apenas um recorte, e uma escolha das muitas possíveis de escrever e de partilhar com os leitores.

Repito que o livro pretende contar a trajetória coletiva em que pude presenciar e participar, e também, fazer deste veio histórico, uma Condição

do Devir, uma Determinante do Futuro. A um tempo, quis dar largas às minhas lembranças, enquadrando o meu modesto gesto existencial na gesta maior; a outro tempo, valorizando cada momento pretérito e dele, por determinação ou até auto de fé, projetar o propósito de tudo, como a argamassa com que novos momentos da História se erguem.

Onésimo Silveira e outras figuras gratas a São Vicente e Cabo Verde

Estar neste auditório, que tem por patrono um meu já ido amigo e camarada, Onésimo Silveira, é presentificá-lo e senti-lo incessantemente entre nós.

Onésimo Silveira era, de facto, um intelectual de grande craveira, e um cidadão que pensava com a sua própria cabeça e andava com os seus próprios pés.

Inquieto e irrequieto, incompreendido por muitos e “enfant terrible” por alguns, Onésimo quis para Cabo Verde “um poema diferente para o povo das ilhas”, e era visceral o seu amor por São Vicente. Trouxe ele para o debate público, a vastidão dos seus conhecimentos, a variedade da sua experiência e o virtuosismo inconfundível do seu estilo, algo que elevou a nossa Polis e a catapultou para além da espuma destes dias.

Onésimo Silveira é, merecidamente, uma das grandes figuras da vida cabo-verdiana. Olhando para o que foi a sua atuação como intelectual e cidadão, podemos associá-lo a outras figuras que são gratas a este País e a esta ilha, em particular, como o Senador Vera Cruz, Adriano Duarte Silva, Zezinho Fonseca, Aníbal Lopes da Silva, Baltazar Lopes da Silva e António Aurélio Gonçalves, as-

sim como, em toada diferente, Cesária Évora, Luís Morais, Bela Duarte, Luísa Queiroz, Alex Silva, Travadinha, Dona Tututa, Vasco Martins, Osvaldo Osório, Nho Roque, João Vário, Manuel D'Novas, Corsino Fortes, Bana, Titina, Ti Goi, B.Leza, Humbertona, Ovídio Martins, Tito Paris, Tazinho, Manuel Figueira, Jotamont, Titina, Frank Cavaquinho, figuras, entre outras que marcaram e marcam, como Germano Almeida, Fátima Bettencourt, Osvaldo Osório, Albertino Graça, Luís Silva, Tito Paris, Morgadinho, Armando Tito, Bau, Voginha, Vamar, Tchallé Figueira, Vera Duarte, Caplan Neves, António Tavares e Leão Lopes dizia, que marcaram e marcam, o melhor despertar desta ilha, em que a Cultura e a Cidadania falam mais alto.

Outro inquieto e irrequieto, cidadão de corpo inteiro, tem sido o advogado Amadeu Oliveira. A homenagem que ora lhe presto, é pelo contributo que a sua cidadania irrequieta e livre, representa para a vitalidade da nossa vida democrática. Homenageio-o, por estar a pagar um elevado preço, no enfrentar o que está errado na nossa sociedade e de o fazer de forma desabrida e corajosa. Preso, como já escrito por eminentes juristas da nossa sociedade e não só, por erro evidente do nosso sistema político e judicial, tem ele o meu apreço e a minha consequente solidariedade.

Quis escrever este livro, para que os jovens dos nossos dias compreendam o significado da nossa gesta histórica e tenham presente o caminho que fizemos nestas sete décadas. Desencadeámos a Luta de Libertação, proclamámos a Independência Nacional, instaurámos a reconstrução do País, fizemos a abertura política e abraçámos o Estado de Direito Democrático. Num contexto muito difícil, com o país entre os Menos Avançados do mundo, temos vindo,

uns e outros, a realizar o sonho de Amílcar Cabral.

Futuridade de Cabo Verde, África e do Mundo

Escrevi este livro, porque, apesar do percurso que fizemos, precisamos continuar a fazer mais e melhor. É saudável que assim seja. É sinal de que não nos resignamos, que ambicionamos viver num país mais livre e mais justo, onde os nossos filhos e netos possam usufruir de melhores níveis de cidadania.

Escrevê-lo, por que devemos celebrar o passado com sentido de futuro. Só assim estaremos à altura do presente em que vivemos. O presente, exige de todos nós, a mesma coragem com que, há 70 anos, sonhámos um Cabo Verde, soberano, livre e próspero. Um Cabo Verde que se quer para todos. E este livro, não está debruçado só no passado e no presente, mas sim, na sua intenção e propósito, voltado para o futuro.

Espero, pois, que vos sirva para uma leitura prazerosa e útil, uma leitura reflexiva e crítica, neste nosso tempo contemporâneo exigente, que alberga o seu passado, o seu

presente e o seu futuro.

É pensando na Razão futura, o ponto que me interpelou à escrita, porquanto crente na ideia do futuro, na futuridade de Cabo Verde, da África e do Mundo, o que instiga o meu interesse de sujeito ativo e aceso, enquanto cidadania maior e transcendente. Dever de memória futura e responsabilidade de ajudar a fazer andar a roda da História.

Ressalto, que todas as vivências, boas e menos boas, as decisões suaves e duras, as opções fáceis e menos fáceis, neste livro postos em evidência, submeteram-se às circunstâncias e às conjunturas vivenciadas, tanto histórica e como existencialmente.

Permitam-me que termine saudando calorosamente esta minha gente de São Vicente, felicitando-os e a todos vós, por terem feito de mim um homem realizado e desejando as maiores venturas para esta ilha, neste ano do Nonagésimo Aniversário da Revista Claridade, movimento que contribuiu, sobremaneira, para a afirmação da Cabo-verdianidade.

No meu percurso pessoal, existiram momentos notáveis que lembro neste livro com es-

pecial emoção e, alguns deles, evocando a nossa memória coletiva, foram determinantes para a História Contemporânea de Cabo Verde.

Reitero que é com a maior das emoções que saúdo esta preciosa assistência, que muito me orgulha e me honra, desejando a cada um excelente leitura, ao ponto e ao contraponto do “Em Nome da Razão Futura: radiogra-

fias, testemunhos e correspondências”.

Por isso, a todos vós - editores, apresentadores, estudantes, docentes e Magnífico Reitor da Universidade do Mindelo, a todos os aqui presentes e que se dignaram honrar com a sua presença este momento muito especial -, a todos quantos mostram interesse por este livro, o meu **MUITO OBRIGADO**.



É pensando na Razão futura, o ponto que me interpelou à escrita, porquanto crente na ideia do futuro, na futuridade de Cabo Verde, da África e do Mundo, o que instiga o meu interesse de sujeito ativo e aceso, enquanto cidadania maior e transcendente. Dever de memória futura e responsabilidade de ajudar a fazer andar a roda da História.



Silvino da Luz com o Papa João Paulo II no Vaticano

Apresentação na Universidade do MindeLo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

Intervenção de Carlos Reis, Combatente da Liberdade da Pátria e antigo Ministro de Educação de Cabo Verde

Agradeço o convite que me foi feito pelo autor do livro que hoje tenho a honra de ser um dos apresentadores.

É um privilégio que também me dá muita satisfação pessoal.

Apresento as minhas felicitações ao Autor, Silvano Manuel da Luz, pela obra que põe à disposição do público, e particularmente, dos investigadores.

Felicito, também a editora, Rosa de Porcelana, pela elevada qualidade da edição.

O privilégio, a honra e a satisfação pessoal são ainda maiores por estar nesta minha e nossa cidade do Mindelo, que tanto deu à causa da independência nacional e continua a contribuir para um Cabo Verde melhor.

O simbolismo deste evento de apresentação do livro de Silvano da Luz, destacado companheiro de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, Abílio Duarte, e tantos outros, ganha dimensões novas com a sua realização neste espaço da Universidade do Mindelo que é o Auditório Onésimo Silveira, que é outra figura incontornável da luta política do povo cabo-verdiano pela Liberdade, Democracia e Desenvolvimento.

«Em defesa da razão futura» é um trabalho que foge ao comum

«Em defesa da razão futura» é um trabalho que foge ao comum, por várias razões: a personalidade e o percurso de vida do Autor; a insatisfação do Autor em limitar-se a contar a sua história de vida



para dar um intencional relevo à contribuição dos outros; o indiscutível amor do autor por Cabo Verde e pela África; o seu sentido de Estado; a fidelidade aos princípios da dignidade humana; e a publicação de documentos importantes relacionados com fatos que mudaram a História da África e do mundo.

O percurso de vida do Autor, a sua atitude em relação à vida, a coerência com que defendeu e defende as suas convicções em circunstâncias diferentes, a empatia que emana da sua personalidade sem que ele tenha necessidade de muitas explicações, ajudam a fundamentar a tese da importância dos elementos imateriais ou intangíveis para as dinâmicas do desenvolvimento.

Encontramos ainda na contribuição de Silvano da Luz vários elementos ligados à procura da autonomia da vontade e à independência possível da capacidade de pensar, potenciando a procura de soluções e ultrapassando limitações materiais. Dito de outra forma, a obra de Silvano da Luz ajuda-nos a compreender como um pequeno território que tinha tantas dificuldades em ser uma colónia sustentável se transforma num país provável, e as suas gentes cometem o atrevimento de querer ser útil à causa da Paz e da Humanidade.

Encontramos no livro «Em nome da razão futura» um Autor insatisfeito com a sua narrativa, que opta pelo pluralismo de visões e opiniões e integra no seu livro um vasto e diversificado painel de testemunhos que en-



«Em defesa da razão futura» é um trabalho que foge ao comum, por várias razões: a personalidade e o percurso de vida do Autor; a insatisfação do Autor em limitar-se a contar a sua história de vida para dar um intencional relevo à contribuição dos outros; o indiscutível amor do autor por Cabo Verde e pela África; o seu sentido de Estado; a fidelidade aos princípios da dignidade humana; e a publicação de documentos importantes relacionados com fatos que mudaram a História da África e do mundo.



riquecem e consolidam o trabalho e anexa um invejável acervo documental, que representa um autêntico brinde aos investigadores mais exigentes habituados ao rigor das fontes.

Silvino Manuel da Luz é, para mim, um ídolo da adolescência e da juventude por razões que começaram por estar ligadas ao desporto. Faço um parêntese para lembrar as suas visitas à minha rua, onde a meninada transformava a ocasião em festa porque ele já era um dos ídolos da Académica do Mindelo. Um dos seus amigos era o Eduíno de Baba, conhecido em São Vicente, como Eduíno enfermeiro. Silvino já era um ídolo da juventude mindelense, devido ao futebol, e acredito que tenha sido graças a essa popularidade que se falou dele, a propósito das condições, consideradas misteriosas, da morte do alferes miliciano José Brito, mais conhecido por Djô Brito.

Natureza profundamente humana de Silvino Manuel da Luz

Estávamos em 1962, tinha eu dezasseis anos, e vários outros estudantes mais velhos já tinham sido incorporados no Serviço Militar Obrigatório, como eram os casos do Silvino da Luz, Honório Chantre, Joaquim Pedro Silva, Leonildo Monteiro e outros. As primeiras notícias confirmavam a tragédia da morte do Djô Brito, mobilizado no ano de 61/62, mas não esclareciam as circunstâncias da morte, que se dizia ter acontecido perto da entrada do seu quartel, nos arredores de Luanda. O meu colega de turma Jorge Brito, conhecido por Txicoli, irmão do Djô Brito, a mãe e familiares, passaram anos à espera de um prometido inquerito.

Mobilizado em 60/61, per-

guntava-se pelo popular Silvino da Luz, de personalidade e convicções conhecidas e a inquietação apoderava-se das pessoas. Pessoalmente, guardei as minhas dúvidas acerca das explicações que circulavam. Só depois de ler a narrativa «Para Angola, aportando a utopia» (páginas 49 a 56) que regista fatos vividos pelo Autor de «Em nome da razão futura», pude ficar com uma ideia das condições psicológicas daqueles que cometiam a ousadia de não se submeterem a determinadas orientações que desrespeitavam os direitos humanos mais elementares. As provocações que se sucederam, como por exemplo, falar mal ou de forma acintosa, de outros cabo-verdianos conhecidos, como foi o caso dos chefes de posto Tiago Estrela e Ilídio Cohen, provocando a reação do Silvino em defesa dos conterrâneos, até a ameaça, geralmente feita por oficiais dos serviços de informação militar.

Escreveu Silvino da Luz a partir da página 55, «Além do mais, nas missões da tropa, eu sentia-me completamente encurralado e vigiado, aceitando que uma bala traiçoeira pudesse ser disparada contra mim. Os olhos da PIDE e da inteligência militar estavam sobre mim». «Em Luanda, apesar de ter familiares, foi-me proibido estar fora do quartel nas noites de folga. À meia-noite tinha de

me apresentar ao oficial militar de serviço. O cerco fechava-se».

O capitão encarregue dos serviços de informação militar do batalhão chegou a convidar-lhe para um passeio de jeep para conversar e levou-lhe para as proximidades do cemitério para lhe fazer uma advertência que considerava que seria a última. Silvino da Luz teve que passar a considerar urgente a decisão que já tinha tomado de desertar, mas não se esqueceu de falar «com um número muito restrito de companheiros portugueses, oficiais milicianos como ele, com os quais havia estabelecido relações de confiança e camaradagem» como António Duarte Arnaut, José Lopes de Almeida, Levy Baptista e Manuel Alegre» (p.56).

Além da ligação regular com os angolanos Mário Torres e João da Cruz Sambo, é particularmente comvente o registo feito sobre o açoriano que morreu a gritar por ele, a quem ele promete homenagear com a deslocação aos Açores para proceder à deposição de uma coroa de flores na sua sepultura. Muito comvente também é o reencontro com o adolescente magricela que ele salvou de um lote de pessoas de um dos musseques de Luanda, que estavam a ser empurradas, pontapeadas e que estavam a ser levadas não se sabia para onde, ao intervir

para o separar do lote. Decorridos mais de uma dezena de anos, é procurado por um diplomata angolano, que já tinha representado o seu país como Embaixador, que lhe agradeceu pela intervenção a seu favor, provavelmente, salvando-lhe a vida.

São registos que merecem ser devidamente valorizados para se perceber a natureza profundamente humana de Silvino Manuel da Luz, o que também pode ser comprovado ao longo da leitura de «Em nome da razão futura».

Deserção do exército colonial e recepção em Dakar como autêntico herói

Recebido em Dakar, por Amílcar Cabral, em 1963, como um autêntico herói, na sequência da sua deserção do exército colonial, depois da peripécia da sua detenção em Kano, na Nigéria, e da sua fuga da sala que servia de cela, o jovem alferes miliciano que era Silvino da Luz, começou por integrar o MPLA, de tal forma era convencido que a luta era a mesma. Numa atitude muito cabraliana de antecipação da ideia que viria a estar na base da criação da CONCP, reforçou as suas ligações com o MPLA. Só mais tarde é que decidiu reintegrar o PAIGC, de que era militante desde 1957, através de Abílio Duarte. A chegada de Silvi-

no da Luz, em Dakar, foi formalmente anunciada por um comunicado inédito do PAIGC, assinado pelo Secretário-Geral Amílcar Cabral, publicado na página 60, e inserido no texto intitulado «Mais do que a esperança era a certeza» e confirma e fundamenta o entusiasmo de Cabral em relação à chegada do Silvino e confirma plenamente o sentimento enunciado pelo título: mais do que a esperança era a certeza.

Logo em julho de 1963, participou na Conferência de Dakar, sobre a luta pela independência de Cabo Verde, presidida por Amílcar Cabral, e é enviado para uma formação em Argel, juntamente com um pequeno grupo de companheiros cabo-verdianos mobilizados em Dakar, como o Toi de Suna, Afonso Gomes e outros, numa época em que o degradado estado físico e material dos quartéis argelinos, tal como deixados pelos franceses, afetava as condições de trabalho da sua utilização e refletia muito nas dificuldades do trabalho de formação que tinham que realizar. Silvino da Luz manteve a sua verticalidade e coerência em relação aos companheiros, e reclamou dessas condições, demonstrando não recuar desagradar a hierarquia do poder quando as dificuldades se resvalam para os limites não aceitáveis da dignidade humana.

Continuou a sua extensão e diversificada formação em Cuba, ao integrar o Grupo liderado por Pedro Pires, e na China, onde frequentou a Academia Militar, com Honório Chantre e outros camaradas guineenses, e teve a oportunidade de demonstrar a sua coragem e competência técnica e militar na Guiné-Bissau, através das missões em que participou.

Apresentação na Universidade do MindeLo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

Silvano da Luz e a frente diplomática de apoio ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau

Quando Cabral começou a preparar condições diplomáticas de apoio ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau, que viria a revelar-se a chave para a queda do regime político português e do seu Império Colonial, e intensificar a atividade política em Cabo Verde, convocou Silvano da Luz para a frente diplomática e começou por lhe dar a missão de substituir Abílio Duarte à frente da representação diplomática em Nouakchott (Mauritânia), com a dupla incumbência de melhorar as relações com este país vizinho, mas também instalar uma base para melhorar a comunicação com Cabo Verde.

Participou em várias missões diplomáticas chefiadas por Amílcar Cabral, e em 1972, Silvano da Luz é colocado nas Nações Unidas com a missão de garantir a indispensável articulação entre a situação militar e a atividade diplomática, visando a criação das condições necessárias ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau, cujo processo de organização já tinha sido iniciado por Cabral.

São conhecidos os resultados deste trabalho, assim como a contribuição específica de Silvano, consubstanciado nas várias dezenas de países que reconheceram de imediato, a República da Guiné-Bissau, mas também através do trabalho diplomático junto de representantes do Governo Português, como nos dá conta no seu livro de memórias, o Embaixador Villas-Boas, na ocasião, Cônsul em Milão, indigitado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros para o representar, como o Autor nos dá conta, a partir



Silvano da Luz recebe Pedro Pires em São Vicente no seu regresso da luta armada

Encontramos no livro «Em nome da razão futura» um Autor insatisfeito com a sua narrativa, que opta pelo pluralismo de visões e opiniões e integra no seu livro um vasto e diversificado painel de testemunhos que enriquecem e consolidam o trabalho e anexa um invejável acervo documental, que representa um autêntico brinde aos investigadores mais exigentes habituados ao rigor das fontes.

da página 159, no seu registo sobre a «Reunião secreta de Londres», de 26 e 27 de março de 1974.

Sabemos hoje, que se chegou a marcar uma próxima reunião para maio, que não chegou a ter lugar porque aconteceu o 25 de abril. É neste quadro de procura de conciliação entre a defesa da paz, da fraternidade com o povo português e de uma forte solidariedade entre os movimentos africanos de libertação nacional é que se impôs a escolha de Silvano da Luz para liderar o PAIGC em Cabo Verde, a partir de agosto de 1974, quando ainda se encontrava viçoso o cravo que foi colocado no cano da espingarda, pelos Militares de Abril, que compreenderam e assumiram,

de forma exemplar, a inutilidade da guerra.

Chegada apoteótica de Silvano da Luz a Cabo Verde e o êxito das negociações diplomáticas para a independência

A chegada apoteótica de Silvano da Luz em São Vicente e em Cabo Verde, à frente de uma importante delegação representou um marco que mudou toda a situação política no arquipélago e abriu o caminho para o bom êxito das negociações diplomáticas conduzidas com inteligência e habilidade por Pedro Pires.

A atuação pessoal de Silvano da Luz e a sua liderança, foram também fundamentais para a criação das

condições que permitiram o entusiasmante acolhimento em Cabo Verde, de Pedro Pires, em outubro de 1974 bem como o do Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, em fevereiro de 1975, e ligar essas jornadas de mobilização política aos caminhos da proclamação da soberania do novo país, a 5 de julho de 1975.

Com a proclamação da República de Cabo Verde, Silvano da Luz é chamado a exercer funções de governação em áreas de soberania, no âmbito da defesa e segurança e das relações externas, onde deixou marcas indelévels, que são agora registadas na obra «Em nome da razão futura».

Ao escrever sobre o seu livro, o Autor diz-nos que

se trata de uma radiografia «sobre a construção do Estado nos primeiros anos de soberania nacional caboverdiana, com um pequeno balanço sobre a área da Defesa e Segurança que, por sentido de Estado, não esmiúço neste livro, salvaguardando dossiers que se submetem a uma desclassificação pública e não a uma decisão individual», (página 598). Com a necessária elevação, aborda temas considerados tabus como os ligados às tensões internas no PAIGC, ao Golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 1980, aos rumores ligados à sua pessoa em relação ao propalado golpe de estado em Cabo Verde, descritos nas páginas 231 a 242.

Se é verdade, que a atuação de Silvano da Luz na área da segurança e da defesa permite-nos confrontar com uma personalidade com elevado sentido de Estado e fortemente comprometido com princípios éticos, é na área da diplomacia é que ele brilha mais, ao valorizar o legado de Abílio Duarte que o antecedeu, como Ministro dos Negócios Estrangeiros e a orientação de uma equipa dirigida pelo Presidente Aristides Perei-

“

Recebido em Dakar, por Amílcar Cabral, em 1963, como um autêntico herói, na sequência da sua deserção do exército colonial, depois da peripécia da sua detenção em Kano, na Nigéria, e da sua fuga da sala que servia de cela, o jovem alferes miliciano que era Silvino da Luz, começou por integrar o MPLA, de tal forma era convencido que a luta era a mesma.

”

ra, que gozou de um grande prestígio africano e internacional, e do Primeiro Ministro Pedro Pires.

Silvino da Luz dirigiu a diplomacia cabo-verdiana de uma forma que alcançou o nosso pequeno arquipélago a uma posição internacional que, pode não ser irrepetível, mas dificilmente vai ser repetível. «Em nome da razão futura» documenta os fundamentos da contribuição de Cabo Verde, dos titulares dos órgãos de soberania e de Silvino da Luz, em particular, como facilitador relevante nos acordos da independência da Namíbia, a retirada das forças sul-africanas de Angola, e em última análise, para o fim do «apartheid» na África do Sul.

O Autor confirma-nos, através do seu livro, que continua intelectualmente rebelde, saudavelmente irreverente e suficientemente combativo pelas grandes causas, como sempre foi, e decidiu oferecer-nos uma síntese de oitocentos e cinquenta páginas, devidamente apoiada em documentos, do que foi as suas aspirações da adolescência e da juventude e as suas responsabilidades da vida adulta.

«Em nome da razão futura» é um verdadeiro tratado sobre uma experiência histórica que fornece vários elementos que devem ser considerados nas gran-

des opções do futuro, mas é também, uma interpelação, um protesto e um apelo para a Humanidade inteira, que está a viver um momento particularmente grave da sua existência, caracterizado pela perda de valores civilizacionais essenciais e pela excessiva e assustadora proeminência nos novos e manipuladores engenheiros do caos que tudo querem como propriedade sua.

Termino, em jeito de homenagem pessoal, com as seguintes palavras do Autor (p. 594): «...não vejo por que a História devia negar a vida de cada sujeito, para que

a palavra individual seja diluída no coro coletivo ou, em grande medida, na voz única, que em muitos casos, enforma a voz oficial», e mais à frente (p. 598), «Todos somos responsáveis, todos temos de assumir a nossa quota parte da responsabilidade histórica que nos cabe como cidadãos: Impõe-se-nos romper com o conformismo e o comodismo da verdade única e da razão absoluta. Impõe-se-nos o compromisso cívico, o compromisso da dignificação da Memória

Histórica».

Muito obrigado pela vossa atenção



Silvino da Luz nos tempos da guerrilha



Recepção a Pedro Pires em São Vicente em 1974

Intervenção de Luís Fonseca, Combatente da Liberdade da Pátria, diplomata e antigo Secretário Executivo da CPLP



Agradeço o meu camarada e amigo comandante Silvino da Luz pelo convite que me fez e aceitei com muita satisfação, para participar neste painel de apresentação da sua obra “Em nome da razão futura – Radiografias, Testemunhos e Correspondências”.

Sinto-me distinguido por partilhar convosco, neste espaço de referência intelectual da Cidade, um importante momento da vida cultural minde-lense ao lado de personalidades destacadas da sociedade cabo-verdiana.

Tive o privilégio de acompanhar algumas fases da gestação do livro desde os seus contornos iniciais. Na verdade, fui dos que assediaram o autor para que compartilhasse com os cabo-verdianos as valiosas memórias de que é portador privilegiado. Uma vez rendido aos argumentos dos amigos, Silvino da Luz dedicou-se, com a determinação que lhe é peculiar, em registar, com rigor, momentos importantes e inapagáveis da história recente de Cabo Verde de que fez parte e, em muitos casos, foi dos principais protagonistas, e ainda coligir um impressionante acervo de documentos e mobilizar depoimentos de um leque de personalidades cabo-verdianas e estrangeiras, de horizontes políticos e ideológicos variados, o que lhe terá consumido horas incontáveis de trabalho.

Silvino da Luz, homem de diálogo e notável capacidade de mobilização

Silvino da Luz é um homem de diálogo e de ação ao que se acrescenta notável capacidade

de mobilização, faculdades inatas que desenvolveu e cultivou ao longo de muitos anos de luta e de convívios múltiplos, e contribuíram para que desempenhasse com assinalável êxito as diversas responsabilidades que assumiu ao longo da sua vida e estão refletidas nas páginas deste livro. Responsabilidades que, cumpridas com empenho e dedicação lhe proporcionaram uma visão holística da realidade social, política e humana sobre a qual interveio.

O livro faz-nos acompanhar uma trajetória de vida iniciada como jovem revolucionário e insubmisso perante as injustiças, personagem que vai amadurecendo os seus ideais através da luta em várias frentes, que passa pelo desafio direto ao poder militar colonial, ao seu desempenho no teatro de guerra e à assunção de responsabilidades cada vez mais complexas, exigentes e de crescente relevo no processo da libertação nacional e da construção do Estado de Cabo Verde.

Como muitos dos jovens do seu tempo, Silvino da Luz bem cedo se deu conta das injustiças e desigualdades que caracterizavam a sociedade em que cresceu e mantinham o povo na miséria e ignorância, testemunhou as terríveis consequências da fome, o envio de contratados para o trabalho forçado em São Tomé, os desmandos da tropa colonial e a discriminação social, económica e racial de que eram vítimas os cabo-verdianos.

A sua consciência política começa a despertar no período em que por toda a África passam a soprar os ventos da mudança que iriam pôr termo à colonização europeia no continente. O contacto de gran-

de proximidade com Abílio Duarte, chegou a Cabo Verde para lançar as bases da ação do PAIGC criado em Bissau em 1956, e a criação do Grupo do III Ciclo no Liceu Gil Eanes de que faz parte, abrem a primeira janela para um novo horizonte, o da luta de libertação nacional. Sobre esse período, Cabral comentou: houve um trabalho feito por um elemento, [Abílio Duarte] houve um trabalho de introdução e uma repressão, embora não violenta, que veio permitir pôr o problema em termos políticos. Casos como o do Silvino são frutos desse trabalho.

Os sonhos de prosseguir a sua formação com um curso de medicina foram abruptamente interrompidos pela sua incorporação no exército português, sendo obrigado a frequentar o curso de oficiais milicianos em Portugal e enviado para o teatro da guerra em Angola, onde o povo dera início à luta armada de libertação. Não pactuando com os abusos da tropa contra a população angolana que não raras vezes contestou frontalmente, Silvino da Luz passou a ser vigiado de perto pelas autoridades policiais e militares, e presenciou que a sua vida corria perigo, sobretudo após a morte em circunstâncias suspeitas de Djô Brito, também alferes miliciano, seu colega e amigo daqui de São Vicente, tal como ele, nacionalista convicto. Daí que tenha decidido correr o pesado risco de desertar do exército colonial e juntar-se às forças da libertação. Consideradas as diversas alternativas, optou por fazê-lo em Kano, na Nigéria, numa escala do avião que o transportava de Luanda para Lisboa, seu suposto destino a pretexto de gozo de férias. Depois de peripécias várias, consegue juntar-se aos combatentes do PAIGC e ao seu líder Amílcar Cabral, e se prontifica imediatamente para a luta.

Amílcar Cabral apreciava altamente as qualidades de Silvino da Luz

Amílcar Cabral apreciava altamente as qualidades desse jo-



Foi intensa a sua participação nas frentes de combate no interior da Guiné-Bissau, onde contribuiu para infligir pesadas perdas às forças de ocupação. Mas ao lado do seu envolvimento nas questões de natureza militar, a outra faceta da sua personalidade, atrás referida, de homem de diálogo e de capacidade mobilizadora que desenvolveu durante a luta, não escapou a Cabral e aos restantes dirigentes. Várias vezes Amílcar Cabral fez-se acompanhar de Silvino da Luz nas suas deslocações ao estrangeiro, e ele era frequentemente chamado a desempenhar tarefas de carácter diplomático, tanto no interior das regiões libertadas, como na ação externa do Partido, através de missões que foram crescendo em complexidade e importância. Assim foi que, por exemplo, substituiu Abílio Duarte como representante do PAIGC na Mauritânia, sempre na perspectiva de criação de condições para uma nova fase da luta em Cabo Verde. De destacar ainda o facto de ter acompanhado Amílcar Cabral a Accra, no Ghana, na sua última missão de carácter diplomático, poucos dias antes do seu assassinato.



vem combatente que enfrentou riscos enormes para se juntar à luta e foi-lhe atribuindo responsabilidades cada vez mais complexas. Logo após a sua deserção, é chamado por Cabral para participar na histórica reunião de quadros de Dakar para definir a estratégia da luta em Cabo Verde, sendo um dos camaradas mais intervenientes, tendo sido incumbido responsabilidades de natureza militar, nomeadamente a planificação de ações armadas nas ilhas.

Entretanto permaneceu em Dakar onde mobilizou vários combatentes dispostos a participarem nessas ações e com eles seguiu para treinos militares na Argélia e, depois, em Cuba. Mas também se manteve atento e ativo na ação política e, neste ponto, gostaria de referir que, depois de eu, o Carlos Reis aqui presente e o Djô Duarte, termos constituído uma célula clandestina em S. Vicente com

o objetivo de nos juntarmos ao PAIGC, o primeiro contacto que tive com um responsável da organização do Partido foi precisamente uma mensagem e vários documentos de orientação que me foram enviados por Silvino da Luz através de um tripulante de um barco que ainda fazia ligações entre Mindelo e Dakar. Nessa mensagem, em que nos incentivava a continuar a luta e se disponibilizava a apoiar-nos com material de informação, Silvino da Luz dizia ter-se inteirado da nossa atividade pelo Onésimo Silveira, que, entretanto, conseguira escapar à vigilância da Pide e juntar-se à luta dirigida por Cabral.

São relativamente conhecidos os episódios ligados ao projeto de desembarque de guerrilheiros em Cabo Verde, desde a mobilização de combatentes à sua preparação militar na Argélia e em Cuba, assim como as razões que levaram à suspen-

são do projeto, no qual o grupo de Lineu Miranda em Santo Antão de que eu fazia parte, estava envolvido. Silvino da Luz participou em todas as fases do projeto na sua conceção e realização. A sua preparação militar incluiu ainda formação específica na URSS e na China.

Foi intensa a sua participação nas frentes de combate no interior da Guiné-Bissau, onde contribuiu para infligir pesadas perdas às forças de ocupação. Mas ao lado do seu envolvimento nas questões de natureza militar, a outra faceta da sua personalidade, atrás referida, de homem de diálogo e de capacidade mobilizadora que desenvolveu durante a luta, não escapou a Cabral e aos restantes dirigentes. Várias vezes Amílcar Cabral fez-se acompanhar de Silvino da Luz nas suas deslocações ao estrangeiro, e ele era frequentemente chamado a desempenhar tarefas de carácter

diplomático, tanto no interior das regiões libertadas, como na ação externa do Partido, através de missões que foram crescendo em complexidade e importância. Assim foi que, por exemplo, substituiu Abílio Duarte como representante do PAIGC na Mauritânia, sempre na perspectiva de criação de condições para uma nova fase da luta em Cabo Verde. De destacar ainda o facto de ter acompanhado Amílcar Cabral a Accra, no Ghana, na sua última missão de carácter diplomático, poucos dias antes do seu assassinato.

O assassinato de Amílcar Cabral e a proclamação do Estado da Guiné-Bissau nas zonas libertadas obrigaram ao reforço da ação e capacidade diplomática do PAIGC, em que Silvino da Luz se viu intensamente envolvido, designadamente nalgumas situações de impacto histórico, como é o caso das primeiras conversações de Londres com representantes do governo de Marcelo Caetano que, entretanto, não tiveram seguimento devido à eclosão do 25 de Abril em Portugal.

De relevância evidente foi o seu destacamento nos Estados Unidos, como observador junto das Nações Unidas para defender as posições do PAIGC e promover junto das representações de países amigos o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau e, ao mesmo tempo, reforçar o trabalho do Partido junto à nossa comunidade emigrada nesse país, sendo dessa ocasião a criação do PAIGC Support Committee, que muito ajudou no contacto com várias organizações americanas e no seu apoio à nossa luta de libertação nacional.

Com a aproximação do que se afigurava uma inevitável derrota na Guiné infligida pelas forças do PAIGC, os militares portugueses derrubaram, com o golpe de 25 de Abril, o regime colonial fascista em Portugal, abrindo novas perspectivas à luta, rapidamente dinamizada numa mobilização imparável nas colónias que levou ao colapso do mais velho império colonial em África.

Apresentação na Universidade do MindeLo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

Silvano da Luz presidiu ao período até agora mais notável da diplomacia cabo-verdiana

A ágil evolução do processo desencadeado pela luta de libertação nacional impôs a necessidade da redistribuição de responsabilidades a nível da direção do Partido. Particularmente em Cabo Verde a extraordinária mobilização que se produziu à volta do PAIGC a favor da independência, requeria o destacamento de quadros dirigentes para apoiar a organização do Partido no país. E é nesse quadro que a direção do PAIGC destacou Silvano da Luz para coordenar a ação política em Cabo Verde, com o apoio de Carlos Reis e Osvaldo Lopes da Silva.

A história realmente aconteceu em Cabo Verde na sequência do 25 de Abril. Apesar das tentativas de sabotagem da vontade popular por forças adversas manipuladas do exterior, particularmente pelos apoiantes do general Spínola, que nutria um rancor confesso ao PAIGC e reservava aos cabo-verdianos uma antipatia particular, o movimento de massas foi de tal forma que nada o poderia deter.

Silvano da Luz coordenou com assinalável êxito a ação do Partido no período que se seguiu ao 25 de Abril, contribuindo para reforçar as posições do PAIGC nas negociações com o governo português no que dizia respeito à situação de Cabo Verde, relativamente à qual existiam sectores em Portugal que sonhavam em manter o nosso país sob o seu domínio, talvez como relíquia de um império em desaparecimento. Não só coordenou com êxito a ação do PAIGC nas ilhas, como soube gerir com inteligência as relações com os militares portugueses, mesmo em momentos críticos que poderia descambar para situações incontroláveis. Soube ainda preservar a unidade de ação do Partido em circunstâncias que deixavam antever algumas contradições que mais

tarde viriam afetar a coesão do PAIGC.

Conquistada a independência, o passado e a experiência militar de Silvano da Luz são determinantes para que ele assumia a responsabilidade de pôr de pé as instituições de defesa do país, ao lado do sector da segurança, que continuava a ser um domínio bastante sensível tendo em consideração as ameaças, ainda que residuais, que continuavam a existir à soberania e à independência do Estado recém-criado.

Com a aprovação da 1ª. Constituição da República de Cabo Verde e, logo de seguida o golpe de Estado em Bissau, que inviabilizou o projeto de unidade com a Guiné, impôs-se uma redistribuição de responsabilidades a nível do governo e Silvano da Luz é de novo chamado a trocar os assuntos militares pela diplomacia, desta vez ao mais alto nível do Estado.

Como Ministro dos Negócios Estrangeiros ele presidiu ao período até agora mais notável da diplomacia cabo-verdiana, que fez ascender o nosso pequeno país ao pata-



Como Ministro dos Negócios Estrangeiros ele presidiu ao período até agora mais notável da diplomacia cabo-verdiana, que fez ascender o nosso pequeno país ao patamar de interlocutor internacional fiável, em papéis que normalmente são reservados a potências de impacto muito mais marcante na arena internacional. Entre outros aspectos, a atuação de Cabo Verde no âmbito da resolução dos conflitos na África Austral projetou-nos como país útil, enquanto nos permitiu apresentar com credenciais de seriedade perante os vários interlocutores internacionais suscetíveis de nos apoiarem no processo de desenvolvimento. Tudo isso sem cedências, sem submissão a ditames de terceiros, malgrado as nossas fragilidades. Foi ainda o período em que tecemos uma ampla rede de parceiros internacionais em que se incluíam as principais potências mundiais.



Silvano da Luz na Posse do Governo de Transição em 1974

mar de interlocutor internacional fiável, em papéis que normalmente são reservados a potências de impacto muito mais marcante na arena internacional. Entre outros aspectos, a atuação de Cabo Verde no âmbito da resolução dos conflitos na África Austral projetou-nos como país útil, enquanto nos permitiu apresentar com credenciais de seriedade perante os vários interlocutores internacionais suscetíveis de nos apoiarem no processo de desenvolvimento. Tudo isso sem cedências, sem submissão a ditames de terceiros, malgrado as nossas fragilidades. Foi ainda o período em que tecemos uma ampla rede de parceiros internacionais em que se incluíam as principais potências mundiais.

Com as eleições de 1991 e a passagem do PAIGC à oposição, Silvino da Luz dedica-se à atividade parlamentar, através da qual continua defendendo os princípios por que sempre lutou, tornando-se uma das vozes mais enérgicas contra as tentativas de criminalizar a ação do Partido, com perseguição dos seus membros e sequestro de seus bens. Mas é um período em que também se dedica à reflexão sobre o momento e as estratégias políticas a seguir pelo partido no novo quadro institucional criada a partir de 1991.

Com o regresso do PAICV ao poder, Silvino da Luz é de novo chamado a dar a sua contribuição à diplomacia cabo-verdiana, para cuja afirmação ele tinha sido um dos principais obreiros. Na qualidade de Embaixador em Luanda, beneficiando de relações tecidas desde os tempos da luta de libertação nacional, passando pela estreita cooperação criada entre os dois países durante os anos em que dirigiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a sua atuação resultou num reforço considerável das relações entre os dois Estados, com resultados que perderam até à data.



Em Nome da Razão Futura é um livro extraordinário. Não apenas pelo seu volume que impressiona à primeira vista, mas sobretudo pela densidade do seu conteúdo, resultante do rico percurso do autor enquanto personagem a quem foram confiados papéis destacados no palco das profundas transformações que caracterizaram a história do povo cabo-verdiano, na sua gesta pela conquista da sua soberania, pelo reconhecimento da sua identidade.

Hoje, retirado das lides políticas e públicas, Silvino da Luz continua sendo um cidadão atento e pontualmente interveniente quando solicitado, lá onde a sua ação possa ser útil, mas também um cidadão disponível e solidário pronto a concorrer para tudo quanto respeite ao bem comum.

E uma das importantes contribuições que ele acaba de nos dar é precisamente o importante testemunho contido no livro EM NOME DA RAZÃO FUTURA que hoje é disponibilizado aos leitores mindelenses.

“Em Nome da Razão Futura” é um livro extraordinário

Não me vou deter na apreciação do livro em si, tarefa que estará a cargo dos restantes membros do painel. Mas compartilho convosco algumas observações que a sua publicação me sugere.

Em primeiro lugar, trata-se de um trabalho denso, mas claro, que não só reflete a longa e profícua vivência do Autor, mas que se revela um minucioso registo de uma sucessão de épocas espelhando a evolução da sociedade cabo-verdiana ao longo de várias décadas. Independentemente das opiniões e valorizações do Autor, o seu conteúdo é matéria de indiscutível valor para quem pretenda analisar com proximidade os vários momentos da nossa história por ele coberto.

Em Nome da Razão Futura é um livro extraordinário. Não apenas pelo seu volume que impressiona à primeira vista, mas sobretudo pela densidade do seu conteúdo, resultante do rico percurso do autor enquanto personagem a quem foram confiados papéis destacados no palco das profundas transformações que caracterizaram a história do povo cabo-verdiano, na sua gesta pela conquista da sua soberania, pelo reconhecimento da sua identidade.

Essa densidade é tão evidente que, provavelmente organizados de forma diferente, os textos poderiam dar origem a mais do que um livro, com sucesso editorial garantido. Dou como exemplo que me parece evidente, o tema da participação de Cabo Verde no processo de paz da África Austral, em que Silvino da Luz desempenhou papel crucial, internacionalmente citado e reconhecido, como aliás, está patente na rica documentação que o Autor partilha com os leitores. Foi esse um dos momentos mais altos da nossa diplomacia, a demonstração da validade do postulado de país útil no domínio das relações internacionais sugerindo, talvez, que a dado momento da nossa história o desempenho da nossa política externa representou uma forma de insubmissão à tirania da nossa dimensão. É matéria que certamente atrai o interesse de estudiosos não apenas cabo-verdianos, mas igualmente

de outras latitudes.

Trata-se, na minha perspectiva, de um livro que veio para ficar, pela referência obrigatória que será para todos quantos se debruçam sobre a história de Cabo Verde, particularmente a história que vai do período em que começa a germinar a semente fértil da independência lançada por Amílcar Cabral, e prossegue com o nascimento do Estado de Cabo Verde e o lançamento dos alicerces que lhe permitiu desafiar com êxito, e para a surpresa de muitos, as projeções fatalistas que lhe fadavam um colapso inevitável.

Tenho como certo que este importante trabalho permanecerá através do tempo uma

fonte permanente de consulta dos investigadores e outros estudiosos que desejem conhecer e compreender como chegámos até aqui.

Está de parabéns o meu camarada, amigo e ex-ministro com quem tive muito gosto em trabalhar, tanto na ação política como na condição de diplomata.

Estamos também de parabéns, os da minha geração que, com Silvino da Luz, almejam um Cabo Verde diferente daquele que a história nos tinha imposto. Os que pretenderam, como ele descreve na parte final do último capítulo,

[realizar] a utopia [...] para que Cabo Verde seja cada vez mais um país onde valha a pena viver, onde os jovens não tenham de emigrar e torne possível realizar os seus sonhos, onde o talento e o mérito sejam recompensados, independentemente da origem social ou da filiação política. Um país em que “havemos de voltar”, como no poema de Agostinho Neto, e onde ninguém é deixado para trás, como pensou Amílcar Cabral. Uma “nova terra na nossa Terra”, onde todos contem. Um país que seja a nossa estação certa[.]



Trata-se, na minha perspectiva, de um livro que veio para ficar, pela referência obrigatória que será para todos quantos se debruçam sobre a história de Cabo Verde, particularmente a história que vai do período em que começa a germinar a semente fértil da independência lançada por Amílcar Cabral, e prossegue com o nascimento do Estado de Cabo Verde e o lançamento dos alicerces que lhe permitiu desafiar com êxito, e para a surpresa de muitos, as projeções fatalistas que lhe fadavam um colapso inevitável.



Intervenção do Historiador António Correia e Silva lida pelo editor de Rosa de Porcelana, o poeta e escritor Filinto Silva

Combatentes da Liberdade da Pátria, Familiares e amigos de Silvino da Luz, Todo o protocolo observado,

Minhas senhoras e meus senhores,

Penitencio-me por não poder estar aí pessoalmente perante vós e por me fazer presente através de um texto lido por uma outra voz que, não sendo minha, é, no entanto, quase.

Contando com a vossa generosidade, quero começar por agradecer vivamente ao autor e aos editores o convite que me fizeram para participar na apresentação de um livro que, a meu ver, não podia faltar na bibliografia que se vai compondo sobre a história contemporânea de Cabo Verde.

Aliás, para este período, o contributo dos atores que nele participaram é fundamental. Por vários motivos. Desde logo, por permitir aos historiadores adicionarem, à documentação oficial, memórias e relatos portadores de dimensões subjetivas, não fáceis de serem captados de outra forma. Correspondência epistolar, diários, coleções de fotografias, álbuns de família, rascunhos de documentos oficiais, atas de reuniões são produzidos por eles próprios e mantêm-se nos seus espólios pessoais.

Verdadeiro tesouro a resgatar

Para os estudiosos, tudo isso constitui um verdadeiro tesouro a resgatar. Na verdade, estes atores, muitos deles ago-



O que importa agora deixar claro é que este Em Nome da Razão Futura é mais do que o livro de um homem. É o livro de uma geração que recusou aceitar o destino da subalternidade, que ousou sonhar e concretizar a independência, que enfrentou dilemas e pagou preços, mas que soube inscrever Cabo Verde no mapa da dignidade e da soberania.

ra também autores, acabam por ser geradores de arquivos, no afã de provarem as suas narrativas. Silvino da Luz fá-lo de forma notavelmente metódica e exaustiva e, deste ponto de vista, este livro é uma imensa entrega à comunidade de historiadores atuais e futuros. Diria uma generosa entrega, porque a generosidade de um traço de personalidade

do autor.

E se me permitirem gostaria de sublinhar, como dizia um célebre professor de Silvino da Luz, Baltasar Lopes da Silva de seu nome, que, como investigador, aproximo-me desta obra como um caçador heranças. Num tempo difícil para os historiadores de ofício, em que o historicídio triunfa, pois o passado se tornou obje-

to de negacionismo, de narrativas sem compromisso com a comprovação, de narrativas auto confirmativas, desenhadas nas trincheiras ideológicas, a história documental (e esta expressão é para mim quase pleonástica) é nossa arma de resistência. Quanto mais não seja por isso os historiadores só podem aplaudir o livro que aqui e agora se

apresenta.

Devo dizer, no entanto, que não é fácil arrumar esta obra nas gavetas da taxonomia bibliográfica, ou seja, dar-lhe um género literário, etiquetá-la. Na verdade, tão depressa estamos perante uma narrativa autobiográfica, um confesso que vivi, em que a memória é o principal recurso, como ante uma escrita de análise histórica a que não falta o uso de fontes, de notas de rodapé, do passar em revista a bibliografia disponível, do confronto e crítica das fontes e até da organização dos anexos e índices remissivos.

Organizado em três partes: radiografias, testemunhos e correspondências, o livro é, na verdade, um híbrido, mas um híbrido que se vai constituindo cânone, se tivermos em conta as obras fundadoras do género em Cabo Verde, as

de Luís Cabral e de Aristides Pereira, a que se adicionaram as de

Oswaldo Lopes da Silva, Manecas Santos e outras que estão na calha.

O leitor facilmente reconhecerá que este livro é multifacetado, que é simultaneamente biografia (já que o autor percorre as várias etapas da sua vida) como historiografia porque mobiliza fontes, cartas, relatórios, atas de reuniões, documentos inéditos, notas de Cabral e de outros protagonistas, portanto, neste não se trata apenas de testemunhar, mas de documentar) e também de uma ego-história (onde o “eu” é, por vezes, individual, por vezes geracional, e outras vezes coletivo se encontra em primeiro plano).

As motivações da escrita de Silvino da Luz

Dito isto, quero reconhecer que esta entrega de Silvino não é apenas aos historiadores de ofício e a este propósito não me posso esquivar de uma questão fundamental quando se olha por esta obra.

O que motiva um homem que lutou toda a vida, venceu quase todas as batalhas nas quais entrou, de menino da rua de Coco, de aluno de Liceu Gil Eanes, de militar do exército português do qual desertou cinematograficamente numa breve escala técnica em Kano na Nigéria, de membro do PAIGC, encarregue de missões sempre exigentes, de homem que fez a ponte entre o PAIGC saído da guerrilha, na Guiné, ao avassalador mobilizador de massas em Cabo Verde tendo como o objetivo a independência, ao governante, quer na pasta de defesa e segurança, quer apoteoticamente como ministro dos negócios estrangeiros, como deputado na oposição, como embaixador, a vir agora depois de tudo feito, recusar o supostamente o justo repouso do guerreiro, e guerreiro lhe fica bem desde que lhe alargue-



Silvino da Luz entra na história da luta anticolonial a partir da sua deserção do exército português em Angola e da sua integração no PAIGC. Essa decisão marcou não apenas a sua vida, mas também o futuro coletivo de dois povos. Na então Guiné-Portuguesa, encontramos Silvino como combatente e dirigente em múltiplas frentes, na frente militar, participando em missões decisivas como as operações em Madina Boé ou na frente leste, onde a coordenação de cabo-verdianos foi fundamental.



mos o sentido, e entrar agora o último grande combate que é narrar e legar a experiência.

O que o move neste último combate? Escrever hoje é a continuação da política por outros meios? É a imposição do sentido, que foi em muitas circunstâncias a estratégia e o objetivo de Silvino da Luz? É barrar o revisionismo daqueles que começam por negar a escravatura, passam depois a fazê-lo relativamente ao estatuto de colónia, à emigração forçada, às fomes, para acabarem por questionar também a independência e a sua necessidade histórica? Ou é tão-só, quando digo tão-só, não estou a minimizar, o impulso que vem das profundezas da nossa condição humana, de passar experiência? Ou ainda um ajustar de contas, no sentido mais positivo do termo, com os companheiros de jornada, com camaradas e adversários, já que Silvino da Luz não foge aos sentimentos, mesmo os inicialmente improváveis, como em relação ao Miguel Judas ou ao caso de Pik Botha, sim o ministro do governo do apartheid, que, ronda após ronda, foi surgindo entre eles uma cumplicidade e um respeito de construtores de soluções?

Creio que é tudo isso. Vejamos as nossas hipóteses sobre as motivações desta escri-

ta: O livro, mesmo não sendo puramente biográfico, percorre uma linha do tempo. Silvino nasceu no Mindelo e num tempo de transição entre o Porto Grande cosmopolita das companhias inglesas de carvão, lendário e mistificado na célebre morna de Frusoni, Um vez Soncente era sabe, para o Porto Grande de fechamento, também cantado no poema de Onésimo Silveira, “Saga” cujo refrão é “Cabá carvom, cabá vapor”. O pai ausente é uma espécie de elo entre os dois tempos. Mas “o pai ausente” faz-se presente nas lembranças e nas remessas de dinheiro ganho no trabalho de alimentar caldeiras de vapores ingleses; morreu cedo, não sem antes ter sido condecorado pela rainha.

E Silvino conta, perdoem-me esta revelação, que as insignias mandadas dar ao pai em nome da Sua Majestade Britânica ficavam lá por casa e a utilidade que se encontrou para elas era acedê-las aos pedidos de empréstimo para enfeitar moças no sempre festejado e popular carnaval do Mindelo. Parece, mas não é, uma estória saída da pena de Gabriel Garcia Marques. Isso para dizer que como tantos cabo-verdianos Silvino da Luz cresceu sem pai presente, por este ter morrido ganhando a vida “riba de água de mar” e a

família caboverdiana tradicional é matricêntrica.

“Silvino di nha Tina” e as terríveis décadas de trinta e quarenta

Ele é Silvino di nha Tina. Esse apego à mãe, esse laço edipiano perpassa o livro, muitas vezes no subtexto. Peguemos no Mindelo do nascimento de Silvino. Corria o ano de 1939. A década de trinta prestes a acabar tinha sido terrível para Cabo Verde.

Ela começou com o Ato Colonial (1930) e em 1933 o Estado Novo publicou a sua Constituição, este como aquele rebaixando as colónias, e, no ano seguinte, fruto da conjugação entre a seca e a crise de navegação na sequência da grande depressão começada em 1929, o proletariado português dos bairros periféricos sai à rua acochado pela fome para protestar e assaltar o armazém da Alfândega, facto mais tarde repescado e imortalizado num poema que teve condão de energizar vontades e criar uma épica (“Capitão Ambrósio” de Gabriel Mariano), e, em 1937, o governo avançou para encerrar o Liceu Gil Eanes. De certo modo foi em torno do Liceu que um grupo de intelectuais fundou a revista Claridade a meio de toda aquela escuridão que reinava

na freguesia de Nossa Senhora da Luz.

A década seguinte tudo seria pior, a Segunda Guerra na Europa, a chegada do corpo expedicionário português às ilhas e a S. Vicente em particular, a ocorrência de duas grandes fomes, emigração massiva para S. Tomé e Príncipe. Tudo ingredientes para a consciência local do que o caminho estava bloqueado. Sem essa conjuntura das duas décadas dificilmente Cabo Verde faria o que chamo de viragem nacionalista, “nationalist turn”.

Silvino da Luz faz parte de uma geração que se recusou ter uma visão conformista e conformada com aquela situação, que negou aceitar como fatalismo a condição de Cabo Verde como a colónia-mártir e marginal de um império do qual o máximo que se podia esperar era que gerisse melhor as secas, para não se degenerarem em fomes epidémicas, que não fechasse o único liceu público existente nas nove ilhas, que não aplicasse o estatuto de indigenato em vigor nas demais colónias, pelo menos quando os ilhéus estivessem em Cabo Verde e, quem sabe, sonhava a elite local, podíamos vir a ter chance de ascender ao estatuto de ilhas adjacentes, o mesmo que tinha os Açores e a Madeira. Este, friso, era o máximo de horizonte utópico, ambicionado pelas elites literárias, comerciais e fundiárias de S. Vicente e de Cabo Verde.

Em troca, o Arquipélago teria de fazer aquilo que Baltasar Lopes chamou de diluição da África, esforçando-se para suavizar as diferenças culturais que tinha com a Metròpole. Outra via que seguiram foi a de exaltar a condição mestiça de Cabo Verde, como um caso não de degeneração, mas de sucesso da colonização portuguesa e acabaram assim por formular um esboço de lusotropicalismo, se não antes, ao menos em paralelo com o de Gilberto Freire. Teoria, entre-

Apresentação na Universidade do MindeLo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

tanto, mal-aceite porque, em decorrência da Constituição de 1933 e da própria definição do Estado Novo, imperava uma concepção assumidamente racista e racializada do Império no quadro da qual a mestiçagem representava a degradação do colono branco. Essa posição de pedinte de reconhecimento é ultrapassada por uma nova geração, no justo momento em que o regime fascista português, abalado pelo fim da 2ª Guerra Mundial, viu afinal no Lusotropicalismo e na ideia de mestiçagem novas vias de legitimação. Só que: já era tarde!

Ambições de uma nova geração: África, origem e destino

A nova geração tinha ambições bem maiores e ainda por cima enquadrava agora o seu movimento reivindicativo numa aliança comum com as outras colônias, tornadas apressadamente “províncias” pela reforma constitucional de 1951.

Mais: propunha reverter a diluição da África, realçando a africanidade cabo-verdiana. Se a África continental era vista pela então elite local como ponto de fuga, um referencial do qual Cabo Verde deveria afastar-se, aderindo a um pacto civilizatório da Assimilação, a nova geração, ao inverso, fez daquele continente um lugar onde os cabo-verdianos poderiam encontrar energia política para romperem com a situação colonial bloqueadora das suas ambições.

Agora era a África, não apenas origem, mas também destino, não só passado, mas futuro. Intelectuais como Manuel Duarte, Onésimo Silveira, Aguinaldo Fonseca, Amílcar Cabral e porque não Gabriel Mariano pavimentaram o caminho. É, pois, neste contexto, que chega Abílio Duarte a S. Vicente vindo da Guiné e mobiliza jovens liceais entre os quais se encontra Silvano da Luz.



Historiador António Correia e Silva, ex-reitor da Uni-CV e antigo ministro da Educação de Cabo Verde

Como investigador, aproximo-me desta obra como um caçador heranças. Num tempo difícil para os historiadores de ofício, em que o historicídio triunfa, pois o passado se tornou objeto de negacionismo, de narrativas sem compromisso com a comprovação, de narrativas auto confirmativas, desenhadas nas trincheiras ideológicas, a história documental (e esta expressão é para mim quase pleonástica) é nossa arma de resistência. Quanto mais não seja por isso os historiadores só podem aplaudir o livro que aqui e agora se apresenta.

Apesar disso, o autor rejeita a narrativa de que a independência é sonho/projeto voluntarista de uma geração, fala de um enraizado tensionamento entre Cabo Verde e a Metrópole que foi chão fértil sobre o qual se pôde formular a ideia radical de rutura independentista.

Peço a sua licença, para dizer que talvez este tensionamento tenha origens em tempos bem anteriores ao próprio século XX podendo inclusive ser identificado na luta contra os monopólios metropolitanos dos quais o da companhia Grão-Pará e Maranhão foi o mais impactante. Porventura, como historiadores, fazendo

alusão à historicidade real do facto histórico “independência”, devemos distinguir um nacionalismo latente, duradouro, difuso, mais sentimento do que doutrina, de um outro explícito, datado, tanto sentimento como doutrina e projeto.

Mas deixemos isso, não por serem contas para um outro rosário, mas porque nos descentraria do nosso propósito. O que importa agora deixar claro é que este Em Nome da Razão Futura é mais do que o livro de um homem. É o livro de uma geração que recusou aceitar o destino da subalternidade, que ousou sonhar e concretizar a independência,

que enfrentou dilemas e pagou preços, mas que soube inscrever Cabo Verde no mapa da dignidade e da soberania.

Senhoras e Senhores,

A obra que hoje apresentamos - Em Nome da Razão Futura, de Silvano da Luz - é também, talvez até antes de mais, um testemunho insubstituível sobre a centralidade do PAIGC na libertação da Guiné e de Cabo Verde, e sobre a própria trajetória de um dos seus quadros mais relevantes.

Silvano da Luz entra na história da luta anticolonial a partir da sua deserção do exército português em Angola e da sua integração no PAIGC. Essa decisão marcou não apenas a

sua vida, mas também o futuro coletivo de dois povos.

Na então Guiné-Portuguesa, encontramos Silvano como combatente e dirigente em múltiplas frentes, na frente militar, participando em missões decisivas como as operações em Madina Boé ou na frente leste, onde a coordenação de cabo-verdianos foi fundamental.

Vemo-lo também na frente política e diplomática, em missões internacionais, ao lado de Amílcar Cabral, levando a voz do PAIGC a cimeiras da OUA, aos movimentos não-alinhados e às Nações Unidas. Está ainda na frente organizativa, assumindo responsabilidades de formação e enquadramento de quadros cabo-verdianos, tanto no terreno como nas bases de apoio em Conacri e noutros países.

Chegada de Spínola Guiné e a pressão militar exercida pelo PAIGC

Da experiência narrada sobre esta fase da sua vida, queria apenas realçar alguns aspetos. A chegada do General António de Spínola à Guiné (1968) é um momento crucial. Ele trouxe a chamada “filosofia da guerra” (o Plano de Ação

Apresentação na Universidade do Mindelo, Cabo Verde, em 27 de janeiro de 2026

Psicológica e a ideia de “corações e mentes”), agitou o cenário com o slogan “Para Uma Guiné Melhor”, convocou Congressos de Povos, e isso terá obrigado o PAIGC a repensar métodos. Num ensaio recente António Tomás tem uma interpretação no mínimo desconcertante deste duelo

Cabral vs. Spínola. Segundo aquele estudioso, o general português teria uma interpretação mais tradicional, e, por isso mesmo, mais realista da sociedade guineense do que Amílcar Cabral, filho da terra. Porque, no seu entender Spínola via a Guiné tal como era, isto é, um mosaico de etnias e procurava simplesmente tirar partido político deste dado de realidade, ao passo que Amílcar Cabral, por ambicionar a construção de uma nação forjada na luta, para fazer lembrar o título de Basil Davidson, descortinava nas divisões étnicas um estorvo à construção da Nação. Cabral teria, portanto, na sua ótica, uma visão mais eurocêntrica.

Mas retomemos. Silvano da Luz nega que Spínola estancou os progressos militares e políticos do PAIGC, mas que constituiu, sim, um teste à resiliência do PAIGC, introduzindo divisões internas, nomeadamente a tensão anti-caboverdiana com consequências ao tempo e mais tarde na rutura Guiné Cabo Verde.

Assim, as Radiografias propõem uma leitura crítica: Spínola não venceu a guerra, mas deixou um veneno político, uma bomba política ou retardador que marcou a história futura da região pelo conflito e divisão.

Outro aspeto importante da narrativa do Silvano da Luz é a tese sustentada por ele de que a pressão militar exercida pelo PAIGC sobre as praças de Gadamael, Guidaje e Guileje foi um fator decisivo para a queda do regime em Portugal e para a Revolução dos Cravos, uma tese que merece ser destacada, pois articula a história de Cabo Verde e da Guiné-Bissau com a história europeia.

Afinal, as sementes dos cravos que brotaram em abril de 74 foram plantadas em terra africana, nessa geografia dos três Gs, numa colónia considerada “o elo frágil”, “o calcanhar de Aquiles” do Império Português e isso não apenas pelas condições de atritos, como se fala em linguagem militar, (quem sou eu para falar em linguagem militar nesta plateia?), mas porque o PAIGC atingira um nível de organização e eficácia militar que colocava o exército português numa posição defensiva e insustentável.

Golpe militar de 1974 em Portugal e ação decisiva de Silvano da Luz no “período de transição”

Mudemos de palco. Se na Guiné Silvano foi combatente, em Cabo Verde tornou-se mobilizador de massas.

Com o golpe militar em Portugal, em abril de 1974, abriu-se um período de incertezas. Ao contrário da Guiné, onde a luta armada tornava incontornável a independência, em Cabo Verde o processo não estava garantido. Havia resistências internas, hesitações externas e vezes que questionavam a legitimidade do PAIGC.

É nesse contexto que a ação de Silvano da Luz se torna decisiva no terreno, em Santiago e em outras ilhas, participa ativamente na reorganização clandestina do Partido, no apoio às mobilizações juvenis, nos comícios e na criação de redes de confiança que dariam corpo à luta popular.

Na articulação internacional, continua a trazer o peso político do PAIGC, insistindo junto de interlocutores portugueses e estrangeiros que os ganhos militares na Guiné eram extensíveis a Cabo Verde. Na pedagogia política, ajuda a transformar a energia espontânea da juventude e das populações em força organizada, canalizando-a para o objetivo maior: a independência plena.

O livro mostra-nos o Silvano do “período de transição”: presente no desmantelamento da PIDE, na mediação das tensões em Santiago, no contacto com o MFA, sempre com a convicção de que a independência de Cabo Verde não poderia ser adiada. Mais: para o PAIGC a independência era um imperativo. O que se podia negociar, isso sim, eram os termos da transferência de poder. Até porque, além do reconhecimento internacional como o único e legítimo representante do povo caboverdiano, inclusive por parte das Nações Unidas (1972), as manifestações populares convenceram também os dirigentes do PAIGC de que a independência como saída obrigatória para o processo político em curso, para o PREC caboverdiano, digamos assim, correspondia à vontade do povo.

Esse ponto é central no testemunho de Silvano da Luz. Nas Radiografias, ele insiste que, ao regressarem a Cabo Verde logo após o 25 de Abril de 1974, ele próprio e Osvaldo Lopes da Silva ficaram surpreendidos com a mobilização espontânea das massas: comícios, manifestações, jovens e trabalhadores a reivindicarem a independência imediata; não fruto do PAIGC nem das suas células clandestinas.

Segundo Silvano, há várias razões: Vivência histórica de opressão: a memória das secas, da fome, da emigração forçada e da marginalização colonial alimentaram, durante décadas, um sentimento de inconformismo profundo. Foi o tal nacionalismo em latência, que passou da potência ao ato. O 25 de abril nada mais fez do que abrir uma brecha política que libertou energias acumuladas e que rapidamente se expressaram em manifestações, comícios e ocupação de espaços públicos e sa-raus culturais.

Para Silvano da Luz, a mobilização popular em Cabo Verde confirma a justeza da causa da independência. Ele argumenta que se o povo ade-

riu de forma tão rápida e entusiástica, é porque o PAIGC não estava a “forçar” uma agenda alheia, mas a dar voz a anseios já enraizados.

Mas, o que é para mim aparentemente paradoxal, é que em 1974 Cabo Verde registava vários progressos, apesar da seca prolongada que vinha desde 1968. Isso faz lembrar Alexis Tocqueville, um clássico da Sociologia, que diz que o pior momento de um mau regime é quando ele melhora. Ao analisar os indicadores económicos e sociais, vê-se que Cabo Verde tinha tido algum progresso, ainda que, do ponto de vista político, o 25 de abril surpreendeu o regime em plena sanha repressiva.

Silvano da Luz diplomata,

arquiteto da política externa que projetou Cabo Verde

Se as Radiografias nos mostram o Silvano combatente do PAIGC, guerrilheiro e mobilizador da independência, mostram-nos também, com igual intensidade, o Silvano diplomata, arquiteto de uma política externa que projetou Cabo Verde muito para além da sua dimensão geográfica. Sobre esta dimensão que queria agora falar-vos.

Nos anos 80, Cabo Verde é um pequeno país. A ação diplomática, conduzida por Silvano da Luz, fez do arquipélago uma plataforma credível, respeitada, capaz de mediar conflitos e abrir portas para soluções regionais e continentais pacíficas e negociadas.



O livro mostra-nos o Silvano do “período de transição”: presente no desmantelamento da PIDE, na mediação das tensões em Santiago, no contacto com o MFA, sempre com a convicção de que a independência de Cabo Verde não poderia ser adiada. Mais: para o PAIGC a independência era um imperativo. O que se podia negociar, isso sim, eram os termos da transferência de poder. Até porque, além do reconhecimento internacional como o único e legítimo representante do povo caboverdiano, inclusive por parte das Nações Unidas (1972), as manifestações populares convenceram também os dirigentes do PAIGC de que a independência como saída obrigatória para o processo político em curso, para o PREC caboverdiano, digamos assim, correspondia à vontade do povo.



“

A ação diplomática, conduzida por Silvino da Luz, fez do arquipélago uma plataforma credível, respeitada, capaz de mediar conflitos e abrir portas para soluções regionais e continentais pacíficas e negociadas. Creio que isso foi o esplendor da relva, a hora de andorinha, a apoteose da diplomacia cabo-verdiana. Estão entre os créditos de Silvino da Luz ter contribuído de forma decisiva para o fim do Apartheid, para a independência da Namíbia e o fim da guerra de Angola.

”

Creio que isso foi o esplendor da relva, a hora de andorinha, a apoteose da diplomacia cabo-verdiana. Estão entre os créditos de Silvino da Luz ter contribuído de forma decisiva para o fim do Apartheid, para a independência da Namíbia e o fim da guerra de Angola.

O mesmo homem que pegou em armas na Guiné e mobilizou o povo cabo-verdiano para a independência, foi também o ministro que, com voz serena e firme e sob a orientação de Aristides Pereira, ajudou a negociar o fim de três dos maiores impasses do século XX africano: a guerra em Angola, a independência da Namíbia e o colapso do apartheid na África do Sul.

Silvino da Luz provou que a grandeza de um país não se mede pela sua dimensão territorial nem pela sua população, mas pela coragem moral e pela inteligência diplomática com que sabe intervir no concerto das nações. Levou à prática a opção cabo-verdiana pela paz, orientação brilhantemente expressa num ensaio do político cabo-verdiano Renato Cardoso.

Senhoras e Senhores, é este Silvino - combatente e diplomata, revolucionário e estadista - que Em Nome da Razão Futura nos lega como memória e como exemplo.

Há também sombras neste livro: a morte de Amílcar Cabral, o espectro de golpe de Estado, as lutas segmentares no PAICV, o rancor do grémio em S. Vicente.

Fio condutor do livro é a ideia de “razão futura”

Para encerrar, diria que o fio condutor do livro é a ideia de “razão futura”: a convicção de que cada gesto, cada escolha, cada luta, deve ser compreendida não apenas no imediato, mas no seu devir. Silvino olha o passado “pelo retrovisor de Schumpeter”, não para se perder em nostalgias, mas para extrair dele lições para o futuro.

O livro é, por isso, mais do que um relato: é um convite ao debate sobre a memória coletiva cabo-verdiana, sobre a identidade nacional, sobre a ordem mundial e a paz de que tão carentes estamos, sobre os valores de liberdade, justiça e



Chegada de Silvino da Luz a São Vicente vindo da luta na Guiné

solidariedade que ainda hoje desafiam a nossa sociedade.

Permitam-me duas citações que permitem dar conta da grandeza deste homem. Uma dele próprio. Uma auto-definição do seu percurso.

“A minha vida foi sempre uma luta contra as injustiças, contra as desigualdades e contra o fatalismo. Desde jovem rebelde, soldado desertor, combatente da liberdade, parlamentar, governante ou diplomata, nunca aceitei o desperdício da experiência. Continuo a acreditar que cada batalha vencida não é ponto de chegada, mas apenas a preparação da luta seguinte, sempre em nome da razão futura.” (Silvino da Luz, Em Nome da Razão Futura)

Outra, tomo eu de empréstimo a Eduardo Galeano para dizer o que foi e é a vida de Silvino da Luz

“A utopia está lá no horizonte. .. Caminho dois passos, ela afasta-se dois passos. Então, para que serve a utopia? Para isso: para caminhar.”

Silvino é homem que nunca parou, mesmo quando os objetivos pareciam distantes.

Muito obrigado!

“

O fio condutor do livro é a ideia de “razão futura”: a convicção de que cada gesto, cada escolha, cada luta, deve ser compreendida não apenas no imediato, mas no seu devir. Silvino olha o passado “pelo retrovisor de Schumpeter”, não para se perder em nostalgias, mas para extrair dele lições para o futuro. O livro é, por isso, mais do que um relato: é um convite ao debate sobre a memória coletiva cabo-verdiana, sobre a identidade nacional, sobre a ordem mundial e a paz de que tão carentes estamos, sobre os valores de liberdade, justiça e solidariedade que ainda hoje desafiam a nossa sociedade.

”

Classificados



ANÚNCIO DE CONCURSO

A Moave – Moagem de Cabo Verde, SA, pretende recrutar 1(um) **Responsável de Segurança** para assumir a Unidade de Segurança, da Direção de Operações.

Sobre a Empresa

A Moave – Moagem de Cabo Verde, SA, é uma empresa 100% cabo-verdiana e que desenvolve as suas actividades industriais e comerciais no sector alimentar, fundada em 1972, produzindo desde 1975, dedicando-se à indústria da Fileira do Trigo enquanto seu core business, produzindo e abastecendo todo o mercado de Cabo Verde, mas que também se dedica à comercialização de diversos produtos alimentares.

A experiência, o saber, a qualidade dos seus produtos, a valorização dos seus clientes, internos e externos, entre outros aspectos, conferem à Moave os requisitos necessários que lhe permitem ser considerada como uma das grandes referências nacionais da produção e comercialização de bens alimentares.

Principais responsabilidades

A função a desempenhar inclui, entre outras, as seguintes responsabilidades:

- Preparar e executar os Planos de Atividade Anual da Unidade de Segurança;
- Gerir contratos ligados à Saúde e Segurança no Trabalho e Protecção das Instalações;
- Registar, avaliar, investigar e propor ações corretivas a todos os incidentes ocorridos na Moave;
- Cumprir as indicações relativas à Saúde e Segurança no Trabalho e Protecção das Instalações;
- Cumprir as regras internas que estão definidas, no sentido de garantir a Qualidade e a Segurança Alimentar dos produtos fabricados e comercializados;
- Participar nas auditorias internas e externas no âmbito do Sistema Integrado da Moave;
- Gerir os recursos humanos disponíveis, quer sejam funcionários, quer sejam trabalhadores eventuais.

Perfil do Candidato

Para o desempenho desta função, é esperado:

Requisitos académicos e experiência

- Licenciatura em Segurança e Saúde no Trabalho, Protecção de Instalações ou áreas afins; ou, em alternativa, formação técnica na área, com o mínimo de 5 anos de experiência profissional relevante para

a função;

- Conhecimentos em gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Conhecimentos da legislação e das normas técnicas aplicáveis à área;
- Conhecimentos de técnicas de prevenção e combate a incêndios;
- Noções de primeiros socorros.

Requisitos adicionais

- Conhecimentos de higiene e segurança alimentar;
- Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- Conhecimentos de inglês e/ou francês, com capacidade de interpretação de documentação técnica.

Competências comportamentais

- Capacidade de liderança e coordenação de equipas;
- Facilidade de trabalho em equipa e bom relacionamento interpessoal;
- Capacidade de trabalhar de forma autónoma e responsável;
- Boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Procedimentos de Seleção

A seleção será realizada com base na análise curricular e na realização de entrevista técnica e comportamental.

Condições de Admissão

A admissão será feita mediante celebração de contrato de trabalho por tempo determinado, com condições compatíveis com a função a desempenhar e com as políticas praticadas na empresa.

Candidaturas

Os(as) interessados(as) deverão enviar o dossier de candidatura até o dia 27 de fevereiro de 2026, para o endereço eletrónico recrutamento@moave.cv, com o assunto “Concurso Responsável Segurança”, contendo os seguintes documentos:

- *Curriculum vitae* atualizado;
- Certificados/comprovativos das habilitações literárias e da experiência profissional;
- Cópia do B.I./CNI/passaporte válido;
- Cartas de referência/recomendação.



Achada São Filipe – Edifícios DGASP-UCP/Poser – Ministério da Agricultura – Praia, C.P. 236
Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57; Fax:238/261-35-58

(ANÚNCIO)
SOLICITAÇÃO PARA MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE
(EMPRESA)

CABO VERDE
PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMICAS RURAIS (POSER)

Título da missão: Contratação serviço de consultoria de uma empresa para apoiar o Sistema de Informação Geográfica do POSER.

Número de referência: CPV-1604-0229-CS-CQS

Data: 25-02-2026

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um Financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para cobrir o custo de Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais e planeia utilizá-lo parcialmente para esse serviço. A utilização dos fundos do FIDA está sujeita à aprovação do FIDA, nos termos e condições estabelecidos no acordo de financiamento e de acordo com as regras, políticas e procedimentos do FIDA. O FIDA e os seus agentes, representantes e funcionários serão isentos de toda a responsabilidade no que respeita a quaisquer ações legais, procedimentos, reclamações, exigências, perdas e obrigações de qualquer tipo e natureza que qualquer parte possa invocar em relação ao POSER.

2. Os Serviços (“os Serviços”) **consiste na contratação de uma empresa para apoiar o POSER a atualizar e aperfeiçoar o Sistema de Informação Geográfica (SIG), garantindo a sua integração com o software de Seguimento e Avaliação, bem como, auxiliar na gestão do Seguimento e Avaliação das atividades do programa na fase 2025-2027.**

3. Informações detalhadas são fornecidas nos termos de referência que deverão ser solicitados através do endereço eletrónico abaixo indicado.

4. O POSER (“o Cliente”) convida agora as empresas qualificadas (as “empresas”) a manifestarem interesse em prestar os serviços em causa. As empresas interessadas devem fornecer informações que demonstrem que possuem as qualificações exigidas e a experiência necessárias e relevantes na área do serviço.

5. Chamamos a atenção dos consultores interessados para a Política do FIDA sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo¹ e sobre a Política Revisada do FIDA sobre a Prevenção da Fraude e da Corrupção nas suas Atividades e Operações². Este último estabelece as disposições adotadas pelo FIDA relativas a práticas reprováveis. O FIDA **esforça-se também** por garantir que as suas atividades e opera-

1 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/41942012>

2 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40189695>.

ções são realizadas num ambiente de trabalho saudável, livre de qualquer assédio, incluindo assédio sexual, e de qualquer exploração ou abuso sexual, conforme especificado na sua Política de Prevenção e Resposta ao Assédio Sexual e à Exploração e Abuso Sexual.³ Ao submeter este documento, certifica que leu e compreendeu a Política de Privacidade e concorda em obedecer à mesma.⁴

6. A Empresa não pode estar numa situação de conflito de interesses real, potencial ou razoavelmente perceptível como tal. Qualquer consultor em tal situação será excluído, a menos que expressamente aprovado pelo Fundo. Presume-se que existe um conflito de interesses quando um consultor, os seus funcionários ou empresas afiliadas (a) têm relações que lhes dão conhecimento inadequado de informações não divulgadas relativas ou que afetam o processo de seleção e a execução do contrato, (b) respondem a mais de uma chamada para manifestações de interesse neste procedimento de aquisição, (c) têm laços profissionais ou familiares com um membro do conselho de administração ou funcionários do comprador, com o Fundo ou os seus agentes, ou com qualquer pessoa que tenha participado ou possa razoavelmente esperar-se que participe, direta ou indiretamente, (i) na preparação desta convocatória para manifestações de interesse, (ii) do processo de seleção para o contrato relevante, ou (iii) a execução deste último

7. O contrato resultante do presente concurso será executado de acordo com os Procedimentos de Avaliação Social, Ambiental e Climática do FIDA (PESEC), consultáveis no endereço abaixo: <https://www.ifad.org/en/social-environment-assessment-procedures>

8. A empresa é obrigado a comunicar permanentemente qualquer situação de conflito de interesses, real, potencial ou razoavelmente perceptível, que possa surgir durante a formulação da manifestação de interesse, o processo de seleção ou a execução do contrato. A não divulgação de tais situações pode, em particular, resultar na exclusão, rescisão do contrato ou qualquer outra medida apropriada, de acordo com a Política do FIDA sobre a Prevenção de Fraude e Corrupção nas suas Atividades e Operações.

9. A empresa será selecionada de acordo com o **método CQS (Consultant Qualification Selection)** explicado no Guia Prático de Aquisições disponível no site do FIDA no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/project-procurement>.

3 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://www.ifad.org/fr/document-detail/asset/40738506>

4 Esta política está definida no documento disponível no seguinte endereço: <https://ifad.org/fr/privacy>.

10. Os critérios de pré-seleção são os seguintes: (Mais detalhes no termo de referência):

- Negócio principal e anos de atividade;
- Experiência relevante no serviço de arquivarem;
- Conhecimento técnico e capacidade operacional.

11. Os documentos que deverão ser apresentados no âmbito das manifestações de interesse são:

- Carta de manifestação de interesse assinado pelo responsável;
- Informação gerais da empresa (perfil da empresa);
- Comprovativos de experiência relevante;
- Comprovativos de capacidade técnica e organizacional;
- Informação resumida dos CVs dos especialistas-chaves (a título de informação);

12. Os especialistas-chaves não serão avaliados nesta fase.

13. As empresas podem associar-se com outras empresas para melhorar as suas qualificações, mas devem indicar claramente se a associação tem a forma de uma joint venture ou subconsultoria. No caso de uma joint venture, todos os parceiros da joint venture serão solidariamente responsáveis pela totalidade do contrato, caso forem selecionados.

14. **Qualquer pedido de esclarecimento** relativo ao presente anúncio à manifestação de interesse deverá ser feito por escrito e enviado nos endereços de correio eletrónicos abaixo das 08:30 às 16:30 (hora local) do **dia 04 de março de 2026 o mais tardar. O POSER responderá a todos os pedidos de esclarecimento até o dia 06 de março de 2026.**

15. As manifestações de interesse devem ser apresentadas em português e entregues por escrito dentro do prazo, com a menção “**Contratação serviço de consultoria de uma empresa para apoiar o Sistema de Informação Geográfica (SIG) do POSER_ref. CPV-1604-0229-CS-CQS**”, nos endereços abaixo indicados (pessoalmente ou por correio eletrónico), **até o mais tardar o dia 11 de março de 2026.**

PROGRAMA DE OPORTUNIDADES SOCIOECONOMICAS RURAIS | MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DO AMBIENTE.

À atenção de: Jaime de Pina – Coordenador do POSER
Achada São Filipe – Complexo do Ministério de Agricultura e Ambiente do POSER

Praia, C.P. 236

Tel.238-264-00-24 / 8650 - 356-46-57;

Fax:238/261-35-58

E-mail: concursos.poser@ucp.gov.cv

CC.: lucilene.monteiro@ucp.gov.cv; jorge.dias@ucp.gov.cv; jaime.pina@ucp.gov.cv;



Project CVE/801
Enabling Access to GCF Climate
Finance for Cabo Verde



NOTICE OF CALL FOR EXPRESSIONS OF INTEREST Nº A-C-VE801-2026-0001

Title: Contracting services to support the national candidate direct access entity to in meeting green climate fund basic and specialized fiduciary requirements
Maximum budget: 50 000 EUR - Performance period of 04 months

LuxDev, the Luxembourg Development Cooperation Agency launches a Call for Expression of Interest (CEOI) for the acquisition of services for **< Contracting services to support the national candidate direct access entity to in meeting green climate fund basic and specialized fiduciary requirements >** on behalf of project CVE/801 receiving financial support from the Green Climate Fund (GCF) with grant management support through the United Nations Office for Project Services (UNOPS).

Economic operators that are invited to express their interest to offer the services mentioned above are specialised in institutional capacity building and public financial management advisory services.

Indicatively, economic operators will have to demonstrate their technical capacity and experience in preparation of an entity to meet fiduciary requirements set by an established entity with preference towards GCF, EU DG INTPA, World Bank, MAF, IFC, AfDB, EIB or the Adaptation Fund.

The start of the contract is foreseen for **May 2026** and for a duration of **04 months**. Economic operators must be available for the entire period foreseen and willing to intervene in Praia, Santiago Island – Cabo Verde. The maximum budget available for this contract is estimated at 50 000 EUR (all taxes excluded).

Interested economic operators are invited to submit sufficient documentation to respond to the selection criteria. The dossier, including the selection criteria and the application form, is available on request at the address given below.

E-mail: nathaly.santos@luxdev.lu

c/c: carla.santos@luxdev.lu

The shortlist of candidates invited to submit a full offer will be established of a minimum three and maximum eight candidates evaluated as qualified and ranked, if necessary, against the selection criteria.

Expressions of interest, exclusively drawn up in English, must reach the following address no later than **16.03.2026 at 10h00** (Cabo Verde's local time):

Deposit link:

https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/nathaly_santos_luxdev_lu/IgDvxJ-yJV_XTZUI-elcX1BFAS73VhELflqVhVWCDHcR-7vw

Requests for clarifications shall be sent to the email address given above.

Only shortlisted candidates will be invited to submit a full offer.

Economic operators interested by this CEOI may also consult LuxDev's website:

www.luxdev.lu (Tender notices: Services - Status: Information - Area: Africa).

NOTICE OF INVITATION TO TENDER N° A-CVE390-2025-8499
Title: Turn-key works for SCADA expansion project in Boa Vista Island: Field integration of power Stations and Telecommunications Infrastructure (goods)
in the framework of Programme CVE/390 receiving financial support from the Government of the Grand Duchy of Luxembourg and the Republic of Cabo Verde

This notice of invitation is launched by and according to the procedures of Lux-Dev, the Luxembourg Development Cooperation Agency, on behalf of programme CVE/390 receiving financial support from the governments of the Grand Duchy of Luxembourg and the Republic of Cabo Verde.

c/c: nathaly.santos@luxdev.lu

1. IDENTIFICATION AND FINANCING OF THE PROGRAMME

- a) Title: Programme CVE/390 – Energy Transition Support
- b) Source of financing: The government of the Republic of Cabo Verde and the government of the Grand Duchy of Luxembourg as set out in the programme's bilateral agreement CVE/390 from January 12th 2022
- c) Status of financing: Approved

2. IDENTIFICATION OF THE CONTRACT

- a) Type of contract: Goods
- b) Object: Turn-key works for SCADA expansion project in Boa Vista Island: Field integration of power Stations and Telecommunications Infrastructure
- c) Number: A-CVE390-2025-8499
- d) Number de lots: 1
- e) Grouping of lots: N/A

3. ELIGIBILITY AND EVALUATION CRITERIA

- a) Origin: No restriction
- b) Eligibility: Economic operators satisfying the criteria included in the statement of good standing and in the ethics clauses of the general regulations.
- c) Evaluation: The most economically advantageous tender on the basis of price according to article 19 of the IT, will be granted the contract.
- d) Variants: No variants will be considered

4. LOCATION AND TIMEFRAME

- a) Location of the programme: Cabo Verde - Santiago islands - Praia
- b) Terms and place of delivery: DDP at Sal Rei, Boa Vista Island
- c) Performance period of the contract: 8 months
- d) Validity period of tenders: 120 days from the time limit for receipt of tenders

5. DEFINITIONS

- a) Awarding authority: Lux-Development
- b) Contracting authority: Lux-Development
- c) Beneficiary: Ministry of Industry Trade and Energy
- d) Supervisor: to be appointed at a later stage
- e) Donor: Grand Duchy of Luxembourg
- f) Donor's representative: Lux-Development

6. TENDER DOSSIER (TD)

- a) How to obtain the TD: The TD may be obtained free of charge by email:

Email: carla.santos@luxdev.lu
c/c: nathaly.santos@luxdev.lu

- b) Consultation of the dossier: The TD may be consulted at the address mentioned above

Email: carla.santos@luxdev.lu
c/c: nathaly.santos@luxdev.lu

- c) Written notifications and communications must be sent to the following e-mail address:

Email: carla.santos@luxdev.lu

- d) Deadline for requests for additional information: 14 (fourteen) days before the deadline for submission of tenders

- e) Deadline for providing explanations to tenderers: 8 (eight) days before the deadline for submission of tenders

7. LANGUAGE, CURRENCY, RECEIPT AND OPENING OF TENDERS

- a) Language: The language of the procedure is English.
- b) Currency: EUR
- c) Tenders may be submitted by electronically (with dossier No A-CVE390-2025-8499 and the tenderer's identity in the subject line) to the following addresses:

Deposit Link :

https://luxdev1-my.sharepoint.com/:f/g/personal/carla_santos_luxdev_lu/IgBJOU-UM8-FT6LLowgl5-YoAcfXxIx3ZKYGBwJEfI0Ijng

Once you have submitted your technical and financial offer, you must send an email to the address below to inform us of your submission:

Email: carla.santos@luxdev.lu
c/c: nathaly.santos@luxdev.lu

You will receive an acknowledgement of receipt of your offer following the deposit of the offer.

- d) Deadline for receipt of tenders: 18.03.2026 at 10H00 (Cabo Verde's local time)
- e) Date and time of the public opening session: Immediately after the deadline for submission

8. GUARANTEES

- a) Tender guarantee: N/A
- b) Performance guarantee: 10% of the value of the contract
- c) Other guarantees: see TD

9. PAYMENTS

All eligible payments which are part of this contract will be processed by Lux-Development on behalf of programme CVE/390.

10. INFORMATION MEETING AND/OR SITE VISIT

The tenderer is advised to attend the information Meeting which is planned to be held by video conference on TEAMS on 27.02.2026, starting at 10h00 (Cabo Verde's local time).

Participation in the video conference is mandatory and interested companies must provide us with the email address to send the access link to participate.

11. COMPLEMENTARY OR ADDITIONAL SERVICES

This contract does not include any complementary or additional acquisition of goods. In the event where complementary or additional acquisition of goods would be required (initially not included), its value will be limited to a maximum of 50% of the initial value of the contract. When several successive amendments are made, this limit applies to the value of each amendment.

12. ADDITIONAL INFORMATION

See TD.



CONCURSO PÚBLICO Nº1/RTC/2026 Aquisição de Sistemas Radiantes FM

- 1. Entidade Adjudicante:** Radio Televisão Cabo-verdiana, a qual tem sede em Achada Santo Antonio – Praia - Santiago telefone 00238 2605200. (CCP).
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração da RTC.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Direção Técnica da Radio Televisão Cabo-verdiana, telefone +238 2605210, e e-mail manuel.sanches@rtc.cv.
- 4. Financiamento:** O serviço objeto do presente procedimento é financiado pelo Orçamento da RTC.
- 5. Objeto do Concurso:** O presente Procedimento tem por objeto fornecimento de Sistemas Radiantes FM repartido da seguinte forma:
- (a) Lote 1 – **Morro Curral** (ilha do Sal) – Agregado de 4 dipolos verticais com 3 elementos;
- (b) Lote 2 – **Serra Malagueta** (Ilha de Santiago) – Sistema radiante constituído por duas antenas de polarização circular];
- (c) Lote 3 – **Tarrafal de Monte Trigo** (Ilha de Santo Antão) – Uma antena de polarização circular;
- (d) Lote 4 – **Moroços** (Ilha de Santo Antão) – Uma antena de polarização circular.
- 6. Local de execução de contrato:** Radio Televisão Cabo-verdiana, a qual tem sede em Achada Santo Antonio Ruas 13 de Janeiro– Praia – Santiago
- 7. Prazo de execução do contrato:** Conforme proposta a ser adjudicada, não podendo exceder 30 (trinta) dias.
- 8. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos junto da Direção Técnica da Radio Televisão Cabo-verdiana, telefone +2382605210, ou e-mail manuel.sanches@rtc.cv
- 9. Propostas variantes:** Não são admitidas propostas variantes.
- 10. Divisão em lotes:** Possibilidade de concorrer a um, a vários ou a todos os lotes.
- 11. Requisitos de admissão:** São admitidas as empresas nacionais e internacionais que preenchem os requisitos estabelecidos nos documentos do procedimento e que não estejam em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública
- 12. Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser enviadas por correio eletrónico com anexos zipados e encriptados unicamente para o endereço concursotecnico_2@rtc.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das candidaturas ou ainda, apresentadas em envelope opaco e fechado, entregue diretamente na sede da RTC remetido por correio registado para a mesma morada;, conforme definido no Programa de Concurso.
- 13. Língua:** As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa. Caso os documentos de qualificação dos candidatos estejam redigidos em língua estrangeira, por força da sua natureza ou origem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 14. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 16:00 horas do dia 20 de março de 2026, não sendo consideradas as propostas que chegarem depois de expirado o prazo e sendo o Concorrente responsável por todos os atrasos que porventura se verificarem.
- 15. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados do termo fixado para a apresentação das propostas.
- 16. Critério de adjudicação:** A adjudicação é feita segundo o critério economicamente mais vantajosa, em conformidade com o ponto 22 do Programa do Concurso.
- 17. Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas terá lugar na sede da RTC, sita em Achada Santo Antonio Ruas 13 de Janeiro - Praia – Santiago, no dia 23 de março 2026, pelas 10:00 horas, podendo os interessados participar presencialmente ou via vídeo conferência, e nela intervir todos os candidatos e os representantes dos candidatos devidamente credenciados para o efeito.
- 18. Cauções e garantias:** eventualmente exigidas.
- 20. Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VII/2015, de 14 de abril, alterada pela Lei n.º 69/IX/2019, de 31 de dezembro.

Praia 20 de fevereiro de 2026.

Presidente do Conselho de Administração


Karine Helena Semedo Craveiro Miranda





CONCURSO PÚBLICO Nº1/RTC/2026 Aquisição de Emissores FM

- 1. Entidade Adjudicante:** Radio Televisão Cabo-verdiana, a qual tem sede em Achada Santo Antonio – Praia - Santiago telefone 00238 2605200.
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração da RTC.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Direção Técnica da Radio Televisão Cabo-verdiana, telefone +238 2605210, e e-mail manuel.sanches@rtc.cv.
- 4. Financiamento:** O serviço objeto do presente procedimento é financiado pelo Orçamento da RTC..
- 5. Objeto do Concurso:** O presente Procedimento tem por objeto fornecimento de Emissores FM repartido da seguinte forma:
 - (a) Lote 1 – 3 (três) EMISSOR FM, 2000 Watt;
 - (b) Lote 2 – 3 (três) EMISSOR FM, 1000 Watt;
 - (c) Lote 3 – 9 (nove) EMISSOR FM, 600 Watt;
 - (d) Lote 4 – 4 (quatro) EMISSOR FM, 300 Watt.
- 6. Local de execução de contrato:** Radio Televisão Cabo-verdiana, a qual tem sede em Achada Santo Antonio Ruas 13 de Janeiro– Praia – Santiago
- 7. Prazo de execução do contrato:** Conforme proposta a ser adjudicada, não podendo exceder 30 (trinta) dias.
- 8. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos junto da Direção Técnica da Radio Televisão Cabo-verdiana, telefone +2382605210, ou e-mail manuel.sanches@rtc.cv
- 9. Propostas variantes:** Não são admitidas propostas variantes.
- 10. Divisão em lotes:** Possibilidade de concorrer a um, a vários ou a todos os lotes.
- 11. Requisitos de admissão:** São admitidas as empresas nacionais e internacionais que preenchem os requisitos estabelecidos nos documentos do procedimento e que não estejam em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública (CCP).
- 12. Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser enviadas por correio eletrónico com anexos zipados e encriptados unicamente para o endereço concursotecnico_2@rtc.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das candidaturas ou ainda, apresentadas em envelope opaco e fechado, entregue diretamente na sede da RTC remetido por correio registado para a mesma morada, conforme definido no Programa de Concurso.
- 13. Língua:** As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa. Caso os documentos de qualificação dos candidatos estejam redigidos em língua estrangeira, por força da sua natureza ou origem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 14. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 16:00 horas do dia 20 de março de 2026, não sendo consideradas as propostas que chegam depois de expirado o prazo e sendo o Concorrente responsável por todos os atrasos que porventura se verificarem.
- 15. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados do termo fixado para a apresentação das propostas.
- 16. Critério de adjudicação:** A adjudicação é feita segundo o critério economicamente mais vantajosa, em conformidade com o ponto 22 do Programa do Concurso.
- 17. Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas terá lugar na sede da RTC, sita em Achada Santo Antonio Ruas 13 de Janeiro - Praia – Santiago, no dia 23 de março 2026, pelas 10:00 horas, podendo os interessados participar presencialmente ou via vídeo conferência, e nela intervir todos os candidatos e os representantes dos candidatos devidamente credenciados para o efeito.
- 18. Cauções e garantias:** eventualmente exigidas.
- 29. Identificação do autor do anúncio:** Direção Técnica da Radio Televisão Cabo-verdiana.
- 20. Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VII/2015, de 14 de abril, alterada pela Lei n.º 69/IX/2019, de 31 de dezembro.

Praia 20 de fevereiro de 2026.

Presidente do Conselho de Administração


Karine Helena Semedo Craveiro Miranda





Anúncio Público

Procedimento de concurso público nacional nº 01/2026, para contratação de uma empresa para a exploração do refeitório do edifício sede do Banco de Cabo Verde.

- 1. Entidade adjudicante:** Banco de Cabo Verde, BCV, com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada de Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde, telefone (+238) 260 70 00.
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea a) do nº1 do Art.º 4º da NAP 05/2016.
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral, Unidade de Estrutura a quem compete as aquisições no BCV, telefones (+238) 260 70 02, (+238) 260 73 22, e (+238) 260 73 72 e (+238) 260 71 00 e-mail: contratacaopublicabcv@bcv.cv
- 4. Objeto do concurso:** Contratação de empresa para a exploração do refeitório do edifício sede do Banco de Cabo Verde.
- 5. Local de execução do contrato:** Na sede do Banco de Cabo Verde, BCV, indicada no ponto 1 do presente anúncio.
- 6. Prazo de execução do contrato:** 12 (doze) meses, e caso a entidade adjudicante assim entender poderá ser renovação, mediante avaliação positiva da prestação dos serviços prestados, até o máximo de 3 (três) anos, a contar do período de vigência inicial, salvo denúncia por qualquer das Partes.
- 7. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso devem ser solicitados através do endereço eletrónico: contratacaopublicabcv@bcv.cv, devendo referir no assunto: **Solicitação documentos concurso 01/2026_Cantina**
- 8. Requisitos obrigatórios para a apresentação de propostas:** Podem ser admitidas pessoas coletivas, nacionais, e agrupamentos, que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública; **Sob pena de exclusão das propostas**, apenas podem concorrer pessoas coletivas com: i. Experiência da empresa, comprovada, de no mínimo 1 (um) ano, em gestão de cozinha, preparação e distribuição de refeições e lanches, prestação de serviços de refeitório e de catering; Ter equipa, com experiência comprovada, de no mínimo 1 (um), sendo: 1 (um) responsável com conhecimentos técnicos em gestão de cozinha e tipos de refeições; Membros da equipa, com qualificação e / ou experiência em cozinha e pastelaria; Membros da equipa para o serviço de atendimento aos utentes; e 1 (um) membro da equipa para a função de caixa e controlo; Especificação, adequação e qualidade da proposta técnica com os requisitos previstos no anexo ao caderno de encargos. Ter capacidade financeira: Possuir solidez financeira, boa capacidade para prestação de serviços.
- 9. Não são admitidas:** Propostas por pessoas singulares.
- 10. Modo de apresentação das propostas:** Em envelope fechado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante; ou ainda, por correio eletrónico, com anexos encriptados ou mediante a disponibilização de um link (para que o *download* seja efetuado no momento da receção), desde que seja remetido dentro do prazo, devendo os documentos disponibilizados estar encriptados, e remetidos para o endereço: contratacaopublicabcv@bcv.cv, a chave de descriptação deverá ser entregue no ato público de abertura das propostas, respeitando as indicações definidas no programa de concurso.
- 11. Língua:** As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.
- 12. Data e horário de visita ao edifício sede do Banco de Cabo Verde:** Será realizada uma visita, pelas **15h30** do dia **25 de fevereiro de 2026**. Os interessados em participar da visita deverão enviar a manifestação de interesse ao endereço indicado no presente anúncio.
- 13. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até ao dia **30 de março de 2026**, entre as 08h00 (oito horas) e as 16h30 (dezasseis horas e trinta minutos).
- 14. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 15. Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa. A ponderação é de: 70% para o fator qualidade técnica e 30% para o fator preço.
- 16. Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na sede do Banco de Cabo Verde, no dia **31 de março de 2026, às 10 horas**, podendo os concorrentes participar presencialmente ou via videoconferência, e intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- 17. Cauções:** Caução de boa execução do contrato correspondente a 5% do valor do contrato, para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante e entidade adjudicante.
- 18. Identificação do autor do anúncio:** Área de Contratação Pública e Apoio Geral do Banco de Cabo Verde.
- 19. Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015.

Data do envio do anúncio
Praia, 19 de fevereiro de 2026.



**FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA
PARA CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
CIRCULAR DE ÁGUA DE GATO (2.8Kms), CONCELHO DE
SÃO DOMINGOS, ILHA DE SANTIAGO**

**ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C- ST-08/2026/P178644_02/
MIOTH**

Solicitação de Manifestação de Interesse

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-ST-08/2026/P178644_02/MIOTH** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **FISCALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA PARA CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESTRADA CIRCULAR DE ÁGUA DE GATO (2.8kms), CONCELHO DE SÃO DOMINGOS, ILHA DE SANTIAGO**, no âmbito do projecto **“Improving Connectivity and Urban Infrastructure”** financiado pelo Banco Mundial (IDA).
2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes nacionais ou estrangeiros que possuem certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.
3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **26 de fevereiro de 2026** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.
4. Os Candidatos podem a partir do dia **26 de fevereiro de 2026** e até ao dia **05 de março de 2026** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **12/03/2026**.
5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde até às 10 horas do dia **19 de março de 2026**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).
6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **19 de março de 2026 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.
7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Predio Ordem dos Engenheiros
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv; Pedro.T.Silva@mioth.gov.cv; Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv
C/C: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; Manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)
PARA REABILITAÇÃO E ASFALTAGEM DOS TROÇOS EM
CALÇADA “Figueira de Horta/Cidade do Porto Inglês/Murro/
Calheta/Murrinho/Cascabulho e Pedro Vaz/Alcatraz” (FECHO
DO ANEL RODOVIÁRIO DA ILHA DO MAIO EM BETÃO
BETUMINOSO)**

ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C- MA-07/2026

Solicitação de Manifestação de Interesse

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-MA-07/2026** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para Reabilitação e Asfaltagem dos troços em calçada da estrada “Figueira de Horta/Cidade do Porto Inglês/Murro/Calheta/Murrinho e Pedro Vaz/ Alcatraz” (Fecho do Anel Rodoviário da ilha do Maio em betão betuminoso)**, financiado pelo Governo de Cabo Verde.
2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.
3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **27 de fevereiro de 2026** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.
4. Os Candidatos podem a partir do dia **27 de fevereiro de 2026** e até ao dia **06 de março de 2026** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **09 de março de 2026**.
5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde até às **até às 10 horas do dia 16 de março de 2026**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).
6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **16 de março de 2026 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.
7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Predio Ordem dos Engenheiros
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv; Pedro.T.Silva@mioth.gov.cv; Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; Manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)
PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA CABEÇA CARREIRA/
RIBEIRÃO MANUEL/TOMBA TOURO, ILHA DE
SANTIAGO**
ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C- ST-05/2026

Solicitação de Manifestação de Interesse

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-ST-05/2026** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para Construção da Estrada Cabeça Carreira/Ribeirão Manuel/Tomba Touro, Ilha de Santiago**, financiado pelo Governo de Cabo Verde.
2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.
3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **27 de fevereiro de 2026** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.
4. Os Candidatos podem a partir do dia **27 de fevereiro de 2026** e até ao dia **06 de março de 2026** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **09 de março de 2026**.
5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde até às **até às 10 horas do dia 16 de março de 2026**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).
6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **16 de março de 2026 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.
7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Predio Ordem dos Engenheiros
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv; Pedro.T.Silva@mioth.gov.cv;
Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv;
Manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)
PARA CONSTRUÇÃO (II FASE) DA ESTRADA CHÃO
FORMOSO - BOA VENTURA/RIBEIRÃO BOI, ILHA DE
SANTIAGO**

ANÚNCIO DE CONCURSO Nº C- ST-06/2026

Solicitação de Manifestação de Interesse

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-ST-06/2026** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para Construção (II Fase) da Estrada Chão Formoso - Boa Ventura/Ribeirão Boi, Ilha de Santiago**, financiado pelo Governo de Cabo Verde.
2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.
3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **27 de fevereiro de 2026** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.
4. Os Candidatos podem a partir do dia **27 de fevereiro de 2026** e até ao dia **06 de março de 2026** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **09 de março de 2026**.
5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde até às **até às 10 horas do dia 16 de março de 2026**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).
6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **13 de março de 2026 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.
7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Predio Ordem dos Engenheiros
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv; Pedro.T.Silva@mioth.gov.cv;
Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv;
Manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.





Ministério das Infra-Estruturas,
do Ordenamento do Território e Habitação



CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESTRADA CIRCULAR DE ÁGUA DE GATO, CONCELHO DE SÃO DOMINGOS, ILHA DE SANTIAGO

Anúncio de Concurso Público Nacional

N.º O-ST-08/2026/P178644_02/MIOTH

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um Concurso Público Nacional N.º O-ST-08/2026/P178644_02/MIOTH para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), para a **Concepção/Construção da Estrada Circular de Água Gato (2.8 Kms), Concelho de São Domingos, Ilha de Santiago**.
2. Ao Concurso podem candidatar-se empreiteiros com **Alvará de 4.ª Classe ou superior da 2.ª Categoria** (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), que estejam em condições de mobilizar de imediato, independentemente do pagamento do Adiantamento a que se obriga o Dono da Obra.
3. Para submissão das Propostas cada Concorrente deve adquirir o Dossier de Concurso.
4. O Dossier de Concurso estará disponível, para compra e consulta, no endereço abaixo indicado, a partir de **27 de fevereiro de 2026** em formato digital, mediante o pagamento dum montante não reembolsável de **30.000\$00 (trinta mil escudos)**. O método de pagamento pode ser por transferência bancária, na conta do ECV, E.P.E. junto do Tesouro, mediante emissão do DUC pelos Serviços de Contabilidade do ECV, E.P.E.
5. Uma **visita obrigatória ao local**, acompanhada pelos Representantes da Estradas de Cabo Verde, E.P.E., está programada para o dia **05 de março de 2026**, com concentração em Frente do Prédio Ordem dos Engenheiros, Palmarejo, ilha de Santiago, às **10h30**.
6. O Prazo de Execução é de **12 (doze) meses** a contar da data da Consignação da Obra.
7. A Avaliação das Propostas será efetuada segundo os requisitos técnicos e financeiros especificados no Dossier de Concurso.
8. Os Concorrentes podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação do Dossier de Concurso para os endereços de correio eletrónico abaixo indicados, entre os dias **27 de fevereiro e 10 de março de 2026**. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia 23 de março de 2026.
9. As Propostas dos Concorrentes elegíveis, redigidas na língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos no Dossier de Concurso, devem ser entregues na Estradas de Cavo Verde, E.P.E., **até às 10:00 horas do dia 02 de abril de 2026**, em invólucro fechado, 1 (Um) exemplar em formato papel e 1 (Um) exemplar em formato digital (Pen-Drive).
10. O Ato público de abertura das Propostas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **02 de abril de 2026 às 10:30 horas**, na presença dos representantes dos Concorrentes que assim desejarem assistir.
11. As propostas deverão ser acompanhadas de uma **Garantia de Manutenção da Proposta** no valor de **2.000.000,00 CVE (dois milhões de escudos cabo-verdianos)**.
12. **O Preço Base**, o qual corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante está disposta a pagar pela realização dos trabalhos é de **185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de escudos)**.
13. A Entidade Adjudicante, reserva o direito de não adjudicar a empreitada, caso o valor da proposta for superior a capacidade para financiar a obra.
14. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:

Estradas de Cabo Verde, E.P.E.

Avenida Santiago nº 28, 4º dir. e esq. Palmarejo – Praia, República de Cabo Verde

Tel.: (+238) 262 99 51/52

Email: concursos@estradas.cv; Pedro.T.Silva@mioth.gov.cv; Brucelinda.Veiga@mioth.gov.cv
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv; Manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv

Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO (PE)
PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA JARACUNDA/
RIBEIRÃO ALMAÇO, ILHA DE SANTIAGO**

ANÚNCIO DE CONCURSO N.º C-ST-04/2026

Solicitação de Manifestação de Interesse

1. O Ministério das Infraestruturas Ordenamento do Território e Habitação, através da Estradas de Cabo Verde, E.P.E. lança um **Concurso Público N.º C-ST-04/2026** para contratação de Serviços de Consultoria (precedida de uma prévia-qualificação), visando a **Elaboração do Projecto de Execução para Construção da Estrada Jaracunda/Ribeirão Almaço, Ilha de Santiago**, financiado pelo Governo de Cabo Verde.
2. Ao Concurso podem candidatar-se Gabinetes Nacionais ou Estrangeiros que possuem Certificado de registo comercial com atividades de estudos, projetos e fiscalização na área da engenharia civil.
3. Os Termos de Referência estarão disponíveis no endereço abaixo indicado, a partir de **27 de fevereiro de 2026** até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas, entre as 08:00 horas e as 17:00 horas.
4. Os Candidatos podem a partir do dia **27 de fevereiro de 2026** e **até ao dia 06 de março de 2026** obter esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Termos de Referência pelos endereços de correio eletrónico abaixo indicados. Os esclarecimentos solicitados serão prestados, por escrito, até ao dia **09 de março de 2026**.
5. As Candidaturas elegíveis, redigidas em língua portuguesa, respondendo aos critérios de qualificação exigidos nos Termos de Referência, devem ser entregues na Estradas de Cabo Verde até **às 10 horas do dia 16 de março de 2026**, em invólucro fechado, em 1 exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (Pen Drive).
6. O **Ato público de abertura** das Candidaturas terá lugar na sede da Estradas de Cabo Verde, cujo endereço abaixo se indica, no dia **13 de março de 2026 às 10h30**, na presença dos representantes dos Candidatos que desejarem assistir.
7. O endereço e contactos da Estradas de Cabo Verde, para efeitos do presente Concurso, são os seguintes:
Estradas de Cabo Verde, Avenida Santiago nº 28, 4º andar, Predio Ordem dos Engenheiros
CP 343 –A, Palmarejo – Praia - República de Cabo Verde
Tel.: (+238) 262 99 51/52
Email: concursos@estradas.cv; Pedro.T.Silva@mioth.gov.cv;
Com conhecimento: antoniom.tavares@mioth.gov.cv;
Manuel.v.fernandes@mioth.gov.cv
Período de funcionamento: 8:00 h – 17:00 h.

O Conselho de Administração da ECV, E.P.E.



Auto De Abandono de Lugar

O Ministério da Saúde, representado neste ato pelo Diretor-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG), Dr. Albertino Fernandes, faz saber que, tendo sido registados mais de quinze (15) dias de ausência injustificada, o que tornou impossível a manutenção da relação laboral devido aos graves prejuízos causados, notifica o **Senhor Jandir Manuel Caçado De Pina Dos Santos, Apoio Operacional Nível VII**, ausente do serviço desde o **dia 23 de janeiro de 2026** até à presente data, que dispõe de um prazo de **15 dias úteis**, a contar da publicação deste aviso, para apresentar a justificação da sua ausência prolongada, nos termos da lei.

Caso não o faça, a sua conduta será considerada como **rescisão do contrato de trabalho sem aviso prévio, por abandono de lugar**, considerando-se, para todos os efeitos legais, **desvinculada do contrato desde o primeiro dia em que deixou de comparecer ao serviço**, nos termos dos artigos 244.º e 245.º do Código Laboral de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro.

Praia, 12 fevereiro de 2026.



**VENDA DE TERRENO
Praia (Eugénio Lima)**

Vende-se terreno com **104,95 m²**, situado em **Eugénio Lima, Subzona 2, Quarteirão 05, Lote n.º 046**, na cidade da Praia.

Lance mínimo obrigatório: 719.957 ECV.

O pagamento deve ser efetuado em:

- **50% do valor adjudicado** no prazo indicado após a comunicação formal de aceitação da proposta;
- **50% restantes no acto da outorga da escritura pública de compra e venda em cartório notarial**, momento em que será formalizada a transmissão da propriedade.

Prazo para apresentação de propostas: 15 dias a contar da data de publicação do presente anúncio.

Informações e entrega de propostas:

Cavibel

E-mail: asadio@cavibel.eccbc.com

Antoine Jacques Sadio.

ANÚNCIO

O Escritório Comum do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde leva ao conhecimento do público que tem aberto um concurso para o preenchimento da seguinte vaga:

“Climate Action Associate”

link: <https://app.unv.org/opportunities/1784888021266709>.

Os “Termos de Referência” podem ser acessados no site indicado acima. As candidaturas deverão ser **submetidas online** no mesmo site.

Data provável do recrutamento: **02 Março de 2026**

Duração do contrato: **6 meses**

Tipo de contrato: **UNV Nacional Jovem**

Data limite de envio das candidaturas: **27 de Fevereiro de 2026**

O tipo de contrato é destinado ao recrutamento de pessoal local nacional (cidadãos de nacionalidade cabo-verdiana).

O escritório tem uma política de tolerância zero em relação à exploração sexual e à má conduta, ao assédio sexual e ao abuso de autoridade. Todos os candidatos selecionados serão, por conseguinte, submetidos a um rigoroso controlo de referências e de antecedentes e deverão respeitar estas normas e princípios. Um empregador inclusivo e com igualdade de oportunidades que não discrimina com base na raça, sexo, identidade de género, religião, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, deficiência, gravidez, idade, língua, origem social ou outro estatuto. **Todos/as são fortemente encorajados/as a candidatar-se.**

Serão apenas consideradas candidaturas enviadas online (as candidaturas em papel ou por email NÃO SERÃO ACEITES).

- **Todas as candidaturas são plenamente avaliadas reservando-se o direito de serem contactadas apenas as candidaturas pré-seleccionadas para agendar uma entrevista.**

- **O não fornecimento da informação solicitada, ou se a informação é insuficiente para verificar a elegibilidade, pode resultar na desqualificação para este cargo.**

As Nações Unidas não cobram qualquer taxa de candidatura, processamento, formação, entrevista, teste ou outra taxa relacionada com o processo de candidatura ou recrutamento. Se receber um pedido de pagamento de uma taxa, ignore-o. Além disso, note-se que os emblemas, logótipos, nomes e endereços são facilmente copiados e reproduzidos. Por conseguinte, aconselha-se especial cuidado ao enviar informações pessoais através da Internet.

ECOWAS COMMISSION
VACANCY NOTICE No

**MOTORISTA (Praia, Cabo Verde)**

NÍVEL: G1/G2/G3

DATA DE ENCERRAMENTO : (at 11:59pm GMT)

A POSIÇÃO:

Sob a supervisão do superior hierárquico, o cargo oferece suporte ao Departamento/Direção nas operações diárias, garantindo o bom funcionamento da frota de veículos.

FUNÇÕES PRINCIPAIS:

As funções do motorista incluirão o seguinte:

1. Realizar as verificações diárias de manutenção preventiva antes de movimentar um determinado veículo pela primeira vez no dia.
2. Monitorar o consumo de combustível e lubrificantes dos veículos para garantir seu uso eficiente.
3. Solicitar atempadamente o reabastecimento de combustível .
4. Manter registros precisos do uso de combustível/lubrificantes para fins de planeamento e auditoria.
5. Garantir o preenchimento correto dos diários de bordo dos veículos pelos motoristas.
6. Executar quaisquer outras tarefas que lhe forem atribuídas.

COMPETÊNCIAS (habilidades, experiência e conhecimento):

1. Certificado de conclusão do Ensino Médio da África Ocidental ou equivalente, com certificado de formação para motoristas e carta de condução válida para operar o veículo designado.
2. Dois (2) anos de experiência como motorista, preferencialmente em uma organização internacional, envolvendo uma variedade de carros e modelos de veículos.
3. Conhecimento prático das regras e regulamentos de trânsito e capacidade de ler e interpretar sinais de trânsito e documentos como normas de segurança e instruções de operação e manutenção.
4. Saber como manter um livro de registro de bordo.
5. Conhecimento de práticas de direção defensiva, protocolo e cortesia para motoristas profissionais, estradas e condições locais e protocolos relevantes para a segurança dos passageiros em condições climáticas adversas, eventos terroristas, acidentes de trânsito, incidentes criminais e violentos.
6. Conhecimento de manutenção básica de veículos (por exemplo, verificação geral) e capacidade de avaliar as condições mecânicas dos veículos e realizar pequenos reparos.

Para obter mais informações e se inscrever, acesse o seguinte link: <https://www.ecowas.int/careers/>

COMUNICAÇÃO

Nos termos do artigo 244º e seguintes do Código Laboral Cabo-verdiano, aprovado pelo Decreto -Legislativo nº 5/07, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decreto - Legislativo nº 5/2010, de 16 de Junho, comunica-se ao **SR. Claudino Mendes Varela**, Colaborador desta empresa com a Categoria de Servente, que por não ter comparecido no seu posto de trabalho há mais de 10 dias úteis seguidos, isto é, desde 1 de Janeiro de 2026, sem qualquer justificação, e por se desconhecer o seu paradeiro, se considera que rescindiu o contrato de trabalho celebrado com a Empresa em 01 de Julho de 2025, sem aviso prévio por abandono de lugar, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2026. Podendo, todavia, ilidir tal presunção nos termos do nº3 do aludido artigo.

A Entidade Empregadora

MCV- Marpe Cabo Construções, SA

Praia, 20 de Fevereiro de 2026



DIVULGAÇÃO PÚBLICA

Assunto: Concurso Público para o Cargo de Auditor Geral da CEDEAO (Vaga Atribuída a Cabo Verde)

1. Preâmbulo

No âmbito do processo de recrutamento dos funcionários estatutários para o período 2026-2030, e em conformidade com o Ato Suplementar A/SP.14/02/12 e as decisões da Sexagésima Sessão Ordinária da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, o Governo de Cabo Verde, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional (MNECIR), torna pública a abertura do processo a apresentação/seleção de candidaturas ao cargo de Auditor Geral da CEDEAO, vaga institucionalmente atribuída à República de Cabo Verde.

2. Do Cargo

O Auditor Geral é o responsável máximo pela auditoria das instituições da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O cargo exige independência, integridade e elevado conhecimento técnico para dirigir o Gabinete do Auditor Geral e assessorar os órgãos de decisão da Comunidade.

3. Do Perfil Exigido

Os candidatos deverão satisfazer, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- **Formação Académica:** Ser titular de um Mestrado (BAC+5) ou diploma equivalente em Finanças, Contabilidade, Auditoria, Gestão de Empresas ou áreas afins, emitido por uma universidade ou instituição de ensino superior internacionalmente reconhecida.
- **Experiência Profissional:** Possuir, no mínimo, quinze (15) anos de experiência profissional nos domínios da gestão geral, auditoria, finanças e contabilidade.
- **Experiência em Liderança:** Demonstrar, no mínimo, sete (7) anos de experiência em cargos de direção ou coordenação (cargo de responsabilidade) em organizações públicas, privadas, nacionais, regionais ou internacionais.

4. Das Condições de Candidatura

- **Prazo para Apresentação:** Os interessados deverão formalizar a sua manifestação de interesse até 10 de março de 2026.
- **Equilíbrio de Género:** Em conformidade com o Ato Adicional A/SA.14/02/12, o processo incentivar vivamente a participação de candidatas do sexo feminino que reúnam o perfil exigido, por forma a garantir o necessário equilíbrio de género na alta direção da Comunidade.
- **Processo Competitivo:** A seleção observará um processo rigorosamente competitivo, baseado no mérito e na adequação do currículo às exigências do cargo.

5. Documentação Necessária

Os/as candidatos/as deverão apresentar, em envelope fechado ou através do endereço eletrónico abaixo indicado, os seguintes documentos:

1. Carta de apresentação/motivação.
2. Histórico Escolar relevante e Curriculum Vitae detalhado, atualizado e assinado.
3. Cópias autenticadas dos certificados de habilitações literárias e profissionais.
4. Comprovativos de experiência profissional (declarações de serviços, certificados de trabalho ou contratos).
5. Documento de identificação (Cópia do Passaporte ou Bilhete de Identidade).
6. Entrega das Candidaturas.

As candidaturas deverão ser entregues, até ao prazo estipulado, no seguinte endereço:

Célula Nacional da CEDEAO

Sala 215, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional (MNECIR), Palácio das Comunidades, C.P n.º 60 - Achada Santo António - Praia - República de Cabo Verde

E-mail: morais.isa@mneec.gov.cv

Tel. Dt: (+238) 260 78 37 (IP 6137)

Isa Morais (Coordenadora)

7. Informações Complementares

Os documentos de referência (Descrição de Funções, Cronograma, Ato Suplementar A/SP.14/02/12, Decisão A/DEC.3/7/91 e Comunicado Final da Cimeira) estão disponíveis para consulta dos interessados junto da Célula Nacional da CEDEAO no MNECIR.

A presente publicação constitui a formalização do processo de recrutamento, visando garantir a transparência e a mais ampla divulgação junto dos quadros nacionais qualificados.

Praia, aos 23 de fevereiro de 2026.

TRANSCOR

EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS

AUTO POR ABANDONO DE LUGAR DE TRABALHO

Consultando os registos de presença na empresa, verifica-se que o Senhor **JAIR RENATO SILVA FERNANDES RODRIGUES**, contratado para prestar o serviço na TRANSCOR SV, deixou de comparecer no seu posto de trabalho desde o dia 30 de janeiro de 2026, sem que tenha comunicado o motivo do não comparecimento e nem tenha apresentado qualquer justificação, perfazendo neste momento o total de 21 dias de faltas injustificadas.

Nos termos do nº 2 do artigo 244º do Código Laboral vigente, a não apresentação do trabalhador no seu posto de trabalho por dez dias seguidos, presume-se abandono do local de trabalho o que por força do artigo no 1 do mesmo artigo, equivale a rescisão do contrato de trabalho sem aviso prévio, por parte do trabalhador.

Assim sendo, nos termos do artigo 245º da mesma lei, considera-se o Senhor **JAIR RENATO SILVA FERNANDES RODRIGUES** desvinculado da empresa desde o dia 09 de fevereiro de 2026.

Cidade de Mindelo, 19 de fevereiro de 2026

O Presidente do Conselho de Administração

 Luis Gonçalves da Cruz Soares

Av. Manuel Matos - Mindelo - C.P. 172 - Tel. 2324482 / 2316568 / 2315232 - Fax: 2324481
 E-Mail: transcorsv@cvtelecom.cv



ABANDONO DE LUGAR

A LEROY CV, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S.A, com sede na Praia NIF 289308003, matriculada na Conservatória do Registo Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 3304020170209, representada pelo administrador Marco Alexandre Monteiro Lopes, vem por este meio, comunicar ao Sr. MÁRIO JUNIOR LOPES MENDES MORENO titular do CNI nº 19941229M001G, colaborador desta empresa, em parte incerta, que devido a sua ausência ao trabalho desde o dia 06 de Fevereiro de 2026, sem aviso prévio e sem apresentar qualquer justificação, considera rescindido o contrato de trabalho que lhe liga a esta empresa, por força do abandono de lugar, para efeitos dos artigos 244º e 245º do Código Laboral.

Assim, para os devidos efeitos legais, considera-se desvinculado do referido contrato de trabalho desde o primeiro dia em que deixou de comparecer ao serviço (isto é, no dia de 06 de Fevereiro de 2026).

Ainda nos termos do artigo 246º do Código Laboral, prevalece a faculdade da empresa em exigir em seu proveito a indemnização pelos prejuízos causados.

Praia, 20 de Fevereiro de 2026

A administração

 Comércio e Indústria, Lda
 NIF: 289 308 003
 Tel. 238 244821

Leroy CV - Comércio e Indústria, Lda Sede: Praia, Nossa Senhora Da Graça - Tira Chapeu Industrial Edifício Colegio Turminha
 NIF 289308003 Email: leroy-cv@hotmail.com Tel. 238 9371324 (Loja Assomada) Tel. 238 2647067 (Loja Praia)



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO
ANÚNCIO

1.ª Publicação..

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 139/2025
Requerente: Gilda Sofia Pereira da Costa.

Requerido: Vanile Marley da Costa Andrade, Júlio Andrade e de Maria Conceição Gomes de Carvalho Moreno, natural de Nossa Senhora da Graça, residente em parte incerta de Portugal

A **Dr. Januária Tavares Silva Moreira Costa**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, correm éditos contados da segunda e última publicação do anúncio, citando o requerido, **Venile Marley Gomes da Costa Andrade**, filho de Júlio Andrade e de Maria Conceição Gomes de Carvalho Moreno, natural de Nossa Senhora da Graça, residente em parte incerta de Portugal, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (Trinta) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decretado pela Conservatória do Registo Civil)**, pelos factos e fundamentos constantes na Petição Inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertido o requerido de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados. Cidade de Assomada, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2026.

A Juiz Desembargadora,

[Assinatura]
/Dr.ª Januária Tavares Silva Moreira Costa.

A Ajudante de Escrivão,

[Assinatura]
/Maria de Fátima Vieira Moreno/

PALÁCIO DA JUSTIÇA – AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N.º 3338914



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE

Juízo de Família, Menores e do Trabalho

Caixa Postal nr. 63 Telefone nr. 3333440/47- Piso 3

Correio eletrónico: juizofamilia.menores.trabalho.sv@hotmail.com

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - Ação Especial (Divórcio Litigioso) nr. 22/25-26.

Autora - ANTONIETA SOLANGE DOS SANTOS.

Réu- ÓSCAR MANUEL FORTES RODRIGUES, maior, casado, nascida a 12-04-1984, filho de Manuel de Jesus Oliveira Rodrigues e de Maria de Fátima Fortes, natural da freguesia de Santo Crucifixo, Concelho de Ribeira Grande, tendo como última residência em Ribeirinha - São Vicente.

-0-

FAZ SABER que, no processo e Juízo acima indicados, é por este meio citado a Ré acima identificada, para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação mínima de **TRINTA DIAS**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, apresentar, querendo a sua contestação nos referidos autos, cujo pedido consiste em que a Ação seja julgada procedente, por provada, declarando-se o divórcio entre a Autora e o Réu, devendo com o contraditório, se a apresentar, oferecer logo os meios de prova e com advertência de que, é **obrigatória a constituição** de advogado nestes autos.

Mindelo, aos vinte e sete dias do mês de Novembro de 2025.

A Juiz de Direito

[Assinatura]
/Daylen Araújo do Livramento/

A Ajudante de Escrivão,

[Assinatura]
/Neidy Sorujá Rodrigues/



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE BARLAVENTO

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos de Ação Especial (revisão e confirmação de sentença estrangeira), registados sob o nr. 45/2025-2026.

Requerente: **BALBINA LOPES ASSUNÇÃO**, casada, natural de Santo Antão, residente em França.

Requerido: **BORIS JULIEN STAFFEBACH**, de nacionalidade Francesa, residente em parte incerta.

-0-

FAZ SABER que nos autos acima referidos, é **citado** o Requerido acima identificado para, no prazo de **DEZ DIAS**, e finda á dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição ao pedido formulado pela Requerente nos referidos autos, que consiste no seguinte:

Que seja revista e confirmada a sentença proferida pelo Tribunal de Grande Instância de Bonneville França, em 14 de março de 2016, que decretou o divórcio entre a Requerente Requerido, com todas as consequências legais, designadamente as de o divórcio produzir todos os seus efeitos legais em Cabo Verde.

FAZ AINDA SABER que: a falta de oposição não importa a confissão dos factos articulados pela Requerente, que caso deduzir oposição, deverá oferecer logo os meios de prova; que é obrigatória a constituição de advogado; que deverá efetuar, no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da oposição, o pagamento do preparo inicial no valor de 13.000\$00 e, não o fazendo dentro desse prazo, será notificada para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, podendo, solicitar o Duc na Secretaria deste Tribunal, para o pagamento da referida quantia e, se o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter a este Tribunal documento comprovativo do pagamento efetuado; e ainda que goza da faculdade de requerer à O.A.C.V. o benefício de assistência judiciária.

Mindelo 24 de Fevereiro de 2026

A Juíza Conselheira,

[Assinatura]
/Dr.ª Circeda Costa Neves/

A Escrivã de Direito,

[Assinatura]
/Adelina Gomes Bulu /

Avenida Alberto Leite, CP noxuu5 - telefone e Fax 2314064 -



REPÚBLICA DE CABO VERDE

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

ANÚNCIO

2.ª Publicação.

Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 120/2025
Requerente: Celina Borges Tavares de Horta.

Requerido: Fernando Jorge Pereira de Horta, maior, nascido a 06-12-1971, natural de Santa Catarina de Santiago, filho de Orlando Pereira Horta e de Alice Pereira, residente em parte incerta de Roterdão/Holanda.

A **Dr. Samyra de Oliveira Gomes dos Anjos**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, correm éditos contados da segunda e última publicação do anúncio, citando o requerido, **Fernando Jorge Pereira de Horta**, maior, nascido a 06-12-1971, natural de Santa Catarina de Santiago, filho de Orlando Pereira Horta e de Alice Pereira, residente em parte incerta de Roterdão/Holanda, para no prazo de **10 (dez) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **45 (quarenta e cinco) dias**, querendo, deduzir oposição ao presente pedido de **Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira (divórcio decretado pelo Tribunal Judicial de Família de Roterdão/Holanda)**, pelos factos e fundamentos constantes na Petição Inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda, fica advertido o requerido de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos da conjugação dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º, do CCJ, com a advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados. Cidade de Assomada, aos 06 dias do mês de janeiro de 2026.

A Juiz Desembargadora,

[Assinatura]
/Dr.ª Samyra Oliveira Gomes dos Anjos/

A Ajudante de Escrivão,

[Assinatura]
/Josinete Cintia Barros Monteiro/

PALÁCIO DA JUSTIÇA – AVENIDA DA LIBERDADE/ASSOMADA TEL. N. 3338914



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO

JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =
REG. Nº 15/JM/TJCSF/2026

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Ação Especial de Justificação Judicial, registados sob o n.º **49/2026**, movido pelo Requerente, **Adriano Brandão Carvalho**, casado, residente nos E.U.A, representado nos autos pelo Mandatário Judicial, **Dr. Manuel Roque Silva Júnior e outros**, advogados com escritório em São Filipe, contra os **RÉUS, MINISTÉRIO PÚBLICO e INTERESSADOS INCERTOS**.

São citados os Réus - INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA 1: “Um terreno rústico, sito em Campanas de Baixo, concelho de São Filipe, com área total de 7.352,73m2, confrontando a Norte com regato e Tia Nóna, Sul com regato, Nelson e Cândido e Nhá Antónia, Leste com Nuna Silva e Oeste com Djéu ou encontro de dois regatos.”

VERBA 2: “Um terreno rústico sito em Ponta Verde, concelho de São Filipe, com área total de 3.123,61m2, confrontando a Norte com Benvinda Vieira Mendes, Sul com Mingo de Ruja, canal ou de Afonso, Leste com Nivaldo Gonçalves Lopes Gomes e esposa e oeste com Benvinda Vieira Mendes e Mingo de Ruja.”

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida ação, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuar-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo São Filipe, nos termos do artigo 66º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 17 de fevereiro de 2026.



S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238) 2812829 - Cabo Verde

MESTRE SONKO

Grande cientista espiritual, com os mais fortes poderes, trata e ajuda a resolver qualquer que seja o seu caso de difícil solução, com mais rapidez. Exp: amor, sorte, negócio, união, prender e desviar, afastar aproximar pessoas amadas, doenças espirituais, justiça, estudos, maus-olhados, inveja, etc.

Lê sorte, dá previsão de vida e futuro pelo bom espírito e forte talismã.

Contacto: 9320042/ 5906032

Watsapp: 00221778735052



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA RIBEIRA GRANDE

Ponta do Sol/Santo Antão
Telef. nº 3332561 - Fax 2251592

= ANUNCIO =

Autos - Ação Especial (Justificação Judicial), registado sob o nº **29/2025**.

Autor - Manuel António Jesus Rodrigues, maior, solteiro, nascido no dia 07.01.1964, filho de Gregório António Rodrigues e de Joana Rosa Jesus, natural da Ilha de Santo Antão, residente em Ribeirinha - São Vicente.

Réus - INCERTOS.

-0-

FAZ SABER que, no processo e Tribunal acima indicados, são todos os RÉUS citados para deduzirem oposição, querendo, por simples requerimento, no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, com a advertência de que a falta de oposição implica que o processo prossiga e que o pedido do Autor consiste em:

Que seja declarado judicialmente reconhecido o seu direito de propriedade sobre o Prédio Urbano situado na localidade de Cruzinha, Concelho da Ribeira Grande, com uma área de 124.44m2, composto por rés-do-chão, sala de estar e jantar integradas, cozinha, WC, dois quartos e um quintal.

FAZ AINDA SABER, de que, caso deduzam oposição, é obrigatória a constituição de advogado, que deverão pagar o preparo inicial dentro de 5 dias, não o fazendo, serão notificados para paga-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva; de que gozam da faculdade de requerer o benefício da Assistência Judiciária e que o duplicado da p.i. encontra-se nesta Secretaria para lhes ser entregue logo que solicitado

Cidade da Ponta do Sol, 27 de janeiro de 2026



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE BARLAVENTO

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos de Ação Especial (revisão e confirmação de sentença estrangeira), registados sob o nr. 43/2025-2026.

Requerente: **HIGINO HILÁRIO MEDINA**, natural de Santo Antão, residente em Luxemburgo.

Requerida: **GETRUDES DOS SANTOS LIMA**, divorciada, natural de Santo Antão, residente em parte incerta.

-0-

FAZ SABER que nos autos acima referidos, é **citado** a Requerida acima identificada para, no prazo de **DEZ DIAS**, e finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição ao pedido formulado pelo Requerente nos referidos autos, que consiste no seguinte:

Que seja revista e confirmada a sentença proferida pelo Tribunal de Luxemburgo, em 12 de novembro de 2009, que decretou o divórcio entre o Requerente e a Requerida, com todas as consequências legais, designadamente as de o divórcio produzir todos os seus efeitos legais em Cabo Verde.

FAZ AINDA SABER que: a falta de oposição não importa a confissão dos factos articulados pelo Requerente, que caso deduzir oposição, deverá oferecer logo os meios de prova; que é obrigatória a constituição de advogado; que deverá efetuar, no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da oposição, o pagamento do preparo inicial no valor de 13.000\$00 e, não o fazendo dentro desse prazo, será notificada para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, podendo, solicitar o Duc na Secretaria deste Tribunal, para o pagamento da referida quantia e, se o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter a este Tribunal documento comprovativo do pagamento efetuado; e ainda que goza da faculdade de requerer à O.A.C.V. o benefício de assistência judiciária.

Mindelo 24 de Fevereiro de 2026



Avenida Alberto Leite, CP nox003 - telefone e Fax 2314064 -

Conservador/Notário — António Aleixo Martins

Extrato

CERTIFICO, narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 — 1ª Série, que foi outorgada no dia 22-01-2026, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 71 verso à 72, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado:

Primeira Habilitação: que no dia dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e três, faleceu no Hospital da Ribeira Grande - Santo Antão, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, **João António Nascimento**, no estado de casado com Maria do Rosário Andrade, filho de António Maria Nascimento e de Simoa Cândida dos Santos, tendo como última residência na Vila da Ponta do Sol, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **Maria Auxilia Nascimento Fernandes**, casada, com Victor Manuel Rodrigues Fernandes, residente em Portugal; **Leila Vaquiliana Andrade Nascimento**, divorciada, residente na Cidade da Ponta do Sol; **Janine Lidiane da Conceição Andrade Nascimento Santos**, casada, com Rui Manuel Évora Santos, residente na Cidade da Ponta do Sol e **Stêfan João Fabrice Andrade Nascimento**, solteiro, maior, residente na Cidade da Ponta do Sol.

Segunda Habilitação: Que no dia quatro de julho - de dois mil e um, fa-

leceu na Vila da Ponta do Sol Santo Antão, Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho da Ribeira Grande, **Maria do Rosário Andrade Nascimento**, no estado de vitiva, filha de João Carlos Andrade e Joana Maria Andrade, tendo como última residência na Vila da Ponta do Sol - Santo Antão, tendo deixado como únicos herdeiros legítimos os seus filhos os acima identificados, com exceção de **Maria Auxilia Nascimento Fernandes**.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, aos 12-02-2026.

Reg sob o n.º 1094726/2026



1º Cartório Notarial da Praia
Notária: Helyny Patrícia Silva Varela

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 16.02.2024, de folhas 106 a 107 do livre de notas para escrituras diversas número 322 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma Escritura de Habilitação de **Herdeiros por óbito de Maria Filomena Gomes Lopes**, nos termos seguintes:

1. Que no dia vinte e um de março de dois mil e vinte, em Boston Medical Center, Boston, MA, faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **Maria Filomena Gomes Lopes**, aos sessenta anos de idade, no estado civil de solteira, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, filha de António Mendes Lopes Fernandes e de Maria Nascimento Gomes, com a última residência em 1012 Warren Avenue, Brockton, Massachusetts 02301, Estados Unidos da América.

2. Que lhe sucederam como únicos herdeiros os seus filhos:

a) Ana Cristina Lopes Gonçalves De Pina, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Várzea da Companhia, Praia;

b) Suzana Lopes Resende, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Várzea da Companhia, Praia;

c) Sara Gomes Resende, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Várzea da Companhia, Praia;

d) Adelina Da Graça Lopes Horta, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Várzea da Companhia, Praia;

e) António José Lopes Horta, solteiro, maior, natural da Fre-

guesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

f) Márcio Gomes Lopes Dos Santos Monteiro, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes preferam ou com eles possam concorrer a sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 19 de fevereiro de 2024.

CONTA: 11039082026 Art. 20º 4.2..... 1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária,
Helyny Patrícia Silva Varela
/Helyny Patrícia Silva Varela/

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-
-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de
Achada Santo António.

NIF- 353331112



Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!

Ministério
da Justiça

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

**Extrato**

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **94**, a **folhas 74 a 75vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbitos de:

Primeira habilitação: Benvida

Moreira Borges, falecida no dia do dia treze de abril de dois mil e três, na sua residência em Gil Bispo, freguesia e concelho de Santa Catarina, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casada com Francisco Semedo Lopes, sob o regime de comunhão geral de bens. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: a) - **João Francisco Lopes**, a data do óbito casado com Maria Natalina Semedo Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos, *pós-falecido no dia três de agosto de dois mil e vinte e três*; b) - **António Carlos Lopes**, solteiro, maior, residente em Nice, França; c) - **Olívio Borges Correia**, à data de óbito solteiro, maior, atualmente casado com Maria Jesus Fernandes Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Gil Bispo; d) - **José Fausto Borges Lopes**, casado com Maria Augusta Alves Sanches, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; e) - **Miguel Borges Correia**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América; f) - **Maria Tereza Borges Lopes**, solteira, maior, residente em Nice, França. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Segunda habilitação: Francisco Semedo Lopes

que também usava e era conhecido por Francisco Lopes e Francisco Lopes Correia, falecido no dia trinta de setembro de dois mil e vinte, na sua residência em Gil Bispo, freguesia e concelho de Santa Catarina natural que foi da referida freguesia e concelho, com última residência em Gil Bispo, no estado de viúvo. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: a) - **João Francisco Lopes**, a data do óbito divorciado, *pós-falecido no dia três de agosto de dois mil e vinte e três*; b) - **António Carlos Lopes**; c) - **Olívio Borges Correia**, casado com Maria Jesus Fernandes Furtado, sob o

regime de comunhão de adquiridos; d) - **José Fausto Borges Lopes**; e) - **Miguel Borges Correia**; f) - **Maria Tereza Borges Lopes**. Todos acima melhores identificados.

Terceira habilitação: João Francisco Lopes

falecido no dia três de agosto de dois mil e vinte e três, em Boston, Massachusetts, Estados Unidos da América, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência em Boston, Massachusetts, no estado de divorciado. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: a) - **Sara Telinha Furtado Lopes de Pina**, casada com Francisco Gomes de Pina, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; b) - **Elves Furtado Lopes**, solteiro, maior, residente nesta cidade de Assomada; c) - **Natalicio Furtado Landim Lopes**, casado com Elisângela de Jesus Mendes Landim Lopes, sob o regime de comunhão geral de bens, residente nesta cidade de Assomada. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Benvida Moreira Borges, Francisco Semedo Lopes e João Francisco Lopes**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Emol: 1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total: ..1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 1100112

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Jandira dos Santos Cardoso

Ministério
da JustiçaDIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
2º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE 1ª CLASSE DA PRAIA
ACHADA SANTO ANTÓNIO - CP 404-A - PRAIA
Tel. 2626205 / 2626209**Notária: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso****EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia **treze de Fevereiro de dois mil e vinte e seis**, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a Notária, **Dra. Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **trezentos e quarenta e quatro /A**, de folhas **sete a oito**, uma escritura de habilitações de herdeiros, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia **doze de Agosto de dois mil e nove**, na Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **ROSALINA PEREIRA**, no estado de casada com Hipólito Quintino Fernandes, no regime de Comunhão Geral de Bens, natural que foi da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, com última residência habitual em Espinho Branco, São Miguel; Que lhe sucederam como únicos herdeiros, os seus filhos:

a) **MARIA HELENA FURTADO FERNANDES**, casada com Pedro Pereira Sanches no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Espinho Branco, São Miguel;

b) **MARIA DA LUZ FURTADO FERNANDES**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em França;

c) **HILÁRIO FURTADO FERNANDES**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em França;

d) **JOSÉ JORGE FURTADO FERNANDES**, casado com Maria Mendes Gomes Fernandes, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Espinho Branco, São Miguel;

e) **JOSÉ ANTÓNIO FURTADO FERNANDES**, casado com Maria Conceição Mendes Cabral, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Espinho Branco, São Miguel;

f) **DOMINGAS PEREIRA FERNANDES**, casada com Domingos Duarte Moreira, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Veneza, São Miguel;

g) **MARIA SEGUNDA FURTADO FERNANDES**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Portugal;

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia **trinta e um de Julho de dois mil e vinte e cinco**, na Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, **HIPÓLITO QUINTINO FERNANDES**, no estado de viúvo, natural que foi da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, com última residência habitual em Espinho Branco, São Miguel.

Que lhe sucederam como únicos herdeiros os seus filhos:

a) **CELSO CÂNDIDO FERNANDES** casado com Alice Luísa Furtado, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em França;

b) E os Senhores **MARIA HELENA FURTADO FERNANDES, MARIA DA LUZ FURTADO FERNANDES, HILÁRIO FURTADO FERNANDES, JOSÉ JORGE FURTADO FERNANDES, JOSÉ ANTÓNIO FURTADO FERNANDES, DOMINGAS PEREIRA FERNANDES e MARIA SEGUNDA FURTADO FERNANDES**, acima identificados;

Mais se informa, que nos termos do número cinco do artigo 86- A e do artigo 87 do Código de Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitações.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia treze de Fevereiro de dois mil e vinte e seis.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total..... 1.200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)
Reg. sob o nº 10995/2026.

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso



Extrato

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do art. 86o-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **94, a folhas 91**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Domingos Correia Semedo**, falecido no dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho e cidade da Praia, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência em Gil Bispo, no estado de solteiro. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Sara Raquel Oliveira Correia Semedo; b) - Cristina Joaquina de Oliveira Semedo**, ambas solteiras, maiores, naturais da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, residentes em Sintra, Portugal.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram às indicadas herdeiras, ou com elas possam concorrer na sucessão à herança do referido **Domin-**

gos Correia Semedo.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Emol:.....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 1102934

DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: Cartoriosantacatarina@gov.cv


Conservador/Notário — António Aleixo Martins**Extrato**

Certifico, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º83, de folhas 83 verso a 84, outorgada no dia 04-02-2026. na qual **António dos Santos Fortes**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, residente em São Vicente, declara que é dono de um prédio urbano em ruínas, com “regajo” (área da casa = 50 m2 e área do regajo = 149 m2), situado em Ladeirinha, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o número 2102/0, medindo 199 m2 (cento e noventa e nove metros quadrados), confrontando do Norte, Este e do Oeste com Herdeiros de Domingos Lopes; Sul com Caminho, omissos no Registo Predial.

Alega que o referido prédio lhe veio a posse por herança dos pais, tendo feito a inscrição na matriz camararia em seu nome, sem que no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conserva-

tória, mas desde logo, entrou na posse e fruição do mesmo, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que, a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invocar para efeitos de inscrição no Registo Predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Ribeira Grande, aos 12-02-2026.


NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira**EXTRACTO**

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e oito de Novembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 112F e 113F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Santos Mendes Gomes**, falecido no dia doze de Janeiro de dois mil e nove, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Hermínia Tavares Mendes**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Fernando Tavares Gomes**, solteiro, maior, natural da República Democrática de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal, **Nicolau Tavares Mendes**, no estado de falecido era solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com ultima residência em Portugal.

No dia **vinte e cinco de Maio de dois mil e vinte e um**, em Portugal, faleceu a Senhora **Hermínia Tavares Mendes**, no estado de viúva natural que foi da freguesia

de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos acima identificados.

No dia **dois de Agosto de dois mil e vinte e quatro**, em Portugal, faleceu o Senhor **Nicolau Tavares Mendes**, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como único e universal herdeiro, sem ascendentes e nem descendentes o seu irmão acima identificado.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

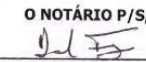
Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas:.....000.00

Imp. de selo:..... 200.00

Total:.....1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o nº 1100730/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

Conservador/Notário — António Aleixo Martins**EXTRACTO**

CERTIFICO, narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 — É Série, que foi outorgada no dia 04-02-2026, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 82 verso á 83, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que no dia dezasseis de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, faleceu no seu domicílio em Ribeira da Torre - Concelho de Ribeira Grande, **Eugénia Maria dos Santos**, no estado de solteira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, filha de João Manuel Neves e de Maria Eugénia dos Santos, com ultima residência em Ribeira da Torre - Marrador - Ribeira Grande — Ilha de Santo Antão e tendo deixado como únicos herdeiros os seus filhos: — **Hirondina Eugénia da Cruz dos Reis**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com António Nascimento Fortes dos Reis, residente na Holanda; **António Santos da Cruz**, casado sob o regime de comunhão adquiridos com Idalina Antónia Santos, residente em França; **Irineu Santos da Cruz**, solteiro, maior, residente em França; **Armindo Santos da Cruz**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos

com Constança dos Santos Rodrigues, residente na Ribeira **João Estevão da Cruz**, casado sob o regime de comunhão Adquiridos com Maria Francisca Silva da Cruz, residente na Itália; **Albertino Estevão da Cruz**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Quitéria Maria da Cruz, residente na Holanda e **Maria Eugénia da Cruz**, solteira, maior, residente em França. Todos os herdeiros, são naturais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os acima mencionados.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86º -A e do artigo 87º do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande Santo Antão, aos 12-02-2026 Reg. Sob o nº 1094773/2026



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º -A do Código do Notariado, que no dia vinte do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim Lic. **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número setenta, de folhas cinquenta três verso a cinquenta quatro verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia vinte do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Fonte Francês, faleceu **Luis Alberto Rodrigues**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casado, sob o regime da comunhão de adquiridos, com ele outorgante. O falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) Marisa Cristina Antunes Rodrigues**, casada com José Carlos Fernandes Lopes, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América; **b) Gizela Maria Gonçal-**

ves Rodrigues, residente em Luxemburgo; **c) Lara Patrícia Antunes Rodrigues**, residente em Chã de Alecrim; **d) Iara Helena Antunes Rodrigues**, residente em Alto Fortim; estes solteiros, maiores; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram ao mencionado herdeiro ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança da referida “**de cujus**”.

Os interessados querendo, podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos do artigo nº 87 do Código Notarial.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.º. 4.2...1.000\$00
Selo do acto...200\$00
Soma:.....1.200\$00
Processo n.º 1101519
Conta n.º 202607779

O Notário,



/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

EXTRATO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 35 verso a fls. 36 verso do livro de notas para escrituras diversas número 5 - A desta Conservatória/ Cartório Notarial de Mosteiros, se encontra exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, com a data de vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, na qual o **Sr. LUIS CARLOS GOMES**, NIF100786421, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, é concelho de Mosteiros, residente nos Estados Unidos da América, se declara que dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, de um prédio urbano, sito em Queimada Guincho, **com a área de duzentos e quarenta vírgula noventa e seis metros quadrados**, confrontando a norte com lote, a sul com Deolinda Gomes da Rosa, a este com outros e a oeste com pátio de servidão (rua), inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número **1191/0**, com o valor matricial de dois milhões de escudos cabo-verdianos.

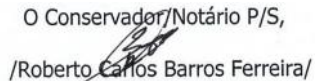
Que adquiriu o referido prédio **por compra** nos senhores, **Arlinda Lopes Gomes, Maria Isabel Teresa Lopes Gomes, Eusébio Lopes Gomes, Danielson Gomes Monteiro, Maria Fernandes Andrade, Jaime José Gomes Monteiro e Domingas Gomes Alves**, em seis de dezembro de

dois mil e vinte e cinco, tendo o justificante, com o seu esforço, dinheiro e materiais próprios, procedido à reabilitação do imóvel, deixando-o como novo.

Que, após a referida compra, entrou e continuou na posse e fruição do imóvel, exercendo-a sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, contínua, de boa-fé e ostensiva, com conhecimento geral, atuando como verdadeiro proprietário, sem oposição de quem quer que seja, posse essa que, **somada à dos anteriores possuidores**, seus tios e seu avô, perfaz um período superior a sessenta anos, pelo que invoca expressamente a usucapião como título de aquisição a seu favor, para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original. Cidade Igreja e na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, aos vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e seis.

Processo sob o nº 1102838/26
Artigo 20.º. 4.2..... 1.000\$00
Selo do acto..... 200\$00
Soma:1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário P/S,

/Roberto Carlos Barros Ferreira/

Conservador/Notário — António Aleixo Martins**Extrato**

Certifico, para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 71 verso a 72. outorgada no dia 23-01-2026. na qual **Anildo do Rosário Maurício**, casado com Vatineida Dias Lima sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Luxemburgo, de passagem por esta ilha de Santo Antão, declara que é dono e legítimo possuidor de um trato de terreno desanexado do prédio nº 3370, situado em Cruz, Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, inscrito na Matriz Predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 4098/0, confrontando do Norte, com João Gabriel Sousa dos Reis; Sul e Oeste com **José do Livramento Ramos Delgado** e outros e Este, com Herdeiros de Mar-

celino dos Santos e Borda, omissos no Registo Predial. O Justificante alega que o referido prédio lhe veio a posse por compra feita ao senhor José do Livramento Ramos Delgado, por documento particular no ano de 2005, e nessa data fez a inscrição na matriz camaria em seu nome, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial, vem invocar a usucapião, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja. Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar desta publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Ribeira Grande aos


Conservadora/Notária - Djamilia Rocha Delgado**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, folhas 33 verso a 34 frente, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado o seguinte:

Que, no dia um do mês de agosto do ano dois mil e dezasseis, faleceu em Dacar, **Apolonia Maria Sousa Oliveira**, que também usava o nome de **Apolonia Maria Sousa**, no estado de Solteira, natural que foi da freguesia da Santo António das Pombas, concelho do paul, com última residência habitual em Dacar. Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários os seus filhos, a saber **a), Eunice Sousa Lima**, casada com Balakrishna Menon, sob o regime de comunhão de bens, residente em Dacar; **b) Carmen Lima**, casada sem convenção antenupcial com André Schmitz, residente em Dacar; **c) Alcinda Lima**, casada com Michel Antonie Korban, sob

o regime de comunhão de bens, todos naturais e residentes em Dacar.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança da referida **Apolonia Maria Sousa Oliveira**. Mais se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 25 de fevereiro de 2026.

Processo nº 1101816
Conta nº 202601678

A Conservadora-Notária,


DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83 / VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

Conservadora/Notária – Djamila Rocha Delgado

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 23 de janeiro de 2026, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, de folha 18 frente a 19 verso, uma escritura de **Justificação Notarial**, na qual a **Arnândio Manuel dos Santos Aleixo**, solteiro, maior, residente em Luxemburgo se declara, que ele seus irmãos **Nalcigil Santos Henrico dos Santos Aleixo; Rivania Alexandra dos Santos Aleixo; Lendira Silene dos Aleixo; Rivone Alexandre dos Santos Aleixo** e **Alexandrino Fernandes Aleixo**, são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio urbano rés do chão, coberto de betão armado, composto por cinco divisões, sendo dois destinados ao comércio, contendo dois pátios, medindo **cento e oitenta vírgula oito metros quadrados**, situado em Boca de Cavouco, Paul, confrontando do Norte e Oeste com Félix Pinto Inocêncio Fortes, Sul com Posto Escolar de Boca de Cavouco e Este com caminho, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas sob o número **1013/0**, com o valor matricial de duzentos e vinte e quatro mil escudos, omissos no registo predial.

Que, o referido prédio lhes veio a posse por sucessão hereditária, por serem únicos herdeiros habilitados de **Alexandrino Fernandes Aleixo**.

Que a posse dos justificantes, já dura há sete anos, juntam a posse do falecido Alexandrino Fernandes Aleixo, que durou vinte e cinco anos.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do imóvel, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja. Que o fato do imóvel ser omissos no registo predial os tem impossibilitado de provar o direito de propriedade pelos meios normais. Que essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda a gente, de boa fé, usufruindo de todas as utilidades do imóvel, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do imóvel, quer usufruindo como tal, quer suportando todos os encargos daí invocados decorrentes, para pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que efeitos de primeira inscrição no registo predial. Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 16 de fevereiro de 2026.

Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Total.....1.200\$00
Imposto de Selo200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos).
Processo nº 1099787
Conta reg. sob o nº 202601588

A Conservadora/Notária,



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira – Cidade das Pombas, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

Conservadora/Notária - Djamila Rocha Delgado

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 13, folhas 32 verso a 33 frente, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado o seguinte:

Que, no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e um, faleceu no seu domicílio em Vicente, freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, **Maria Manuela Silva Ferreira Martins**, de noventa e quatro anos de idade, no estado de solteira, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul - Santo Antão, com última residência habitual em Vicente - Paul.

Que, a falecida não possui descendentes nem ascendentes, não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros os seus irmãos e sobrinhos, a saber: **a) Maria Paulistana Silva Ferreira Martins Pereira**, viúva, natural desta freguesia e concelho e residente em Vicente Paul; **b) Maria Sulamita Silva Ferreira Martins Monteiro**, viúva, natural desta freguesia e concelho e residente em Vicente - Paul; **c) Raquel Neves Ferreira Martins**, solteira,

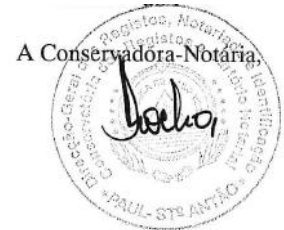
maior, natural do Brasil e residente em Paraguarai – Brasil; **d) Ricardo Cohen Martins**, solteiro, maior, natural do Brasil e residente em São Paulo Brasil; **e) Mariana Cohen Martins**, solteira, maior, natural do Brasil e residente em São Paulo Brasil; **f) Antonio Aleixo Martins**, solteiro, maior, natural desta freguesia e concelho e residente em Vicente - Paul.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferiram aos mencionados herdeiros ou que com ele possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria Manuela Silva Ferreira Martins**.

Mais se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 25 de fevereiro de 2026.
Processo no 1102209
Conta nº 202601742



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de **segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia dois do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e nove, de folhas noventa e sete verso a noventa e oito verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia dezassete do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, no hospital Dr. Baptista de Sousa, freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde teve a sua última residência habitual em Vila Nova, faleceu **Nicolau António da Luz**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de viúvo.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber: **a) José Nicolau da Luz**, casado com Amélia Gregória Pires da Luz, sob o regime da comunhão geral de bens, residente em Lombo Tanque; **b) João Evangelista Oliveira da Luz**, casado com Lucinda Antónia Lopes da Luz, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em São Vicente; **c) Alcinda Oliveira da Luz**, residente em São Vicente; **d) Helena Ramos Oliveira da Luz**, residente na cidade da Praia; **e) Isabel Oliveira da Luz**, residente em França; **f) Benvido Oliveira**

da Luz, residente em São Vicente; **g) Jair Oliveira da Luz**, residente em São Vicente; **h) Nilton Oliveira da Luz**, residente na ilha do Sal; **i) Vanderléa Piloto da Luz**, residente em São Vicente; **j) Jessica Cristina Oliveira da Luz**, residente em Boa Vista; **k) Dalmira Aniceto da Luz**, residente nos Estados Unidos da América; estes solteiros, maiores; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferiram aos mencionados herdeiros ou que possam concorrer na sucessão à herança do referido “de cujus”. Os interessados querendo podem impugnar judicialmente esta escritura nos termos do artigo 87 do Código do Notariado.

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos doze de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Art. 20.0. 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:.... 1.200\$00
Processo n.º 1092320
Conta n.º 20264588

O Notário,

/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte nº 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00/VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv



VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.



Contacto: (+238) 999 52 69



Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira
EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezanove de Fevereiro de dois mil e vinte e seis, de folhas 06F e 07F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/D, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Martina Soares**, falecida no dia dezanove de Setembro de dois mil e vinte e um, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com sua última residência em Principal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **António Sanches Mendes**, no estado de falecido, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em Portugal, **João Sanches Mendes**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Portugal, **Jovita Sanches Mendes**, solteira, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Santa Catarina, **Izidoro Sanches Mendes**, divorciado, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França, **Nazarina Gomes Lopes**, solteira, maior, natural da freguesia de

São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França e **Silvino Soares Mendes**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Segunda Horta Sanches**, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França.

No dia nove de Novembro de dois mil e catorze, em Portugal, faleceu o Senhor **António Sanches Mendes**, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Suzana Cristina da Silva Mendes**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Faro, residente em Portugal e **Vítor Hugo da Silva Mendes**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Faro, residente em Portugal.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do "de cujus". Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte e seis.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o nº 1101715 /2026.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /


Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Praia
Notaria: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes

EXTRACTO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Segunda** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 14.01.2026, a folhas 15 do livro de notas para escrituras diversas numero 368 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Alberto Ramos Mendes da Costa**, nos termos seguintes:

1. Que no dia **nove de outubro de dois mil e dezasseis**, em Boa Entradinha, freguesia de Santa Catarina, faleceu **Alberto Ramos Mendes da Costa**, aos sessenta e um anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, filho de Lucas Mendes da Costa e Anastácia Ramos Semedo, que teve a sua última residência habitual em Boa Entradinha.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes, cônjuge e ascendentes, tendo-lhe sucedido como única herdeira, a sua irmã **Adelina Ramos da Costa Fortes**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Domingos Fortes, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina,

residente em Portugal.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefira a mesma herdeira ou com ela possa concorrer a sucessão do falecido.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referencia, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março. Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 14 de janeiro de 2026.

CONTA: 1082046/2026

Artigo 20 ° 4.2.....1.000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.



Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-FaX-2617935-CP-184, I Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF- 353331112

RETIFICAÇÃO DO ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO 01/UGA/AN/2026

No âmbito do Concurso Público relativo à Aquisição de Serviços de Vigilância e Serever desde 2025, omalia Noacimued Cara Veras, publicadonadi

1. Prazo para Apresentação das Propostas

As propostas deverão ser entregues até às 10h00 do dia 04 de março de 2026, em estrita conformidade com as condições e requisitos estabelecidos nas peças do procedimento.

2. Ato Público de Abertura das Propostas

O ato público de abertura das propostas realizar-se-á às 14h30 do dia 04 ed março de 2026, na Sala Multiuso da Assembleia Nacional, podendo nele participar os concorrentes ou os seus representantes devidamente credenciados.

Sem outro assunto de momento, subscreve-se com os mais elevados cumprimentos institucionais.

Praia, 25 de fevereiro de 2025



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 26 de Fevereiro

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

SEXTA - 27 de Fevereiro

MODERNA
Plateau - Av. A. Cabral - 261 27 19

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SÁBADO - 28 de Fevereiro

CENTRAL
Plateau - Av A. Cabral - 261 11 67

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

DOMINGO - 01 de Março

STº ANTÓNIO
Achada Santo António - 262 11 86

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEGUNDA - 02 de Março

AFRICANA
Plateau - Av A. Cabral - 261 59 55

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

TERÇA - 03 de Março

AVENIDA
Fazenda - Av. C. de Lisboa - 261 36 90

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

QUARTA - 04 de Março

STA ISABEL
A.S.A. - Frente B.V. - 262 37 47

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06